

## 2

# Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano - dois espaços de construção de memória e história

### 2.1.

#### IHGB: lócus tradicional de construção da memória nacional

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838<sup>141</sup>, e os incentivos posteriores dados a essa Instituição, por iniciativa do próprio governo imperial, favoreceram um processo que se intensificou, na segunda metade do século XIX, e que iria marcar a feição das produções historiográficas ligadas aos interesses da monarquia, e posteriormente, aos interesses do governo republicano.

Originalmente, “a casa da memória”<sup>142</sup> foi concebida como uma agremiação de intelectuais, políticos e letrados a fim de coligir e catalogar “documentos” considerados importantes para a memória nacional, além de produzir trabalhos que dessem conta de escrever a história do Brasil<sup>143</sup>. Constituiu-se, em princípio, como um empreendimento privado, que contava com o patrocínio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional<sup>144</sup>, mas que logo contaria com o apoio financeiro do Estado imperial.

A Instituição surgiu a partir da iniciativa do marechal Raymundo J. da Cunha Mattos e do cônego Januário da Cunha Barbosa que encaminharam proposta ao conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora para que pudesse

---

<sup>141</sup> O IHGB foi inaugurado no dia 21 de outubro de 1838. No mesmo ano, já havia sido inaugurado outro importante “centro de memória”, o Arquivo Público (2 de janeiro de 1838).

<sup>142</sup> Pedro Calmon Moniz Bittencourt, sócio efetivo da Instituição, a partir de 1931, e presidente, a partir de 1968, denominou, pela primeira vez, o IHGB de “a casa da memória”. Tal titulação estampa a entrada do Instituto ainda hoje, com o destaque devido a uma instituição que se orgulha dessa alcunha. A denominação “a casa da história” também se tornou conhecida nos meios acadêmicos e intelectuais para se referir ao IHGB. Utilizaremos estas designações para nos referirmos ao IHGB no decorrer do trabalho.

<sup>143</sup> Segundo o primeiro regulamento do IHGB, o objetivo da agremiação era “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil”. “Extrato dos estatutos”, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro: 1: 18-19, 1839.

<sup>144</sup> Sobre a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional ver: José Luiz Werneck da Silva. “Isto é o me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira – a conjuntura de 1871 até 1877. 1979”. Dissertação - UFF, Niterói-R.J., 1979.

ser criado um Instituto Histórico e Geográfico de acentuado caráter pedagógico<sup>145</sup>, isto é, uma instituição que pudesse assumir o papel de produzir e difundir as linhas da história nacional. Assim, podemos dizer que o IHGB foi concebido para ser um “lugar de memória”, tomando emprestada a célebre expressão de Pierre Nora<sup>146</sup>, na medida em que foi idealizado para ser uma instituição oficial de produção de história e de memória nacionais.

No momento de sua inauguração, o período regencial havia evidenciado um cenário político fracionado em interesses diferenciados que passeavam entre os defensores da monarquia liberal (os “moderados”), os partidários do federalismo e da República (os “exaltados”) e aqueles que queriam a volta do imperador (os “restauradores”). O Ato Adicional de 1834 havia ratificado a necessidade da implantação de reformas de cunho descentralizador, haja vista a experiência do desfecho conturbado que envolveu a abdicação de D. Pedro. A posterior volta da monarquia significou, para as forças regressistas, o caminho para a ordem e para a harmonia nacional.

É nesse momento político marcado pelo fim do período regencial que devemos situar a estreita relação entre o Instituto Histórico, e o Estado, logo atrelado à figura de D. Pedro II. A *Revista do IHGB (RIHGB)* tornou-se, a partir de 1839, data de sua fundação, um importante veículo de difusão de debates, idéias e propostas políticas, visto que boa parte dos membros do instituto eram figuras ligadas à política imperial.

Conforme demonstram os estudos de Lúcia Guimarães<sup>147</sup> é possível identificar a participação de figuras ligadas à Corte brasileira, já no momento de fundação do IHGB. Ao consultar a lista dos fundadores do Instituto, Cláudia Regina Callari também chegaria à mesma conclusão. Boa parte dos membros associados ao IHGB, transitava nos meios políticos do governo, aproximadamente na seguinte proporção:

---

<sup>145</sup> Lúcia Maria P. Guimarães. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade o Imperador”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, nº 388, jul/set, 1995”.

<sup>146</sup> Pierre Nora. “Entre Mémoire et Histoire”. In: \_\_ (dir.) *Les lieux de mémoire - La République*. Paris: Gallimard, 1984, pp. 17 - 42.

<sup>147</sup> Lúcia M. P. Guimarães “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade o Imperador”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, nº 388, jul/set, 1995.

“...dos 27 membros iniciais, 12 eram conselheiros de Estado deste grupo, 7 eram também senadores, 1 era exclusivamente senador, 3 eram professores (2 do recém-fundado Colégio Pedro II e 1 da Academia Militar); havia ainda outros membros ligados à burocracia estatal: desembargadores, funcionários públicos, militares, um pregador imperial (caso de Januário da Cunha Barbosa). Aparecem apenas 2 advogados (sem qualquer outro indicador de cargo público), 1 comerciante e 1 engenheiro<sup>148</sup>”.

Diante desse quadro, percebemos que, apesar de existirem algumas figuras desvinculadas do cenário político, boa parte dos membros fundadores do Instituto eram homens públicos, situação que perduraria durante todo o século XIX, e que também não seria muito diferente depois da queda da monarquia<sup>149</sup>. Mais que uma mera coincidência, podemos dizer que havia uma homogeneidade cultural e ideológica<sup>150</sup> que unia os membros do IHGB, propiciada por fatores como carreira, educação e relações sociais, embora seja preciso considerar também as dissensões e as diferenças presentes nos discursos dos autores que escreviam em nome da Casa.

Havia uma certa uniformidade na maneira de pensar e enxergar o Brasil, o que não excluía um ambiente de intensas discussões políticas e ideológicas, próprias de um universo que incluía controvérsias, polêmicas e disputas por prestígio, cargos e poder. Esses intelectuais/políticos, circunscritos aos seus círculos de sociabilidade, definiam relações de adesão e/ou rejeição, criando, inclusive, determinadas “sensibilidades ideológicas”, para utilizar a oportuna expressão de Jean-François Sirinelli<sup>151</sup>. Eram homens inseridos em ambientes sociais de linguagem, determinados por lugares e tempos específicos, e que queriam buscar determinados marcos culturais de identidade nacional para o Brasil.

<sup>148</sup> Cláudia Regina Callari. “Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes”. *Rev.Bras. Hist.*, v. 21, nº 40, São Paulo, 2001.

<sup>149</sup> Lúcia Maria P. Guimarães demonstrou em sua tese de doutorado que as íntimas relações entre o Estado e o IHGB permaneceram depois da queda da monarquia. A partir de uma pesquisa sobre o perfil dos membros do Instituto, no momento de implantação do sistema republicano, a autora chegou a conclusão de que havia vários membros do IHGB ligados ao aparato do Estado, assim como no contexto de sua inauguração, em 1838. In: \_\_\_\_\_. “Debaixo.....” Op. Cit.

<sup>150</sup> Uma análise dos fatores de homogeneidade ideológica dos setores dominantes na sociedade imperial brasileira foi feita por José Murilo de Carvalho. In: \_\_\_\_\_. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

<sup>151</sup> Jean-François Sirinelli. “Os Intelectuais”. In: René Rémond. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996, p. 253.

Em relação aos aspectos que configuravam uma certa “homogeneidade” no pensamento dos membros do Instituto, podemos dizer que um fator de grande relevância a ser considerado era o fato de que todos os membros fundadores concluíram o seu curso superior na Europa. Boa parte em Coimbra, já que havia muitos portugueses que detinham cargos públicos vindos compulsoriamente para o Brasil em função das transformações provocadas pelo período napoleônico. Em sua maioria, eram indivíduos de origem urbana, descendentes de militares e de funcionários públicos. Setores que, articulados ao comércio, fizeram a Independência, tendo optado pela adoção do regime monárquico na antiga colônia portuguesa<sup>152</sup>. Esse quadro se mostraria modificado no final da monarquia, em que todos os sócios eram brasileiros, sendo a maior parte, residentes no Centro-Sul, principalmente, no Rio de Janeiro, embora existissem alguns membros do Norte, notadamente, de Pernambuco<sup>153</sup>. De um modo geral, a composição social do IHGB se assemelhava às demais academias ilustradas européias que funcionavam na mesma época, as quais, os sócios também eram escolhidos, dentre outros fatores, por suas relações sociais<sup>154</sup>.

Outro aspecto importante a ser considerado era a influência do Instituto Histórico na produção de livros didáticos trabalhados nas escolas secundárias. Muitos membros do IHGB também foram professores do Colégio Pedro II, criado em dezembro de 1837 como uma instituição modelo do governo imperial, embasada no exemplo da França, onde estudavam os filhos das elites intelectuais e políticas da época. Muitas vezes, a docência exercida no colégio modelar do governo, quando aliada à associação ao Instituto Histórico, abria portas para a publicação de livros didáticos que eram trabalhados nas escolas públicas e particulares. Um caminho interessante na influência de como proceder o ensino de história do Brasil utilizando os elementos nacionais mais convenientes, nos moldes da educação francesa<sup>155</sup>.

---

<sup>152</sup> Lúcia M. P. Guimarães. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade o Imperador”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, nº 388, jul/set, 1995, p. 480.

<sup>153</sup> Idem.

<sup>154</sup> Lília K. M. Schwarcz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

<sup>155</sup> A esse respeito consultar Selma Rinaldi de Mattos. *O Brasil em lições. A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Access, 2000.

A presença do Estado imperial, como agente gerenciador na educação e instrução dos jovens, fazia parte de um projeto de difusão de civilidade. Considerava-se que, num futuro próximo, esses homens estariam assumindo cargos políticos da administração pública. Havia a intenção de gerenciar um processo de homogeneização dos elementos constitutivos necessários para a manutenção dos critérios de uma “boa sociedade”. A instrução cumpria o papel fundamental de permitir que o Império se colocasse ao lado das “nações civilizadas”. Assim, instruir era um ato de difusão das “luzes”, que permitia romper com o atraso do passado colonial; ou, nas palavras de Ilmar Rohloff Mattos, seria...

“...a possibilidade de estabelecer o primado da Razão, superando a “barbárie” dos “Sertões” e a desordem das ruas; o meio de levar a efeito o espírito de associação, ultrapassando as tendências localistas da Casa; além da oportunidade de usufruir os benefícios do Progresso, e assim romper com as concepções mágicas do mundo e da natureza”<sup>156</sup>.

Assim, no caminho em direção à civilização, o Estado imperial investia na propagação das Luzes e da Razão, na educação dos seus jovens afortunados. Um dos objetivos era, sem dúvida, garantir a base de um pensamento comum, presente na mente daqueles futuros homens de Estado e de letras.

Nesse contexto, podemos dizer que não havia uma clara separação entre os campos intelectual e político. Vários membros do IHGB, que escreviam em nome da Casa, eram setores ligados ao aparato do Estado, um dos motivos que certamente contribuiu para que a historiografia do Instituto aquiescesse aos interesses monárquicos.

Mas, o que propriamente devemos entender por “intelectuais”, uma categoria largamente utilizada nas mais abrangentes abordagens? Recorremos à definição de Jean-François Sirinelli<sup>157</sup>, para quem o critério para a idéia de intelectual desemboca em duas categorias distintas – uma ampla e sócio cultural,

<sup>156</sup> Ilmar Rohloff Mattos. *O tempo saquarema. A formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994, pp. 245-246.

<sup>157</sup> Jean-François Sirinelli. “Os intelectuais”. In: René Rémond. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

que englobaria os criadores e os “mediadores” culturais; e a outra, mais restrita, baseada na noção de “engajamento”.

No primeiro caso, estariam todos aqueles que, de alguma forma, produzissem discursos de amplitude cultural, o que poderia incluir desde um estudante, até um professor primário, um jornalista, uma gama de profissionais liberais, leitores e receptores de discursos, etc. O segundo caso, mais próximo daquilo que se pretende no presente trabalho, seria mais específico, já que estaria relacionado ao papel desempenhado por um indivíduo como ator político, engajado em um determinado espaço delimitado, que pode ser uma instituição cultural, uma cidade ou a própria sociedade.

Em relação a esse último caso, Sirinelli procura traçar uma metodologia eficaz para a operacionalização articulada entre o campo intelectual e a esfera política, tendo como ponto de partida, a utilização de conceitos-chave como o de “itinerário” (uma espécie de mapeamento dos eixos de engajamento dos intelectuais, como sua formação, biografia, etc.), de “geração” (entendida a partir da idéia da solidariedade da idade) e de “sociabilidade” (uma análise dos intelectuais em relação aos seus grupos mais restritos, como a sua atuação em uma instituição cultural ou na editoração de um jornal, por exemplo).

Alguns outros estudos apregoaram a importância de se considerar especificamente a categoria funcional de determinado “intelectual” como elemento fundamental para compreender suas ações e o direcionamento de suas idéias. Nessa perspectiva, autores como Sartre<sup>158</sup> e Gramsci<sup>159</sup> tomaram como parâmetro a idéia do “engajamento revolucionário” dos intelectuais. Outros, como Mills<sup>160</sup> e Said<sup>161</sup>, destacaram o papel “crítico” desses homens. Outros ainda enfatizaram a idéia da “autonomia” da categoria dos “intelectuais” no conjunto de uma sociedade, como Aron<sup>162</sup> e Weber<sup>163</sup>. Resguardando as diferenças e as singularidades desses autores e outros mais que poderíamos citar, o importante a

<sup>158</sup> J-P. Sartre. *Plaidoyer pour les intellectuels*. Paris: Editions Gallimard, 1972.

<sup>159</sup> A. Gramsci. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

<sup>160</sup> C.W. Mills. “A política da cultura”. In: R de Melo (org.). *Os intelectuais e a política*. Lisboa: Presença, 1964, pp. 128-145.

<sup>161</sup> E. W Said. *Representaciones del intelectual*. Barcelona: Paidós, 1996.

<sup>162</sup> R. Aron. “A alienação dos Intelectuais”. In: \_\_\_\_\_. *O ópio dos intelectuais*. Brasília: Ed. UnB, 1980, pp. 177-257.

<sup>163</sup> M. Weber. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

considerarmos é o perigo da naturalização do papel dos intelectuais em uma determinada sociedade. Devemos atentar, sobretudo, para a importância dos processos sociais e históricos como fator fundamental para a composição de uma identidade de grupo. Os discursos de determinado grupo de “intelectuais” devem ser analisados, tomando-se, como elemento fundamental, uma concepção comum de aspirações e trajetórias pessoais, que sofre variações conforme as estratégias de determinados atores. Nessa perspectiva, os “intelectuais” devem ser entendidos em seu lugar de atuação específico, que não necessariamente se relaciona às suas categorias funcionais.

Em nosso caso, especificamente, devemos considerar as redes de relações políticas e sociais que abarcavam o Estado, as instituições culturais, a literatura e os vários espaços informais de sociabilidade. Tais espaços eram freqüentados por um grupo seletivo que ambicionava construir um modelo de identidade nacional que variava conforme as flutuações políticas da época. Assim, para nós importa compreender essas íntimas relações entre os intelectuais e a política, buscando analisar fatores importantes presentes nessa relação, como a linguagem, os discursos e a inserção social desses homens<sup>164</sup>.

Autores como Bobbio<sup>165</sup> e Levy<sup>166</sup> que definem os “intelectuais” como o resultado das interações entre os eles mesmos, e o meio social em que eles vivem, ou estabelecem suas trajetórias sociais, parece-nos mais oportuno para pensar o nosso objeto de estudo. Questões como a educação, a posição e a atuação social, a obra e as convicções políticas tornam-se de extrema importância para a elucidação das ideologias, das culturas comuns, das afinidades e dos desafetos entre esses indivíduos. O lugar específico de atuação desses intelectuais/políticos também se torna um determinante fundamental para destrinchar essas relações de sociabilidade, verdadeiros “microclimas”<sup>167</sup> que descortinavam experiências

<sup>164</sup> Uma análise interessante acerca dos intelectuais em função de sua posição e atuação social está em Nicolau Sevcenko. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

<sup>165</sup> Norberto Bobbio. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

<sup>166</sup> Bernard-Henri Lévy. *Elogio dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

<sup>167</sup> Rebeca Gontijo. “História, Cultura, Política e Sociabilidade intelectual”. In: Rachel Soihet, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

sociais vividas por indivíduos e, sobretudo, um comportamento histórico localizado no tempo e em espaços determinados.

## 2.2.

### **A historiografia do IHGB e seu papel crucial no projeto de construção nacional**

Ao retrocedermos à primeira metade do século XIX, no contexto em que se deu o processo de Independência política do Brasil, podemos nos remeter à urgente necessidade dos homens de letras daquela época, envolvidos na árdua tarefa da construção dos valores nacionais, na tentativa de afirmar a identidade de uma nação que deveria ser construída, pautando-se nos interesses das forças políticas vitoriosas. Passadas as turbulências políticas que iriam desembocar na abdicação do primeiro imperador (1831), o avanço liberal em direção à descentralização e a eclosão de várias revoltas populares que alteraram a ordem política e social, havia chegado o momento de procurar estratégias que pudessem viabilizar a estabilização do Império. Na ótica do movimento regressista, buscava-se a derrota dos movimentos insurrecionais e uma postura política centralizadora. Tornava-se cada vez mais evidente a necessidade de um substrato ideológico que apaziguasse os ânimos sociais, ao mesmo tempo em que criasse os pilares fundamentais que sustentassem um projeto nacional que atendesse aos interesses regenciais. Enfim, era preciso construir um Estado imperial forte e centralizado.

Assim, a criação do IHGB seguiu o seu percurso objetivando criar símbolos nacionais que se adequassem à necessidade de legitimação do Estado monárquico constitucional. A Instituição passou a responsabilizar-se por salvar e eternizar tudo aquilo que fosse suscetível de tornar-se memorável. A partir de uma série de disposições teóricas e metodológicas, que abrangiam desde a descoberta e a preservação das fontes até a produção textual<sup>168</sup>, o IHGB tornou-se um espaço oficial de produção da memória nacional.

---

<sup>168</sup> Temístocles César. “Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX”. In: *Diálogos*, DHI/UEM, v.8, n.1, p.11-29, 2004., p. 14.

A *Revista do IHGB* tornou-se rapidamente um espaço de debate acerca da história nacional, reunindo, majoritariamente, temas da história colonial e sobre a Independência. O objetivo era construir narrativas que ressaltassem os valores ligados à unidade nacional e à centralização política, inserindo a idéia da incipiente nação brasileira na condição de herdeira da tarefa civilizadora da ex-metrópole portuguesa.

De um modo geral, podemos dizer que a natureza dos trabalhos publicados pelo IHGB tendia, inicialmente, a dar evidência ao papel preponderante da monarquia constitucional para garantir a ordem e a unidade territorial, no caminho para um bom e almejado futuro nacional. A ação dos grupos políticos ligados ao Instituto reforçava, portanto, a própria instituição monárquica e o governo central, tendo a *História Pátria*, o papel de alicerçar o ideal nacional desejado. Era preciso reforçar a idéia de uma identidade nacional, a qual o passado, oficialmente reconhecido, constituía referência privilegiada da nação que se pretendia criar. Para isso, os artigos da *Revista do IHGB* vinham escritos com tintas exaltadas e marcava o papel do historiador como construtor do patriotismo e do sentimento nacionais.

A produção de uma memória nacional foi condição necessária para assegurar os pilares desse caminho para a construção da nação. Havia a necessidade de levar a diante o projeto político de reconstrução do passado, tendo a história oficial, assumido o papel fundamental para a definição da nação brasileira. Ela construía mitos e identidades sociais, silenciava em alguns casos, elegia símbolos representativos em outros.

Assim, levando-se em consideração que o processo de construção e consolidação do Estado nacional no Brasil Império, relacionava-se a um projeto de sistematização da escrita da história, plano viabilizado, num primeiro momento, pelo IHGB, podemos dizer que, tal perspectiva, estava ligada à necessidade do estabelecimento de uma identidade própria para a nação que estava sendo forjada. A chamada *História Pátria* deveria contemplar o resgate de fatos e personagens que fossem passíveis de serem interpretados como marcos e heróis. Era preciso produzir um projeto de identidade que ditasse as bases de inserção do Brasil no mundo ocidental de civilização e progresso.

Devemos atrelar a análise dos elementos constituintes desse processo de construção do Estado nacional às nuances presentes nos discursos que circulavam na comunidade lingüística constituída pelos círculos intelectuais da época, tais como o IHGB e as outras instituições de profusão de cultura, como museus, escolas de ensino superior e os institutos históricos locais. Nesse caso, a história funcionava como elemento legitimador do presente e estava carregada de grande sentido político. O historiador vinculado ao IHGB devia servir ao propósito de conceber e veicular narrativas que contribuíssem para a afirmação de um modelo de memória nacional.

Essas narrativas não comportavam episódios históricos que pudessem macular a imagem de uma nação tranqüila e ordeira. Varnhagen, por exemplo, silenciava ou dava pouca importância a eventos como a Conjuração Mineira, a Insurreição Pernambucana de Dezesete, a Confederação do Equador e as revoltas regenciais. Na primeira edição de sua *História Geral*, por exemplo, o visconde de Porto Seguro desqualificou explicitamente Tiradentes, tendo atribuído “os poucos méritos” da Conjuração de Minas, “aos homens de letras e de ciências”<sup>169</sup>.

Na trilha de Varnhagen, João Manuel Pereira da Silva (1817-1897), em sua *História da fundação do Império Brasileiro* (1865), situou a experiência da Insurreição Pernambucana de 1817 como uma mera “rebelião” que só teria ocorrido por “obra do acaso”, já que o governador de Pernambuco na época, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, não teria tido competência de “cortar o mal pela raiz” e ter acabado com os desentendimentos entre “brasileiros” e “portugueses” na época. Essa incapacidade de Montenegro em lidar com uma situação trivial teria desembocado num tipo de “sublevação localizada”, uma “revolução” que não tinha “nem razões, nem fundamentos na sua origem, nem base em que se escorasse, nem raízes que a firmassem”<sup>170</sup>, enfim, um evento que seria indigno de qualquer honra ou consideração positiva.

---

<sup>169</sup> Francisco Adolfo Varnhagen. *História geral do Brasil*. Apud José Honório Rodrigues. *História e historiografia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p.58.

<sup>170</sup> João M. Pereira da Silva. *História da fundação do Império brasileiro*. T. IV, p.138. Apud Lúcia M. P. Guimarães. “Entre a monarquia e a república: a revolução pernambucana de 1817 e suas representações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” In: Mônica Leite Lessa e Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca (org.) *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

Nas palavras de Pereira da Silva:

“...há quem louve, exalte e eleve às nuvens as intenções e os feitos dos pernambucanos que os praticaram [a insurreição pernambucana]; e os apelide mártires da liberdade... Os homens que se colocaram à frente da revolução de Pernambuco de 1817 não merecem tanta honra..”<sup>171</sup>.

Pereira da Silva se contrapunha àqueles que, nos anos 60 do século XIX, começavam a insistir em louvar os episódios pernambucanos como movimentos de grande importância para a história nacional. Provavelmente estava se referindo aos homens que escreviam em nome do Instituto Pernambucano (IAGP), criado há pouco<sup>172</sup> como uma instituição preocupada em exaltar os feitos históricos de Pernambuco.

Naqueles anos 60, o debate em torno de quais seriam os legítimos marcos da nação brasileira colocava em evidência um ambiente de grandes dissensões nos meios intelectuais da época. A discussão sobre quais seriam as datas mais importantes da fundação do Império veio à tona, notadamente, por causa de dois acontecimentos importantes: primeiro, a inauguração do IAGP, ocorrida no mesmo ano em que se comemoravam os 40 anos da Independência; segundo, a polêmica que suscitou a inauguração de uma estátua equestre de D. Pedro I, também em 1862.

A criação do Instituto Pernambucano abria formalmente um leque de novas possibilidades. A história nacional passava a ser contada sob um novo ponto de vista, o dos grupos políticos e intelectuais de Pernambuco. Eventos como a Restauração Pernambucana e os episódios ocorridos em 1710 (Mascates) e 1817, seriam sublinhados como marcos essenciais da história nacional.

A inauguração de uma estátua em homenagem a D. Pedro I também contribuiu bastante para fomentar as discussões acerca dos cânones representativos da nação. A Independência foi posta como marco fundador do Império, eternizado pelo “grito do Ipiranga” de D. Pedro I. Mas o monumento construído para estimar os brios nacionais acabou suscitando graves controvérsias

---

<sup>171</sup> Idem.

<sup>172</sup> O Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano foi inaugurado no dia 27 de janeiro de 1862, data aniversária da Restauração Pernambucana.

na época. A mais conhecida foi a protagonizada por Teóphilo Otonni, autor do panfleto *A Estátua Equestre* (1862), publicado em várias folhas liberais da época. No referido texto, Otonni questionava a legitimidade em se erigir uma estátua em homenagem a um homem, que segundo ele, era o próprio símbolo do autoritarismo. O panfleto qualificava o monumento de “mentira de bronze”<sup>173</sup> e defendia a idéia de que a homenagem a D. Pedro era despropositada e sem qualquer fundamento histórico<sup>174 175</sup>.

Enfim, a obra de Pereira da Silva dialogava com todo esse clima de intensas de discussões acerca de quais seriam os legítimos símbolos demarcadores da nação. Na perspectiva do autor, aqueles que louvavam os feitos de Dezesete desconsideravam a própria irrelevância do tema, frente à importância de tantos outros assuntos, que seriam muito mais relevantes para a história nacional.

Em relação ao caso específico das narrativas produzidas sobre 1817, podemos dizer que, no decorrer de boa parte do século XIX, a tendência geral da historiografia foi mesmo o silêncio. Em alguns casos, optou-se também pela desqualificação dos méritos do movimento, identificado como um episódio de insubordinação à autoridade monárquica.

O IHGB pouco se referiu à experiência de 1817, até os anos de 1850, quando foi publicado o texto “Guerra civil ou sedições de Pernambuco”(1853)<sup>176</sup>, em que Dezesete foi representado como uma guerra de âmbito local.

<sup>173</sup> A expressão “mentira de bronze” foi utilizada posteriormente pelo Major José Domingues Codeceira como uma crítica à construção de uma estátua em homenagem a Tiradentes, em 1893: “Erga-se uma estátua a Tiradentes, que para nós brasileiros, conhecedores da nossa história, nenhuma significação terá o estrangeiro ilustrado, quando tiver de a contemplar, dirá, com um riso de escárnio - eis aí mais uma mentira de bronze, levantada pelos brasileiros”<sup>173</sup>. In: “Discurso lido pelo Major J. D. Codeceira, em Sessão de 10 de agosto de 1893, no IAGP”. Apud José Domingues Codeceira. *A Idéia Republicana no Brasil*. Recife: Massangana, 1990, p.18.

<sup>174</sup> A esse respeito ver Cecília Helena de Salles Oliveira. “O espetáculo do Ypiranga: mediações entre história e memória”. Tese de livre docência. São Paulo: Museu Paulista da Usp, 2009.

<sup>175</sup> A estátua equestre de D. Pedro suscitaria outras polêmicas como a que ocorreria mais tarde, entre os republicanos defensores de Tiradentes, já no contexto dos anos de 1890. Quando começaram oficialmente os planos para a construção de um monumento dedicado a Tiradentes, as asseverações contra a permanência da estátua de D. Pedro I no local do martírio do alferes reacenderam vigorosamente. Foram promovidos vários escritos reivindicatórios na época, principalmente entre os positivistas. Miguel Lemos, por exemplo, escreveu, em 1892, seu texto “Determinação do Lugar em que foi suplicado o Tiradentes” (*Revista do Apostulado Positivista do Brasil*, nº 121, Rio de Janeiro, 1892), um manifesto que propunha o recolhimento da estátua equestre de D. Pedro I e o levantamento de uma efígie de Tiradentes, no local de seu calvário.

<sup>176</sup> *Revista do IHGB*, 1853, n.16

Para a historiadora Lúcia Maria P. Guimarães, esse silêncio do IHGB em relação à experiência de 1817, deveu-se ao fato de que o movimento não se encaixava no projeto de construção de um passado comum para o Império, baseado nos moldes de narrativas que exaltavam as virtudes da colonização portuguesa e repudiavam os furores “anárquicos” e “democráticos” que haviam fracionado a América hispânica<sup>177</sup>. Os temas com conteúdos polêmicos eram, em geral, postos numa espécie de “arca do sigilo”, isto é, eram guardados em silêncio, até que o momento se tornasse oportuno para revelá-los. Essa política constituía uma solução, a fim de evitar possíveis “saias justas” ocasionadas, por exemplo, pelo envolvimento de alguns fundadores do IHGB em episódios recentes da história. Raimundo da Cunha Matos e o Brigadeiro Francisco Soares Andréa, por exemplo, haviam participado da repressão a 1817<sup>178</sup>. Assim, como lidar com o constrangimento de abordar o assunto, na medida em que vários atores dessa história recente ainda estavam vivos e tinham os seus nomes ligados à Instituição? Essa preocupação em produzir silenciamento sobre os assuntos “mais recentes da história” levou a organização de uma comissão de história, cuja principal função era vetar e censurar textos e documentos considerados “impróprios” para a imediata divulgação.

Em 1850, apresentou-se no IHGB, uma comissão especialmente designada para examinar a proposta da adoção da “arca do sigilo”. O principal argumento dos defensores dessa política apregoava a necessidade de haver um espaço de tempo mínimo para preservar o princípio da imparcialidade no estudo de determinado assunto. O ideal seria esperar até que todos os envolvidos em um determinado episódio tivessem morrido para não houvesse qualquer constrangimento ou perturbação à ordem:

“Escritos há certamente muito úteis e preciosos para a história de um país, cuja imediata impressão pode acarretar, além de grandes desgostos a seus autores, incalculáveis perturbações, e comprometer não só a paz interna, como a externa, e outros que, envolvendo personalidades contemporâneas e descarnado os fatos, ou

---

<sup>177</sup> Lúcia Maria P. Guimarães. “A presença do IHGB no campo da educação superior de altos estudos - Faculdade de Filosofia e Letras, 1916-1921”. *FFLCH*, USP, 1999.

<sup>178</sup> *Idem*.

divulgando segredos trariam um cem número de inimizades e deslocações pessoais...”<sup>179</sup>.

Em 1861, o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro retomaria o argumento da política da arca do sigilo como estratégia para manter a imparcialidade no trabalho do historiador:

“Razão tinham os antigos quando estabeleceram os juízos dos mortos; porque necessário é que desapareça o homem da superfície da terra para que se lhe faça justiça, para que com imparcialidade se julgue dos seus atos. Pairam ainda por algum tempo em decorrer dos túmulos o espectro das paixões, e releva que se haja ele ausentado para que sua final sentença profira a história”<sup>180</sup>.

Em relação ao caso específico do movimento pernambucano de 1817, Lúcia Guimarães cita como exemplo o caso do manuscrito doado ao IHGB, pelo general Abreu e Lima (filho de padre Roma, um dos homens mais ativos na experiência de 1817), que acabou sendo vetado para entrar na *Revista do IHGB*, por se tratar de um assunto que deveria ser explorado futuramente. Na prática, o tema 1817 acabou relegado ao silêncio ou ao desdém, porque ele não auxiliava na definição das expectativas do presente.

A esse respeito, achamos que Lúcia Guimarães tem razão quanto diz que 1817 tinha um caráter inapropriado para o projeto político nacional no século XIX. Considerando-o sob a ótica de uma historiografia bastante comprometida com a definição de um presente imperial, podemos dizer que o assunto era mesmo “pouco simpático”<sup>181</sup>, para utilizar a expressão de Varnhagen. Só o fato de o movimento ter implantado um governo republicado em plena jurisdição do poder legítimo de D. João, já era motivo suficiente para ser visto como uma questão melindrosa, notadamente, para aqueles que primavam pela produção de um

<sup>179</sup>“213ª sessão em 16 de fevereiro de 1850”. *Revista do IHGB, 1850*, p.133. Apud Loyane Aline P. Ferreira. “A soma de luzes na construção da felicidade pública e a reflexão do passado português: política e história na Revista do IHGB (1838-1889). Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

<sup>180</sup> Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. “Luís do Rego e a posteridade. Estudo histórico sobre a Revolução Pernambucana de 1817”, *Revista do IHGB*, tomo 24, 1861, p.353.

<sup>181</sup> Francisco Adolfo Varnhagen. *História geral do Brasil*. Apud José Honório Rodrigues. *História e historiografia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p.58.

modelo de narrativa linear, tranqüila e ordeira, em que o passado colonial devesse ser compreendido como um encadeamento perfeito de eventos.

Apesar disso, o IHGB publicou alguns trabalhos sobre o assunto nos anos 60. Trabalhos que, em geral, tenderam a desqualificar a importância de 1817, ou mesmo a negativizá-lo, situando-o como um episódio de desordem à ordem política em sua época.

Em 1861, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro publicou “Luís do Rego e a posteridade. Estudo histórico sobre a Revolução Pernambucana de 1817”<sup>182</sup>, uma homenagem ao major Luís do Rego Barreto (1777-1840), encarregado por D. João para reprimir a Insurreição Pernambucana. Luís do Rego que, entre 1817 e 1821, assumira o cargo de governador geral de Pernambuco, foi tratado por Pinheiro como “homem agradável, polido, de belo porte e boas maneiras”<sup>183</sup>. “Bravo militar”<sup>184</sup>, “coração generoso e compassivo”<sup>185</sup>.

Na perspectiva de Pinheiro, autoridades do porte de Luís do Rego, Rodrigo Lobo, Conde dos Arcos e Bernardo Teixeira teriam sido homens “metamorfoseados de algozes”<sup>186</sup>, isto é, apenas teriam assumido a forma aparente de “homens maus”<sup>187</sup>, mas que, na realidade, estariam cumprindo os seus deveres de defesa da ordem monárquica.

Mas se Pinheiro tentava achar estratégias para positivar a imagem de Luís do Rego, o mesmo ele não pôde dizer em relação à ação daqueles que se envolveram no governo provisório de Dezesete:

“Pendeu-nos a atenção desde a puerícia o sanguinolento drama representado em Pernambuco em 1817; condenávamos dessa madrugada tentativa de independência e inadequada forma de que se revestira”<sup>188</sup>

<sup>182</sup> Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. “Luís do Rego e a posteridade. Estudo histórico sobre a Revolução Pernambucana de 1817”, *Revista do IHGB*, tomo 24, 1861.

<sup>183</sup> *Ibid.*, p.377.

<sup>184</sup> *Idem.*

<sup>185</sup> *Idem.*

<sup>186</sup> *Ibid.*, 353.

<sup>187</sup> *Idem.* Pinheiro cita Joaquim Norberto de Souza para justificar sua tese: “os homens não são tão maus como parecem. É a posteridade que melhor os julga”. p. 353.

<sup>188</sup> *Ibid.*, p.353.

No texto de Pinheiro, Dezesete foi representado como uma precipitação e os pernambucanos foram acusados de ansiosos, na medida em que teriam sido demasiadamente impetuosos em suas convicções:

“Se os pernambucanos tivessem afrouxado no amor da liberdade, na ufanía do orgulho nacional, e no sentimento dos seus próprios direitos e ora largassem as armas, que por tantos anos e com tantos os tão maravilhosos sacrifícios sustentavam, Portugal teria ficado desde então sem o Brasil...[havia] intenções de independência, mas os cálculos falharam...”<sup>189</sup>.

Apesar de ter admitido que Dezesete teria pretendido um projeto de independência nacional, Pinheiro destacou a falta de habilidade dos pernambucanos ao terem sido demasiadamente “afoitos” e adiantado os fatos que deveriam ter o seu “curso natural”. Por esse motivo, Dezesete teria sido uma “catástrofe”. A imponderação dos pernambucanos teria sido responsável pelo malogro dos seus próprios projetos.

Ao que parece, Pinheiro tentava dialogar com os defensores da causa pernambucana, que a essa época, estavam se organizando para patrocinar o empreendimento de sublinhar a tradição patriótica do povo pernambucano através da confecção de novas narrativas históricas. No decorrer do texto, Pinheiro comentou a ação inadequada dos pernambucanos, desde os tempos da Restauração e dos Mascates, numa franca tentativa de se contrapor aos discursos de defesa da tradição “revolucionária” de Pernambuco. Até mesmo quando ele se propôs a destacar as qualidades do padre Roma, personagem de 1817, Pinheiro o fez explicitando os aspectos negativos de sua personalidade: “a heróica morte [de padre Roma] reuniu os erros e as fraquezas do homem”<sup>190</sup>.

No mesmo ano da fundação do Instituto Pernambucano, o IHGB publicava as “Atas da Câmara do Crato de 11 de maio de 1817 até 27 de janeiro de 1823” (1862), “documento” cujo narrador era um escrivão da Câmara na vila do Crato,

<sup>189</sup>Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. “Luís do Rego e a posteridade. Estudo histórico sobre a Revolução Pernambucana de 1817”, *Revista do IHGB*, tomo 24, 1861, p.356.

<sup>190</sup> Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. “Luís do Rego e a posteridade. Estudo histórico sobre a Revolução Pernambucana de 1817”. *Op. Cit.*, p.370. Pinheiro destacou em seu texto a “honradez” de padre Roma exemplificado no fato de ele ter se recusado a receber os numerários que lhe cabia em função de suas atribuições no governo provisório de 1817. Apesar disso, Pinheiro faz questão de destacar os inúmeros erros cometidos pelo governo republicano das províncias do Norte.

no Ceará. Logo na primeira página, verificamos uma saudação à família real: “Viva El - rei nosso senhor e toda a sua real família da Casa de Bragança”. O documento assinado por nomes expoentes da sociedade cearense como Tristão Gonçalves P. de Alencar e Antônio Ferreira Lima, era uma descrição sucinta das atividades da Câmara no contexto do movimento de 1817. Descrevia as eleições para a Câmara e juízes de paz que se procederam nesse período, sem imprimir maiores juízos de valor em relação ao governo provisório de Dezesete.

Em 1866, o IHGB divulgava os “Documentos sobre a revolução pernambucana de 1817”<sup>191</sup>. Segundo nota que consta em sua primeira folha seriam os “documentos referentes ao processo organizado contra os comprometidos na revolução”<sup>192</sup>. Constavam também denúncias sobre “boatos de levante” e jantares na casa de Domingos José Martins, ocasião em que supostamente se falava dos planos de um governo republicano, além do pronunciamento de frases “comprometedoras”<sup>193</sup>. De uma forma geral, eram trechos transcritos das acusações constantes nos processos contra os acusados do crime de lesa majestade que se envolveram em Dezesete.

No mesmo ano, o IHGB publicava também “Novos documentos sobre a administração de Luís do Rego em Pernambuco”<sup>194</sup>. Na realidade, cartas de Luiz do Rego Barreto, dirigidas a pessoas de seu círculo social e pessoal, como Joaquim José de Azevedo<sup>195</sup>, Thomaz Antônio de Vila Nova Portugal e Ignácio da Costa Quintelo, estes dois últimos que haviam sido ministros de Estado dos negócios do Reino. Nas cartas, Luís do Rego falava, dentre outras coisas, do arrependimento dos pernambucanos de terem desafiado o “Augusto Soberano”, além da sua disposição em defender Pernambuco, caso eles optassem pela “verdadeira pátria”. Na mesma linha dos “documentos” divulgados anteriormente, Dezesete era tratado como uma subversão à ordem monárquica.

---

<sup>191</sup> “Documentos sobre a revolução pernambucana de 1817”. *Revista do IHGB*, tomo29, v.32, pt.1, 1866.

<sup>192</sup> *Idem*.

<sup>193</sup> Como “Viva a pátria, viva a liberdade, viva a independência”. In: *Revista do IHGB*, tomo29, v.32, pt.1, 1866.

<sup>194</sup> *Idem*.

<sup>195</sup> Joaquim José de Azevedo, o marquês de Jundiá, era sogro de Luís do Rego.

Em 1867, seria a vez de “Outros documentos sobre a revolução pernambucana de 1817 e sobre a administração de Luís do Rego”<sup>196</sup>. Dessa vez, os “documentos” eram a divulgação das primeiras instruções para o ataque de Pernambuco em repressão ao movimento de 1817. Também constava uma extensa relação de réus a serem julgados<sup>197</sup>, preliminarmente tratados como transgressores.

Em 1868, divulgou-se “Pernambuco: Revolução de 1817: interrogatórios mais importantes dos réus”<sup>198</sup>, uma relação das perguntas feitas a alguns indiciados pelo crime de ter participado do projeto de 1817, como Luiz Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque, João do Rego Dantas e Agostinho Bezerra. Mais uma vez, o IHGB divulgava trechos dos julgamentos dos réus envolvidos em Dezessete, sem qualquer indício de positivação do evento.

Interessante é notarmos que, apesar de 1817 ter sofrido silenciamento até meados do século XIX, o IHGB passou a publicar alguns “documentos” sobre o assunto a partir da década de 60. O teor dessas publicações visava, em geral, desqualificar 1817, ou ao menos situá-lo como um movimento de abrangência local. A explicação para essa “quebra de silêncio” talvez esteja na intenção do Instituto em demarcar a sua posição em relação aos crescentes debates em torno dos ícones nacionais. Nos círculos intelectuais da época, efervescia um clima de discussões acerca dos heróis e eventos que deveriam ser os mais representativos para a história nacional. A negação da importância de 1817 ou a desqualificação do evento parecia uma forma de expressar o ponto de vista da Instituição frente a todos esses debates. O movimento pernambucano de 1817 era um episódio histórico indesejável segundo a Instituição oficial de produção da história da nação imperial.

Mas se por um lado, podemos identificar os assuntos tidos “indesejáveis” pelos discursos do IHGB, da mesma forma podemos apontar os temas preferidos para um desenvolvimento seguro da escrita da história nacional. Boa parte dos

<sup>196</sup> “Outros documentos sobre a revolução pernambucana de 1817 e sobre a administração de Luís do Rego”. *Revista do IHGB*, tomo30, v.34, pt.1, 1867.

<sup>197</sup> Estes haviam sido divididos em três categorias: aqueles que deveriam ser presos, os culpados que se deveria prender e os de culpa incompleta. In: “Outros documentos sobre a revolução pernambucana de 1817 e sobre a administração de Luís do Rego”. Op. Cit.

<sup>198</sup> “Pernambuco: Revolução de 1817: interrogatórios mais importantes dos réus”. *Revista do IHGB*, tomo31, v.36, pt1, 1868.

primeiros trabalhos do IHGB versava sobre os indígenas e a história colonial, os limites territoriais e geográficos do país, o Descobrimento do Brasil e a Independência.

A preferência por esses temas relacionava-se, intimamente, à finalidade primeira da Instituição: fundar as bases necessárias para a pesquisa e para a escrita da história nacional. Trabalhos sobre a história colonial demonstravam o interesse em fundar mitos de origem. Os que abordavam os limites territoriais e geográficos do país amalgamavam a idéia do reforço às belezas naturais da nação. O Descobrimento do Brasil introduzia o Brasil no conjunto maior das grandes nações ocidentais, momento esse em que o país entrava em contato com a civilização européia, abrindo caminho para uma história de progresso linear. A Independência trazia a idéia da superação do passado colonial, delineado de forma tranqüila, natural. Significava a incorporação do Brasil no rol das nações autônomas e soberanas.

Tudo enredado de forma a não enfatizar uma visão negativa acerca do passado colonial do Brasil. O colonizador português era tido como o elemento étnico que teria somado “civilização”, à “barbárie” e à “ingenuidade”, representados pelos elementos negro e índio, respectivamente. Passado e presente eram delineados sem grandes rupturas, como se os projetos promissores idealizados para o futuro dependessem da confecção de uma narrativa histórica linear e evolutiva. A Independência tinha a função conformar todas essas imagens, na medida em que constituía um marco, um evento a partir do qual todo o passado colonial passava a ser compreendido como a formação da nacionalidade<sup>199</sup>. Mais tarde, os temas em torno da República consubstanciariam a idéia da superação do passado monárquico e da inserção do país em um novo estágio de sua evolução política. De qualquer forma, também delineava a idéia de uma continuidade harmônica entre as representações do passado, as expectativas do presente e os projetos para o futuro<sup>200</sup>.

---

<sup>199</sup> Valdeci Lopes de Araújo. “A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003. (Tese de Doutorado), p.172.

<sup>200</sup> Sobre as íntimas relações entre essas três instâncias de tempo, no âmbito da escrita da história, ver: Gilberto Velho. “Memória, identidade e projeto”. In: \_\_\_\_\_. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Nessa perspectiva evolucionista, o caráter do Instituto relacionava-se a uma concepção de história ligada a uma tendência européia, então em voga na época, de preocupação com a pesquisa histórica, tendo tido o Estado, como principal agenciador e gerenciador nesse processo. Sob os pilares iluministas da era pós Revolução Francesa, países como França, Portugal e Alemanha eram referências nos trabalhos do IHGB, que, inclusive, tinham sócios correspondentes nesses e outros países europeus. Lembremos que o século XIX caracterizou-se pelo florescimento de uma historiografia preocupada com a crítica documental, com a concepção de verdade histórica e com a maneira como o historiador deveria manter-se isento em relação ao seu objeto de estudo.

Esses elementos eram reforçados por uma visão de história *Magistra Vitae* (mestra da vida), da clássica expressão de Cícero, baseada na idéia de que a história deveria ser conhecida por todos, porque era um repertório de exemplos políticos, jurídicos, religiosos, e, sobretudo, morais e éticos. Os temas abordados – principalmente as guerras e as batalhas – propiciavam aos autores do século XIX, a oportunidade de registrar ações virtuosas e qualidades exemplares, através de narrativas convincentes e bem acabadas, que pudessem traçar condutas desejáveis por parte dos homens comuns.

A coletividade era, em última instância, a preocupação maior quando o assunto era delinear os traços mais convenientes presentes no projeto da invenção da identidade nacional. Essa foi uma inquietação constante nos discursos do IHGB, tanto no Império, quanto na Primeira República, com o agravante que, nesse último contexto, o crescente ambiente de discussão acerca das liberdades civis e políticas, assumia o papel de potencializador desse sentimento de aflição. Na visão desses historiadores, o “dever” da história, era o da pedagogia, com a preocupação de ensinar à sociedade, aquilo que fosse mais adequado aos objetivos dos grupos sociais mais influentes.

Nessa perspectiva, é notória a consciência dos autores quanto ao papel de “instrução” da história. Já em tempos republicados, Tristão de Alencar Araripe<sup>201</sup> alertava sobre a grande responsabilidade dos historiadores ao escreverem a

---

<sup>201</sup> Tristão de Alencar Araripe. “Indicações sobre a história nacional”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1895, pp. 259- 290.

história de uma nação, posto que a mesma, deveria funcionar como uma “lição” para os cidadãos que dela faziam parte. Em suas palavras:

“A história é um meio instrutivo do povo; a lição dos fastos nacionais, ensina aos cidadãos a eficácia das máximas políticas, e o esclarece sobre a marcha dos públicos negócios, dando-lhe experiência e tino preventivo. Convém, portanto, surgir a instrução nacional pelo doutrinamento da história”<sup>202</sup>.

O texto de Araripe destacava o “dever cívico” dos historiadores, que deveriam funcionar como verdadeiros “benfeitores da pátria”, na medida em que premiariam os heróis que pudessem servir de exemplo, ao mesmo tempo estimulariam atitudes patrióticas a seus leitores:

“... quem, pois, tiver que escrever a história da nossa cara pátria, o Brasil, muito acautelado deve proceder contra os defeitos apontados”<sup>203</sup>. “O historiador deve pintar o herói com perfeição oferecendo imaginação e admiração ao seu público”<sup>204</sup>.

Araripe propunha abertamente a glorificação de homens que pudessem representar a nacionalidade brasileira com positividade, deixando para tempos atrás, a exaltação dos colonizadores ou quaisquer outros que estivessem desvinculados da imagem que seria interessante consolidar. Como o seu texto dialogava com um contexto de legitimação de uma nação republicana, sua opção foi defender a idéia de que os historiadores deveriam exaltar os valores genuinamente nacionais, tais como a mestiçagem e o patriotismo de “homens da terra”, como André Vidal, Antônio Camarão e Henrique Dias. Estes eram considerados pelo autor como verdadeiros “heróis nacionais”.

Enfim, a história escrita no IHGB, tanto nos seus primeiros dias, quanto nos novos tempos republicanos, era considerada um instrumento pedagógico importante para ensinar à sociedade aquilo que fosse conveniente. Por isso, a constante preocupação do Instituto em produzir narrativas coerentes e bem arrumadas, onde a história seria uma cadeia de acontecimentos lógicos e coesos.

---

<sup>202</sup> Tristão de Alencar Araripe. “Indicações sobre a história nacional”. Op. Cit., p.263.

<sup>203</sup> Ibid., p.270.

<sup>204</sup> Ibid., p.263.

Toda essa visão da história “contínua” e “ininterrupta”, contendo em sua essência, o papel do fornecimento da experiência do passado em prol daquilo que seria mais adequado às expectativas do presente e das projeções de futuro, deve ser compreendida, levando-se em consideração, o universo ideológico daqueles que se propuseram a fazer a história naquela época. O princípio da unicidade da experiência histórica, isto é, a convicção de uma semelhança entre passado, presente e futuro, respaldava a idéia da marcha para a civilização e para o progresso. O êxito na busca do desenvolvimento de uma nação dependia do quanto ela se espelhava nos exemplos do passado, a fim de superar os enganos e aproveitar os exemplos profícuos.

A história era, portanto, um bem inextinguível, na medida em que podia fornecer o exemplo de homens e fatos do passado para os futuros casos semelhantes. Ela assumiria o papel de ensinar aos indivíduos de uma determinada sociedade, a não incorrer nos erros cometidos no passado, ou, como diria Reinhart Koselleck, a história seria um “cadinho” contendo múltiplas experiências alheias, das quais os indivíduos deveriam se apropriar com um objetivo pedagógico<sup>205</sup>. O uso dessa fórmula remeteria a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um contínuo histórico de validade geral<sup>206</sup>.

Diante dessas perspectivas, interpôs-se o interesse pela busca da verdade histórica, cujos principais elementos dessa perspectiva estavam no uso do método científico na pesquisa histórica - como a utilização prioritária de fontes primárias - a ênfase na história narrativa, o comprometimento do conhecimento passado tal como realmente ele ocorreu, o uso da experimentação como caminho para o conhecimento científico da história, enfim, todo o conjunto de metodologias e linguagens que transitavam no âmbito da história européia, a partir do século XIX. Referimo-nos, portanto, a toda uma tradição oitocentista de como fazer história, cujas maiores referências foram Leopold Von Ranke (1795-1886) e o pensamento positivista comteano (de Augusto Comte, 1798-1857).

---

<sup>205</sup> Reinhart Koselleck. “*Historia magistra vitae*. Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento” In: \_\_\_\_\_. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. Puc-Rio, 2006, p. 42.

<sup>206</sup> *Ibid.*, p.43.

Por outro lado, apesar de inserido na lógica ocidental de civilização e progresso, em discussão em vários países do mundo, a Instituição Brasileira guardou peculiaridades importantes em relação ao caso europeu. Os primeiros trabalhos publicados no IHGB, por exemplo, estavam muito comprometidos com a legitimidade do poder monárquico, apresentando discursos que dessem conta de produzir uma narrativa nacional, que deveria conciliar instâncias conflitantes - como, por exemplo, a manutenção do trabalho escravo e a crença num tempo civilizado. Os discursos do IHGB deveriam equilibrar as peculiaridades da realidade brasileira, às idéias liberais provindas da Europa, ao mesmo tempo em que deveriam ser condizentes com a idéia de uma nação independente e comprometida com o progresso.

O projeto de Estado-nação que os grupos dirigentes conceberam para a construção de uma identidade nacional no Império deveria, portanto, abarcar elementos, aparentemente incompatíveis, mas que, por fim, poderiam configurar instâncias complementares. A adoção do modelo de civilização européia demonstrou que o Estado brasileiro foi concebido para atender aos interesses de uma elite agro-exportadora e escravista. Cabia aos idealizadores dessa nação inventada para atender demandas específicas, acomodar o liberalismo importado do além-mar, às expectativas dos grupos políticos mais influentes do Império.

### 2.3.

#### **O IHGB entre metamorfoses e permanências : as novas narrativas nacionais em tempos de República**

A mudança de sistema político advinda com a queda da monarquia e a implantação da República federativa trouxeram mais que um momento de ruptura política. O contexto pós-1889 pode ser caracterizado como um aumento das intensas discussões acerca do passado, do presente e das expectativas sobre o futuro nacional. Embora se possa dizer que o episódio da passagem do Império para a República tenha sido quase um “passeio”<sup>207</sup>, afinal, os grupos políticos da

---

<sup>207</sup> Boris Fausto. “A Primeira República (1889-1930)”. In: \_\_\_\_\_. *História do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990, p. 245.

República eram os mesmos do Império, acrescido do grupo militar ativo<sup>208</sup>, nos anos que sucederam ao 15 de novembro, pairavam uma grande incerteza, que se refletia em embates de projetos, nos mais diversos espaços de sociabilidade e intelectualidade. Nas ruas, nos livros, nos jornais ou nas tribunas, o momento era de efervescente discussão acerca dos possíveis caminhos do futuro da nação.

Pelas fortes ligações do IHGB com a instituição monárquica que estava sendo deposta, a Casa da Memória Nacional não poderia passar passiva e ileso às incertezas do contexto pós-República. Com a mudança de sistema político, os recursos ficaram mais escassos, situação que perduraria até, mais ou menos, o início do século XX, quando José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, assumiu a presidência da Instituição, em 1908. Sem o apoio financeiro de seu defensor perpétuo, D. Pedro II, o IHGB passaria por momentos difíceis, inclusive no âmbito organizacional, na medida em que boa parte de seus associados e colaboradores possuíam cargos burocráticos ligados ao governo imperial.

Importa-nos, no entanto, entender como os intelectuais ligados ao IHGB posicionaram-se diante do quadro de mudanças e incertezas que iria afligir a sociedade como um todo, nesse final do século XIX e início do XX. Nessa perspectiva, como se daria o processo de adequação do fazer história por força da instauração do novo regime? Certamente, devemos considerar o fato de que o IHGB teve que estabelecer o debate sobre o Estado federativo, o presidencialismo e a ampliação do regime representativo. Tendo nascido e crescido sob os auspícios de sua majestade imperial, esses novos elementos tiveram que ser acoplados a um novo projeto de identidade nacional, mais condizente ao novo contexto político da época.

Do ponto de vista historiográfico, podemos dizer que o Instituto passou por algumas mudanças, mesmo com alguns sócios defendendo, abertamente, projetos de restauração da monarquia. A partir de então, as obras publicadas na agremiação deveriam reforçar um projeto de construção do Estado nacional, dessa vez não mais monárquico, mas sim, republicano. Essa nova postura assumida pelo IHGB

---

<sup>208</sup> Maria do Carmo Campello de Souza. In: Carlos Guilherme Mota (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1982.

pode ser ilustrada pela própria alteração da data das sessões magnas, antes realizadas no dia da primeira participação do Imperador no Instituto, e que, a partir de 1905, passam a ocorrer no dia 15 de novembro, como forma de homenagem ao novo regime e à franca aliança com os representantes políticos da República. A idéia, iniciativa do secretário Max Fleiuss, abriu as portas do IHGB para os políticos ligados ao governo republicano, que, a partir de então poderiam ter acesso formal ao instituto.

Comparando a *Revista do IHGB*, antes e após a instauração da República, é possível percebermos mudanças no caráter procedimental, e mesmo textual, dos escritos de seus sócios. Segundo Lilia Schwarcz<sup>209</sup>, ensaios com uma postura mais “cientificista” e “interpretativa” principiaram a aparecer, a partir dos primeiros anos da República. A imagem ordenada que se fazia do Brasil, presente nos primeiros trabalhos publicados no IHGB, teria dado lugar a uma postura mais pessimista acerca das perspectivas do presente e do futuro.

Já Lúcia Guimarães<sup>210</sup> destacou a permanência de uma postura conciliadora, e até certo ponto, continuísta, nos primeiros trabalhos do IHGB na era republicana. Novos temas seriam trabalhados de forma a congregar antigas abordagens e a conciliar as expectativas do presente, então redimensionadas.

De fato, uma postura mais científicista, a qual se referiu Schwarcz, configurava um grande diferencial em relação aos primeiros discursos do IHGB. Apesar do discurso da ciência, atrelada ao modo de concepção do “fazer história”, já ter estado presente nos pretensos discursos da “verdade histórica” em autores como Francisco Varnhagen e João Manuel Pereira da Silva, a geração de intelectuais dos novos tempos republicanos havia entrado em contato, mais profundamente, com novos recursos argumentativos provindos da Europa, como o positivismo, o evolucionismo, o materialismo e o científicismo<sup>211</sup>.

O discurso científicista interposto pela geração de intelectuais como Joaquim Nabuco (1849-1910) e Silvio Romero (1851-1914), que, entre outros, contestaram a idéia romântica da centralidade do indígena na etnia brasileira,

<sup>209</sup> Lilia Schwarcz. *Os guardiões da nossa história oficial*. S. Paulo: Idesp, 1989.

<sup>210</sup> Lúcia M. P. Guimarães “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade o Imperador”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, nº 388, jul/set, 1995.

<sup>211</sup> A esse respeito ver Ângela Alonso. *Idéias em movimento. A geração de 1870 na crise do Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

abria um leque de novas possibilidades à questão da identidade nacional brasileira, como por exemplo, a inserção do elemento étnico negro na idéia da constituição do povo brasileiro<sup>212</sup>. O aumento das discussões acerca da abolição do trabalho escravo, nos anos oitenta do século XIX, traria a urgência no redimensionamento nos postulados da invenção nacional. A chegada da República potencializou, ainda mais, a sensação dessa urgência, já que a questão da cidadania ganhava novos ares no espaço público.

Atrelado a essas questões estava também a crescente influência das teorias de conteúdo social e racial provindas da Europa<sup>213</sup>, que ganharam contornos próprios no ideário cultural, político e nacional da época. Boa parte dos intelectuais que se propuseram a pensar a questão nacional, levou em consideração as atipicidades da sociedade brasileira e elegeram como referencial, as teorias deterministas sociais e do meio, tendo buscado conformar teses evolucionistas como as de Spencer, Darwin e Haekel, à instância social. O tema da miscigenação, por exemplo, foi muito recorrente entre os intelectuais da Primeira República, tendo apresentado várias controvérsias quanto a sua abordagem e valoração<sup>214 215</sup>.

Em geral, o pensamento brasileiro expressava na época, uma grande preocupação com a origem multiétnica do povo, como fator de entrave ao progresso e desenvolvimento do país. O processo de cruzamento das raças na formação da sociedade brasileira constituiu-se em objeto de estudos e investigações científicas, tema muito recorrente, particularmente após o término

<sup>212</sup> A esse respeito ver Maria Tereza Chaves de Mello. “Narrativas nacionais e tempo: do Romantismo ao Cientificismo”. In: Ana Maria Stiven e Marco A. Pamplona (Orgs.). *Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

<sup>213</sup> Como por exemplo as idéias de Joseph Arthur de Gobineau, autor de *Essai sur l'inegalité des races humaines* (1855); e de Gustave Le Bon. *Lois psychologiques de l'evolution des peuples* (1895).

<sup>214</sup> Para Nina Rodrigues (1862- 1906), por exemplo, a mistura de etnias configurava um ponto degenerativo para a sociedade brasileira. Vide entre outros \_\_\_\_\_. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Progresso, 1957; Já para Silvio Romero (1851-1914) a mestiçagem não foi apreendida de forma negativa, mas ao contrário, foi percebida como uma solução viável para o caso brasileiro, no caminho para o futuro “branqueamento” da população e conseqüente evolução do nível de desenvolvimento social. Vide entre outros, \_\_\_\_\_. “O Brasil Social”. *Revista do IHGB*, v. 14, tomo 69, parte 2, Rio de Janeiro, 1908.

<sup>215</sup> Embora tenhamos que frisar que, tanto em Nina Rodrigues, quanto em Silvio Romero, a heterogeneidade racial era vista como um obstáculo à construção da identidade nacional, a abordagem de Romero propunha um caminho viável para a modernização do país. Ele acreditava na teoria do evolucionismo – idéia que se baseava na evolução linear da história humana, na qual a sociedade européia do século XIX figuraria como etapa final do desenvolvimento social.

da escravidão, mediante a apropriação das teses propaladas pelo racismo científico. Muitos intelectuais brasileiros acabaram buscando no suposto problema da mestiçagem, por meio da teoria do branqueamento, uma solução para a superação do atraso do país<sup>216</sup>.

O próprio modo de proceder o “fazer história” também acompanharia o ritmo das metamorfoses ocorridas no âmbito das mentalidades e das estruturas políticas. A influência das ciências sociais e naturais, da geografia e dos estudos etnográficos imprimia uma nova forma de abordagem no campo da pesquisa e da escrita da história. O alcance de novas correntes de pensamento como o evolucionismo, o naturalismo, o darwinismo social e o positivismo dariam um novo direcionamento às narrativas históricas, a partir de então, ainda mais preocupadas com o teor científico dos textos.

No caso específico dos discursos do IHGB, o que se percebe é que, apesar de presentes o discurso da “modernidade” e da “cientificidade” como uma novidade em relação aos primeiros autores do Instituto, a preocupação em acomodar as imagens do passado, às novas necessidades e expectativas conjunturais, parecia maior que a intenção de demarcar grandes rupturas em relação à história nacional escrita nos tempos da monarquia. Por isso tendemos a concordar com Lúcia Guimarães quanto a presença de algumas continuidades nas narrativas nacionais do IHGB.

Embora as críticas ao procedimento metodológico adotado em meados do século XIX, fosse uma constante, o fato é que a busca da “verdade histórica” e a concepção de uma história narrativa, continuísta, vista como um repertório de grandes exemplos de conduta moral e ética - a história *Magistra Vitae* – eram concepções já presentes nos discursos predecessores e que permaneceram com o novo regime republicano.

A diferença estava, principalmente, na urgência no redimensionamento do projeto de identidade nacional idealizado no Império, que, com a queda da monarquia, deveria estar mais adequado à legitimação do novo regime. A crescente discussão em torno de questões como cidadania e o aumento das

---

<sup>216</sup> A esse respeito ver: Thomas E. Skidmore. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Trad. de Raul de Sá Barbosa Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; e Lília M. Schwartz. *O espetáculo das raças*. São. Paulo: Cia das Letras, 1993.

liberdades civis e democráticas, colocavam, na ordem do dia, a necessidade de mudanças que se dariam, principalmente, no campo das representações simbólicas. Os novos discursos passariam a fomentar a invenção de outras tradições<sup>217</sup>, resignificando o passado, de modo a eleger novos mártires e outros eventos históricos. Novas imagens haviam sido pinçadas do passado como forma de legitimação da nova ordem social do presente.

Assim, se o passado construído desde a fundação do Instituto, privilegiou temas como o Descobrimento e a Independência, a mudança de regime trazia para a história, o resgate de homens como Tiradentes e os “mártires” envolvidos em Dezesete e na Confederação do Equador.

Um dos artifícios que viabilizou esse processo de transformação, e que foi bem documentado na *RIHGB*, foram as cerimônias comemorativas de alguns eventos, antes negligenciados pelo calendário do oficial do IHGB. Nos discursos solenes preparados para esse tipo de ocasião, episódios históricos, antes desprestigiados, assumiram formas míticas. Os heróis eram enaltecidos através de narrativas que pusessem em realce, os adjetivos dignos de serem “louváveis”, como a coragem, o espírito de sacrifício e a abnegação.

Em relação aos primeiros historiadores do IHGB, podemos dizer que houve uma mudança considerável no modo de conceber os cânones das narrativas nacionais. Se Vanhargen não aceitava nem mesmo referir-se à Conjuração Mineira, os historiadores da República elegeram Tiradentes como o representante oficial do novo projeto de identidade nacional. Se o mesmo Vanhargen compreendia os movimentos pernambucanos de 1817 e 1824 como uma insubordinação às ordens políticas do passado, os historiadores que escreveram na *RIHGB*, depois da queda do Império, assumiram em geral a postura de reconhecer nesses mesmos episódios o despertar de aspirações “liberais”, “democráticas” e “republicanas”.

Um marco emblemático da mudança de postura do IHGB em relação à eleição de seus cânones nacionais, esteve na publicação do texto do Major José Domingues Codeceira intitulado “Exposição dos fatos históricos que comprovam

---

<sup>217</sup> Eric Hobsbawm & Terence Ranger. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional”<sup>218</sup>. O texto, que já havia sido apresentado em sessão extraordinária no IAGP<sup>219</sup>, ganhou publicação na *Revista do IHGB* ao ter defendido a tese da prioridade de Pernambuco nos feitos históricos como o de 1817, situados pelo autor como antecipações da Independência.

O texto de Codeceira deve ser compreendido dentro de uma polêmica que se estabeleceu na época acerca dos méritos de Tiradentes, o alferes da Conjuração Mineira, eleito por boa parte dos republicanos, como o herói nacional precursor da idéia de república no Brasil. O discurso do autor inseria-se num contexto de disputa em torno da construção dos mitos de origem da República.

Através de um acalorado discurso, Codeceira visava protestar contra a crescente heroização da figura de Tiradentes, processo que vinha se consolidando de forma consistente na época. Seu texto embasava-se na idéia de que toda a honra deveria ficar a cargo dos “célebres pernambucanos”, estes sim, seriam os verdadeiros precursores da Independência e os primeiros defensores da “pátria brasileira” e da “liberdade”. Todo o mérito deveria pertencer a Pernambuco “por ter sido a primeira província que em seu solo plantou a soberba árvore da Independência, regando-a com o precioso sangue de seus filhos”<sup>220</sup>.

No desenvolvimento de seu argumento, Codeceira explicava que muitas datas históricas importantes para Pernambuco poderiam estar à frente do controverso 21 de abril, de Tiradentes, data há pouco tornada feriado nacional. Alguns exemplos seriam o 27 de janeiro de 1654 (dia da Restauração Pernambucana), o 10 de novembro de 1710 (Movimento dos Mascates) ou o 6 de março de 1817 (da “Revolução de 1817”). Segundo o major Codeceira, estas datas representariam, de forma muito mais apropriada, o título de prenúncio da Independência nacional.

Anos mais tarde, Codeceira publicaria, na mesma linha argumentativa, *A idéia republicana. Prioridade de Pernambuco comprovada em face da história e*

---

<sup>218</sup>José Domingues Codeceira. “Exposição dos fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional”. *Revista do IHGB*, tomo 53, parte 1, Rio de Janeiro, 1890.

<sup>219</sup> Sessão de 6 de Fevereiro de 1890.

<sup>220</sup> José Domingues Codeceira. “Exposição de fatos históricos que comprovam...” Op. Cit., p. 327.

*documentos autênticos*<sup>221</sup> (1894), no intuito de reivindicar para Pernambuco, a prioridade da idéia de República no Brasil. Dessa vez, a tese do major Codeceira embasava-se no destaque a figura de Bernardo Vieira de Mello, “mártir” do movimento dos Mascates, de 1710. Na perspectiva do autor, Bernardo Vieira de Mello seria o representante mais adequado ao título de precursor da República, posto que, com uma antecedência de quase oitenta anos em relação à Conjuração Mineira, ele teria protagonizado um movimento que já teria demonstrado anseios de Independência e de República. Mas uma vez o objetivo de Codeceira era protestar contra a heroicização da figura de Tiradentes. Em seu empreendimento, ele buscou destacar aspectos que pudessem macular a imagem de Tiradentes, como o papel secundário do alferes na Conjuração Mineira, além da sua atitude demasiadamente abnegada no momento de sua morte<sup>222</sup>. Em suas perspectivas, até mesmo Felipe dos Santos, do movimento ocorrido em Minas Gerais em 1720, seria mais adequado para fazer parte galeria dos heróis precursores da Independência, do que aquele homem que estariam fabricando com a alcunha de herói nacional<sup>223</sup>.

É preciso deixar claro que o fato de o texto de Codeceira<sup>224</sup> ter sido publicado no IHGB certamente não significou a adesão do Instituto a defender a tese da prioridade pernambucana. No entanto, podemos dizer que o seu discurso certamente contribuiu para que Dezesete saísse do ostracismo que lhe havia sido imposto pela “arca do sigilo”, política do silêncio adotada pelo Instituto para os assuntos que pudessem incitar polêmicas indesejadas.

<sup>221</sup> Cf. José Domingos Codeceira. *A idéia republicana no Brasil: prioridade de Pernambuco*. Recife: Massangana, 1990.

<sup>222</sup> Para o desenvolvimento desse argumento, Codeceira tomou por base a obra de Joaquim Norberto de Souza, *História da Conjuração Mineira*, publicada em 1873, além do texto “Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela, acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro desde o dia 17 até 26 de abril de 1789”, oferecido por Francisco Varnhagen ao IHGB.

<sup>223</sup> As críticas de Codeceira sobram até para a chamada “Revolta de Beckman”, do Maranhão, que, assim como a Conjuração Mineira, seria um episódio indigno de fazer parte do rol dos precursores da “liberdade”, por ter se tratado de uma mera reivindicação de grupos sociais mais abastados.

<sup>224</sup> José Domingues Codeceira. “Exposição dos fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional”. *Revista do IHGB*, tomo 53, parte 1, Rio de Janeiro, 1890.

Tanto é que três anos depois, o texto de Tristão de Alencar Araripe, intitulado “Movimento colonial da América”<sup>225</sup>, mencionaria a “dimensão nacional” dos episódios pernambucanos de 1710 e 1817. A proposta de Araripe foi a de conferir aos eventos pernambucanos, o mesmo grau de importância atribuído à Conjuração Mineira, eleita pela República como o evento oficial precursor da Independência e da República. No texto de Araripe, os eventos pernambucanos e a Conjuração Mineira comporiam juntos os “prenúncios da Independência”<sup>226</sup>.

Uma questão interessante a notar no “Movimento colonial da América” é a maneira como Araripe situou o movimento dos Mascates, de 1710. Segundo suas perspectivas, já em 1710 havia um desejo de Independência e de República no Brasil motivado, antes de tudo, pela “comoção popular”<sup>227</sup>:

“De 1710, quando apareceu a primeira agitação separatista na América, até 1822, quando o Brasil proclamou a sua independência política, decorreram 112 anos, espaço dentro qual se formulou cresceu e completou-se o pensamento autônomo das colônias americanas, e hoje a América libertada constituiu 19 repúblicas”<sup>228</sup>.

Araripe arrumou uma cadeia de acontecimentos baseada na idéia de que os espíritos da Independência e da República estiveram presentes em cada evento histórico. O movimento conhecido como “Guerra dos Mascates” seria “o primeiro brado erguido na América pelo colono contra o colonizador”<sup>229</sup>, o “gérmen fecundo da libertação colonial lançado no solo americano”<sup>230</sup>. A partir dele, viriam outros movimentos em que cresceria, gradativamente, uma aspiração de liberdade, como a Conjuração Mineira e a Insurreição Pernambucana de 1817, até culminar com a formalização da Independência nacional em 1822.

O intuito de Araripe ao situar os movimentos pernambucanos na mesma linha importância da Conjuração, era propor uma conciliação entre aqueles que, de um lado defendiam a tese da prioridade dos movimentos pernambucanos, e de

<sup>225</sup> Tristão de Alencar Araripe. “Movimento colonial da América”. *Revista do IHGB*, tomo 56, v.88, pt.2, pp.91-115, 1893.

<sup>226</sup> *Ibid.*, p...

<sup>227</sup> *Ibid.*, p. 100.

<sup>228</sup> Tristão de Alencar Araripe. “Movimento colonial na América”. *Op. Cit.* p.112.

<sup>229</sup> *Idem.*

<sup>230</sup> *Ibid.*, p.101.

outro, aqueles que defendiam a positivação da figura de Tiradentes. O autor entrava no debate a cerca dos mitos nacionais, tendo se pronunciado, inclusive, sobre a importância da figura de Tiradentes:

“Hoje Tiradentes é glorificado como proto-mártir da liberdade e símbolo da fé republicana. Eis a recompensa com que a posteridade galardoa aos que padecem por uma causa justa, embora seja somemos o serviço prestado antes do martírio, a que aliás o sacrifício dá realce e merecimento, sublimando-o posteriormente na imaginação e no entusiasmo popular”<sup>231</sup>

Araripe louvava a heroização da figura de Tiradentes, ao mesmo tempo em que reconhecia o valor dos movimentos pernambucanos. Propunha uma política do meio termo. Não negava as suas raízes<sup>232</sup>, mas aderiu à proposta do governo republicano em situar a Conjuração Mineira como o símbolo e o prenúncio da Independência e da República.

Sua visão se revelaria, ainda mais conciliadora, em suas impressões sobre a repressão do governo de D. João ao movimento de 1817:

“Curta foi a duração da república pernambucana. O príncipe regente D. João de Bragança que então governava em nome da rainha sua mãe, interdita por debilidade mental, assustou-se com a sublevação democrática, e providenciou rapidamente para sufocar o gérmen revolucionário”<sup>233</sup>.

Araripe optou por não criticar explicitamente a postura de D. João na repressão a Dezessete. Apesar de defender o valor do esforço dos pernambucanos, chamados por ele de “patriotas”, aqueles que teriam levantado o “pendor democrático”, Araripe apenas destacou o “susto” de D. João ao ter se deparado com uma situação “inesperada”. Tanto o Brasil quanto D. João ainda não estariam preparados para a novidade da República, por isso a atitude repressiva do príncipe regente, que havia acabado de assumir o trono no lugar de sua mãe interdita.

---

<sup>231</sup> Ibid., p.103.

<sup>232</sup> Tristão de Alencar Araripe era filho do coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, um dos envolvidos na Confederação do Equador.

<sup>233</sup> Ibid., p. 108.

No mesmo ano da publicação de “Movimento Colonial da América” o IHGB publicava “Flag of the Republic of Pernambuco”<sup>234</sup>, uma ilustração da bandeira da República de 1817, seguida de uma exposição explicativa das representações da flâmula revolucionária que dia o seguinte:

“As três estrelas representam Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, as três cores do arco-íris representam paz, amizade e união que a confederação ofereceu às outras nações. O sol simboliza os habitantes de Pernambuco, filhos do sol. A cruz é uma alusão à Santa Cruz, nome do Brasil na época de seu descobrimento”<sup>235</sup>.

A República de 1817 estava formalmente promovida a evento de dimensão nacional. Uma vez rompido o silêncio sobre 1817, o IHGB estava habilitado a descortinar os documentos e as narrativas, antes postos na “arca do sigilo”.

Ainda em 1893, o IHGB publicava “Carta do ministro brasileiro em Washington”<sup>236</sup>, uma breve exposição dos resultados da pesquisa de José Augusto Ferreira da Costa, que havia descoberto nos arquivos americanos a “comprovação” de que, no começo do século XIX, vários agentes americanos haviam se correspondido com a América Espanhola. Costa também descobriu a correspondência dos emissários do movimento de 1817 enviada aos Estados Unidos. “Comprovava-se” o fato de que os envolvidos na República de 1817 haviam buscado ajuda nos Estados Unidos para implantar um modelo de república federativa baseado nos preceitos da “Revolução Americana”. Registrava-se que, no começo do século XIX, os Estados Unidos mantiveram contato com vários países americanos que haviam implantado formas de governo republicano<sup>237</sup>.

A divulgação da pesquisa de Costa, cerca de quatro anos depois da implantação do novo regime republicano, dava certa legitimidade ao governo baseado em preceitos federalistas. A comprovação de que o governo de 1817 havia buscado o apoio dos Estados Unidos, dava ao evento, o status de episódio

<sup>234</sup> “Flag of the Republic of Pernambuco”. *Revista do IHGB*, tomo 56, v.88, pt. 2, p. 122, 1893.

<sup>235</sup> *Idem*.

<sup>236</sup> “Carta do ministro brasileiro em Washington”. *Revista do IHGB*, tomo 56, v.88, pt. 2, 1893.

<sup>237</sup> A esse respeito, já havia se pronunciado Francisco Muniz Tavares, que em 1840, alertava para o fato de que Pernambuco havia se iludido com a possibilidade do apoio dos Estados Unidos: “O espírito d’esta nação [dos Estados Unidos] é mercantil; os mercantes são avaros; o seu governo é tanto livre, quanto prudente... Antônio Gonçalves Cruz foi para lá em vão...” In: Francisco Muniz Tavares. “História da Revolução de Pernambuco em 1817”. *Revista do IHGB*, tomo 60, v.95, pt. 1, pp.103-291, 1897, p.173. [1 ed. 1840/ 2 ed. 1884].

demarcador da busca por um modelo república federativa, ainda em princípios do século XIX<sup>238</sup>.

Cada vez mais, os movimentos pernambucanos ganhavam prestígio e notoriedade no IHGB. Um bom exemplo para a compreensão dessa posituação dos eventos pernambucanos, depois da desagregação do Império, pode ser encontrado do conteúdo diferenciado dos discursos do IHGB sobre a Restauração Pernambucana. Também na *RIHGB* de 1893, por exemplo, o IHGB publicou vários textos sobre o assunto, dentre eles “Pernambuco no domínio holandês e sua restauração”, “Preparativos para a restauração do Brasil do poder holandês” e “Carta de Francisco Barreto Menezes , dando conta da vitória alcançada nos guararapes em 1648”<sup>239</sup>.

O propósito dessas publicações era, em geral, demonstrar a pré-existência de um sentimento de nacionalidade ainda no século XVII, quando os pernambucanos teriam evidenciado a força dos “brasileiros”, em luta para expulsar o invasor e inimigo batavo, sem a ajuda da metrópole portuguesa.

Vale salientarmos que a expulsão dos holandeses do Brasil, no século XVII, sempre teve o seu espaço garantido como episódio digno de importância no cenário da história nacional. No IHGB, por exemplo, a Restauração foi abordada em vários números de sua revista, mesmo antes da queda da monarquia. Diogo Lopes de Santiago, em “História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira” (1880)<sup>240</sup>, por exemplo, destacava a grandeza do ânimo da nação portuguesa, ao ter tecido louváveis procedimentos para combater a “crueldade e tirania dos holandeses a todos os moradores do Estado do Brasil”<sup>241</sup>. Em sua concepção, a reconquista do Brasil se devia a uma

<sup>238</sup> Mais tarde, no contexto das preparações para o centenário da Insurreição Pernambucana de 1817, o IAGP irá requisitar a impressão desses documentos arquivados em Washington e analisados por José Augusto Ferreira da Costa para se juntar a uma vasta coletânea que seria feita sobre tudo que havia sido escrito sobre a “revolução de 1817”. In: *Revista do IAGP-1917*, v.19, n. 95 a 98.

<sup>239</sup> “Pernambuco no domínio holandês e sua restauração”, “Preparativos para a restauração do Brasil do poder holandês” e “Carta de Francisco Barreto Menezes , dando conta da vitória alcançada nos guararapes em 1648”. In: *Revista do IHGB*, tomo 56, v.88, 1893.

<sup>240</sup> Diogo Lopes de Santiago. “História da Guerra de Pernambuco e Feitos Memoráveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira”. *Revista do IHGB*, tomo 43, parte 1, v.60, Rio de Janeiro, 1880.

<sup>241</sup> *Ibid.*, p. 255.

conjunção de forças portuguesas e brasileiras, que, juntas, teriam conseguido restaurar o Brasil do jugo opressor holandês.

A preocupação em resguardar a importância da participação portuguesa na interpretação do episódio Restauração Pernambucana mostrava a visão conciliadora do autor, que, ao ter escrito o seu texto ainda no Império, não tinha a intenção de desprestigiar a importância do legado da colonização portuguesa, de forma mais contundente, como se verá em discursos posteriores. O próprio título do trabalho, que deixava evidente a intenção de destacar os predicados do português João Fernandes Vieira, já antevia essa proposta do autor.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que Santiago se dispunha a elogiar o apoio dado por Portugal ao projeto da restauração, também destacava o valor da ação de homens “da terra” como o índio Felipe Camarão e o negro Henrique Dias, que, ao lado do português João Fernandes Vieira, teriam feito a diferença nos destinos da história do Brasil. No decorrer de todo o seu discurso, Santiago destacava a nobreza de sentimento desses homens, que unidos por laços de união e amizade, teriam devolvido àquela região, a quem, na época, detinha o seu direito legítimo.

Com a República, os discursos do IHGB acerca do tema Restauração passaram, progressivamente, a desvincular o sucesso da expulsão dos holandeses ao papel desempenhado por Portugal naquele cenário. João Lúcio Azevedo, por exemplo, em seu texto “A Restauração Pernambucana (Alguns documentos novos e sua apreciação)”<sup>242</sup> admitiu a conivência do governo de Lisboa com os revoltosos de Pernambuco, mas destacou também o frágil comprometimento de Portugal no esforço de reaver seus domínios daquela região. Segundo suas perspectivas, teriam sido os “patriotas pernambucanos” e não os portugueses, os mais comprometidos com a causa da libertação:

“ Os patriotas pernambucanos queriam a todo transe libertar-se da opressão holandesa, para recuperarem a nacionalidade antiga, sendo possível; no caso contrário por outro qualquer meio; de toda a maneira porém, queriam a liberdade.”<sup>243</sup>

---

<sup>242</sup> João Lúcio Azevedo. “A Restauração Pernambucana. (Alguns documentos novos e sua apreciação)”. *Revista do IHGB*, v.138, tomo 84, Rio de Janeiro, 1918.

<sup>243</sup> *Ibid.*, p.346.

Em outras palavras, se não tivesse sido possível a recuperação da nacionalidade portuguesa, os chamados “patriotas pernambucanos” por certo teriam buscado outras alternativas para viabilizar a libertação do jugo batavo. O autor não deixava claro o teor de suas elucubrações - se havia se referido à possibilidade do desenvolvimento de um movimento de emancipação naquela região, ou se via no projeto de Restauração o prenúncio de um movimento autonomista da nação. Considerando o fato de que o IHGB sempre primou pela afirmação de uma identidade nacional, o mais provável é que Azevedo tenha se proposto a defender a idéia de que já havia uma pequena chama de sentimento nacional presente na defesa da causa daqueles que, outrora, haviam se revoltado contra o domínio holandês. Ademais, se considerarmos que o texto de Azevedo saiu na publicação da *Revista do IHGB* de 1918, portanto, já no contexto em que o IHGB procurava representar os eventos históricos dispostos a serviço de um projeto de legitimação do Estado republicano, o mais provável é que o autor estivesse se referindo a um protótipo de sentimento nacional, cujo modelo estivesse em conformidade com aquilo que se esperava dos discursos do IHGB daquela época.

De qualquer forma, o mais importante a considerar é o fato de que o tema Restauração era perfeitamente conveniente ao projeto de história nacional engendrado pelo IHGB, tanto no Império, quanto na República, embora seja preciso ponderar a diferença na interpretação desse episódio nos dois contextos diversos. De uma forma geral, no Império, a Restauração era interpretada como um episódio importante da história nacional, na medida em que significava os primórdios de uma aspiração autonomista. Em geral, depois de 1889, a Restauração, passaria a ser delineada como um protótipo de sentimento nacional, que se mostraria mais amadurecido, em eventos históricos posteriores, como a Conjuração Mineira, a Insurreição Pernambucana de 1817, a Independência e a Proclamação da República.

Em relação ao caso específico do Movimento Pernambucano de 1817, podemos dizer que o IHGB caminhava a passos largos para o redimensionamento da historiografia de seus primeiros historiadores. Mantendo a postura de salientar a importância de 1817, em tempos de República, o IHGB republicava, em 1897, a

*História da revolução de Pernambuco em 1817*<sup>244</sup>, do monsenhor Francisco Muniz Tavares. A obra de 1840 deflagrara, na época de sua primeira publicação, duras críticas por parte da historiografia do IHGB<sup>245</sup>, posto que ela situava, pela primeira vez, o movimento pernambucano como uma “revolução liberal” - uma proposta incompatível com o projeto centralizador do governo imperial.

Francisco Muniz Tavares havia sido participante do governo provisório de 1817 e um texto de sua autoria, no contexto de sua primeira publicação, assumia feições de subversão. A repercussão negativa da obra de Muniz Tavares nos anos 40 do século XIX, era previsível diante das palavras de ousadia da *História da Revolução de Pernambuco*:

“a revolução de Pernambuco em 1817, bem que muito pouco durasse, fará sempre época nos anais do Brasil: tempo virá talvez, em que o dia 6 de março, no qual ela foi efetuada, será para todos os Brasileiros um dia de festa nacional. Pernambuco já tinha-se assas [sic] ilustrado na sanguinolenta luta, que por longo decurso de anos, desprovido de meios, abandonado a si só, valerosamente [sic] sustentara contra uma das mais poderosas nações marítimas da Europa, defendendo a sua honra, o seu território, a despeito das reiteradas ordens do tímido Bragança”<sup>246</sup>.

Anos depois, essas mesmas palavras seriam resgatadas por Barbosa Lima para a sua conferência proferida no IHGB, por ocasião das celebrações do centenário de 1817<sup>247</sup>. O IHGB re-avaliaria o movimento de 1817 “como uma manifestação de um nobre sentimento republicano”<sup>248</sup>, que, embora não tivesse tido muito senso prático, acabou por despertar o espírito nacionalista e as simpatias pelas causas liberais<sup>249</sup>. A *História da Revolução de Pernambuco em*

<sup>244</sup> Francisco Muniz Tavares. “História da revolução de Pernambuco em 1817”. *Revista do IHGB*, tomo 60, v.95, pt. 1, pp.103-291, 1897.

<sup>245</sup> Em resposta ao livro de Muniz Tavares, a *Revista do IHGB* publicou o texto memorial de Luiz do Rego intitulado “Luiz do Rego e a posteridade. Estudo Histórico sobre a Revolução de 1817” (Op. Cit), como uma tentativa de desmontar algumas ponderações de Muniz Tavares.

<sup>246</sup> Francisco Muniz Tavares. “Revolução de Pernambuco de 1817”. Republicação. *Revista do IHGB*, tomo 60, parte 1, v.95, Rio de Janeiro, 1897.

<sup>247</sup> Trecho do discurso de Barbosa Lima em 1917, no IHGB: “a revolução de Pernambuco em 1817, bem que muito pouco durasse, fará sempre época nos anais do Brasil: tempo virá talvez, em que o dia 6 de março, no qual ela foi efetuada, será para todos os Brasileiros um dia de festa nacional” In: *Revista do IHGB.....; Revista do IAGP-1917*, v.19, n. 95 a 98, p.675.

<sup>248</sup> Jonathas Serrano. “Revolução Pernambucana de 1817”. In: *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Comemorativo do Primeiro Centenário da Independência. Rio de Janeiro: IHGB, 1922. v. 1, parte II.

<sup>249</sup> Idem.

1817 tornar-se-ia referência obrigatória nos estudos que se propusessem a buscar as raízes do patriotismo brasileiro. Nas publicações do IHGB, a obra de Muniz Tavares agregaria valor, prestígio e novas publicações.

A *História da Revolução de Pernambuco de 1817* seria republicada novamente em 1917, por ocasião das comemorações do centenário de 1817. A nova republicação contaria com o apoio do Instituto Arqueológico Pernambucano e com as anotações de Manuel de Oliveira Lima, tudo para dar ainda mais credibilidade e inteligibilidade à obra de Muniz Tavares. O artifício do uso das anotações de um intelectual com o prestígio de Oliveira Lima funcionava como uma reabilitação<sup>250</sup> do tema no campo da historiografia.

Na edição de 1897, Tristão Alencar Araripe se encarregou de justificar a edição da obra na *Revista do IHGB*, agregando muitos elogios a Francisco Muniz Tavares:

“O autor foi testemunha presencial dos acontecimentos, que escreveu apresentando depoimento consciencioso e leal. Co-participante da democrática revolução de 1897, foi vítima da reação monárquica que aprecia com rigor magoado pelos sofrimentos próprios, e pelos sofrimentos de seus companheiros, procurando sempre ser imparcial e verdadeiro. A sua exposição constitui um documento digno de consulta no estudo da memorável revolução pernambucana, a respeito da qual, além dos documentos oficiais contemporâneos, pouco temos consignado por escrito; por isso tal exposição é de alto valor : e podendo-se dizer que é memória inédita pela raridade de sua aparição; não será pequeno serviço prestado à história pátria conservá-la nas páginas da Revista trimestral, razão pela qual a comissão de redação aqui a consigna”<sup>251</sup>.

Nessa nova fase da historiografia do IHGB, Dezesete seria representado como legítimo ensaio da Independência. A “revolução de 1817”<sup>252</sup> seria a própria “a revolução do Ypiranga”<sup>253</sup>, “o grito da Independência”<sup>254</sup>. Alguns autores,

<sup>250</sup> Cf. Philippe Joutard, 1977, apud Lúcia Maria P. Guimarães. “Entre a monarquia e república: a revolução pernambucana de 1817 e suas representações no IHGB”. In: Mônica Leite Lessa e Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca (org.) *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

<sup>251</sup> Tristão Alencar Araripe em nota na reedição de *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, de Francisco Muniz Tavares. In: *Revista do IHGB*, tomo 60, v.95, pt. 1, pp.103-291, 1897.

<sup>252</sup> A expressão é de Antônio Pereira Pinto. In: \_\_\_\_\_. “A Confederação do Equador. Notícia histórica sobre a Revolução Pernambucana de 1824”. *Revista do IHGB*, tomo 29, parte 2, Rio de Janeiro, 1866, p.43.

<sup>253</sup> Idem.

ainda acrescentariam que a grande importância de Dezesete estaria no fato desse movimento ter contado com a participação do povo, tendo se dado em função de um sentimento eminentemente patriótico. Essa foi a premissa do texto de Manoel Francisco Correia, intitulado “A Independência do Brasil” (1897). O autor sublinhava que a “revolução pernambucana de 1817” não teria servido apenas para aumentar o calendário dos mártires da pátria, mas também para preparar os ânimos do povo para os acontecimentos que ainda estariam por vir<sup>255</sup>. Leia-se, os acontecimentos que desembocariam na Independência nacional.

No século XX, o assunto República de 1817 ganharia, ainda mais destaque, nas publicações do IHGB. No Congresso de História Nacional, por exemplo, foram publicados três artigos especificamente dedicados a 1817. Dois deles eram biografias de Domingos José Martins: “Um vulto de 1817”<sup>256</sup>, de Jonatas Serrano, e “Domingos José Martins”<sup>257</sup>, de Marcílio Teixeira de Lacerda. Os dois dedicaram fartas linhas de elogio a Domingos José Martins.

Jonatas Serrano recorreu a Oliveira Lima para concluir que 1817 não teria dado certo por causa do “amor exagerado” dos “patriotas republicanos”. Não fosse o espírito intempestuoso dos pernambucanos, 1817 teria se transformado no princípio da Independência nacional. Em suas ponderações elogiosas ao movimento pernambucano, Jonatas Serrano iria dizer que 1817 teria sido uma “revolução de princípios”, mais do que propriamente um movimento deflagrado por “interesses econômicos”. Serrano conferia uma conotação positiva a Dezesete, apelando para as razões morais que teriam motivado a experiência republicana. Como Oliveira Lima, Serrano também teceu alguns elogios a D. João VI, tendo inclusive, se envolvido num debate com João Ribeiro, a esse respeito<sup>258</sup>.

A Domingos José Martins ele dedicou vários elogios, como o destaque a sua coragem e a sua popularidade. O encerramento do artigo foi quase teatral, com Serrano descrevendo o pensamento de Domingos José Martins momentos antes de sua morte:

---

<sup>254</sup> Idem.

<sup>255</sup> Manoel Francisco Correia. “A Independência do Brasil”. *Revista do IHGB*, tomo 60, parte 2, v.96, Rio de Janeiro, 1897. pp.97-104.

<sup>256</sup> Jônatas Serrano. “Um vulto de 1817”. *Congresso de História Nacional*, v.1, pp.519-551, 1914.

<sup>257</sup> Marcílio Teixeira de Lacerda. “Domingos José Martins”. *Congresso de História Nacional*, v.1, pp. 553-586, 1914.

<sup>258</sup> Serrano iria dizer que João Ribeiro teria “carregado nas tintas” nas críticas a D. João VI.

“A esposa, o irmão, a família, os outros companheiros perpassam rapidamente das imagens pela mente febril. Mas Domingos José Martins conservava o sangue frio; ele não está ali para chorar o irremediável e sim para regar com seu sangue a semente revolucionária”<sup>259</sup>.

O texto de Marcílio Teixeira de Lacerda, “Domingos José Martins”, manteve mesma linha utilizada em publicações anteriores no IHGB - a de situar Dezessete como um prenúncio da Independência:

“Cada um daqueles fragmentos de carne humana era uma nova sementeira de onde nasciam outras tantas insurreições que se traduziam em outros tantos gritos de independência ou morte, repetidos, através da história, pela boca de Bernardo Vieira de Melo, Felipe dos Santos, Joaquim da Silva Xavier e Domingos José Martins e que vieram de quebrada em quebrada, até os memoráveis campos do Ypiranga, onde tiveram a sua consagração definitiva no gesto sublime de D. Pedro I”<sup>260</sup>.

Além dos textos de Serrano e Lacerda, o Congresso de História Nacional também publicou “A revolução de 1817 na Paraíba do Norte”<sup>261</sup>, de Ascendino Carneiro Cunha, que optou por tratar dos desdobramentos de 1817 na Paraíba. Seu estudo procurou tratar de alguns aspectos particulares da história da Paraíba, como a inquisição nos séculos VIII e XIX, a anexação da Paraíba à capitania de Pernambuco em 1799, e as secas de 1790 e 1793 que assolaram a produção de açúcar e o plantio de algodão da região. O objetivo do autor era explicar os motivos que teriam levado a Paraíba a aderir ao projeto de Dezessete.

É importante destacar que, tanto Marcílio Teixeira de Lacerda quanto Ascendino Carneiro da Cunha, eram membros do IAGP. Elaboraram suas conferências para o Congresso de História Nacional no intuito de enaltecer os “heróis pernambucanos”. No entanto, optaram por escrever textos que estivessem

<sup>259</sup> Jônatas Serrano. “Um Vulto de 1817”. *Congresso de História Nacional*, v.1, pp.519-551, 1914, p.551.

<sup>260</sup> Marcílio Teixeira de Lacerda. “Domingos José Martins”. *Congresso de História Nacional*, v.1, pp. 553-586, 1914, p. 556-557.

<sup>261</sup> Ascendino Carneiro Cunha. “A revolução de 1817 na Paraíba do Norte”. *Congresso de História Nacional*, v.1, pp.587-607, 1914.

mais ou menos de acordo com a política do IHGB. Dezesete foi situado como um ensaio para a Independência, mas sem maiores apelos à prioridade de Pernambucano no cenário da história nacional. O objetivo era, antes de tudo, inserir Dezesete como um evento importante da história nacional, sem causar grandes conflitos às narrativas históricas que estavam sendo construídas no Instituto Histórico nacional.

No mesmo Congresso, o texto de Annibal Velloso Rebello, intitulado “Tentativas de Independência”, nos chama a atenção por sua postura mais ofensiva em relação à monarquia. Como os outros autores, Rebello também procurou situar Dezesete como um movimento precursor da Independência e da República. Mas fez questão de acentuar o ódio das províncias do Norte à forma monárquica de governo. Em suas palavras, ele disse que Dezesete “já não era só o ódio à metrópole, mas também à forma monárquica de governo”<sup>262</sup>. Em suas ponderações, a autor ainda criticou o “exagero” do Conde dos Arcos ao ter matado o padre Roma, além de ter tecido várias críticas à atitude do governo monárquico em ter desenterrado o corpo do padre João Ribeiro e degolado a sua cabeça. Para ele, por essa razão “a consciência do brio e do civismo ficava assim aniquilada no sentimento popular”<sup>263</sup>.

Depois do Congresso, os escritos sobre Dezesete ficaram por conta da comemoração do centenário do evento. Na *RIHGB* de 1917, publicou-se a ata da sessão solene especialmente dedicada à comemoração do centenário da Insurreição Pernambucana de 1817<sup>264</sup>. Na agenda da grande festa que se planejava para a comemoração constava a inauguração do quadro de Antônio Parreiras, inspirado no retrato do padre Miguelinho, além de outros eventos importantes. Na abertura da sessão magna, seguiu-se o discurso de Afonso Celso, presidente perpétuo do IHGB, desde a morte do Barão do Rio Branco (1912). Depois Max Fleiuss, secretário perpétuo, procedeu à continuação da sessão com alguns avisos de ordem burocrática antes que a banda do Corpo de Bombeiros tocasse o hino da Independência.

---

<sup>262</sup> A. Velloso Rebello. “Tentativas de Independência”. *Congresso de História Nacional*, v.1, pp.391-415, p.413, 1914.

<sup>263</sup> *Ibid.*, p.414.

<sup>264</sup> No mesmo número divulgaram as anotações do Barão do Rio Branco intituladas *Efemérides brasileiras*.

O ponto alto da noite foi a conferência de Barbosa Lima, que entre outras questões, abordou a importância dos festejos do centenário de 1817, por ter sido esse evento um precursor do 7 de setembro. Em suas críticas à “história nacional”, Barbosa Lima citou o valor de homens como padre Montenegro, D. José Martins e frei Caneca, ao mesmo tempo em que imputou duras críticas a José Bonifácio, delineado em seu discurso como um funcionário de Portugal que só teria aderido à Independência poucos momentos antes dela ter se tornado uma realidade<sup>265</sup>. Barbosa Lima havia planejado o seu discurso na intenção de reverenciar os homens de Dezanete como precursores da Independência.

No decorrer da sessão magna aniversária também foi divulgada a descoberta de uma obra inédita de Varnhagen<sup>266</sup>, que havia sido encontrada em meio aos documentos do Barão do Rio Branco, morto em 1912. Uma coincidência interessante. Na mesma sessão planejada para louvar o movimento pernambucano de 1817, anunciava-se, sob entusiásticos aplausos, a descoberta de uma obra daquele que, em tempos passados, desmerecera a importância do evento. O que importava mesmo era a elaboração de novas narrativas acerca do passado, mantendo-se, sob prestígio garantido, as antigas narrativas da Instituição. Tudo na mais perfeita harmonia quanto fosse possível.

#### **2.4. Pátria, Religião e Liberdade: O IAGP e as suas novas “versões” para as narrativas nacionais**

---

<sup>265</sup> O historiador Tristão Araripe já havia destacado essa questão em seu texto “Patriarcas da Independência (*Revista do IHGB*, 1894). Tendo como fonte as instruções de Bonifácio para os Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, Araripe argumentava que José Bonifácio teria demorado a aceitar o fato da “inevitabilidade” da Independência e, que, ele ainda pensava, em pleno ano de 1821, em conservar a união dos dois reinos. A proposta de Araripe, na época, era contestar o título de “Patriarca da Independência” em favor da importância da figura de José Clemente Pereira, magistrado da Corte que teria contribuído de maneira decisiva para que D. Pedro permanecesse no Brasil, apesar dos apelos provindos de Portugal (episódio conhecido na história como o dia do “Fico”).

<sup>266</sup> Trata-se da obra “História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data”. *Revista do IHGB*, tomo 79, 1, pp. 436-438, 1916.

“Senhores! Sem culto ao passado, como disse um ilustrado escritor, não há verdadeiro patriotismo; o amor da glória é uma segunda consciência que dirige os passos do homem; e é deste modo que se concilia a ciência com a regilião- a mais forte aliança em que a inteligência e o coração fazem do ceticismo um crime, da descrença um condenado abuso”<sup>267</sup>.

A partir de 27 de janeiro de 1862, com a inauguração do primeiro instituto histórico regional do Brasil, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), dispunha-se a uma maior preocupação em destacar os episódios pernambucanos. O “Leão do Norte”, como era conhecido, surgia como uma alternativa à história nacional, global e totalizante proposta, até então, pelo IHGB. O IAGP surgia com a intenção de ressaltar a importância da história pernambucana no conjunto da história nacional.

Outros institutos locais se estabeleceram depois do IAGP, como o de São Paulo, em 1895, o do Rio Grande do Norte, em 1902, e o Mineiro, em 1907. Em linhas gerais, o objetivo dessas e de outras agremiações locais, integrava-se ao modelo postulado pelo IHGB, com estatuto e formato de revista idênticos à Instituição sede, localizada no Rio de Janeiro. O diferencial estava, principalmente, no realce aos eventos locais. O Instituto de São Paulo (IHGP), por exemplo, investia sua historiografia no bandeirismo, e assessorava no anseio dos grupos políticos paulistas em ascensão, naqueles primeiros anos da República. O Instituto Mineiro (IHGM) tinha como pilar de sua historiografia a Conjuração Mineira e a figura de Tiradentes. Pregava a tese do pioneirismo da região na busca pela liberdade do Brasil, ainda no século XVIII.

Enfim, o surgimento dos institutos históricos locais atendia às expectativas e às necessidades de representação política de cada região. Em linhas gerais, essas instituições visavam o realce de suas histórias locais, bem como a reivindicação de seu grau de importância no conjunto da história nacional. Segundo as apreciações de Lilia Schwarcz, essa seria a principal razão e premissa dessas instituições históricas locais -realçar suas histórias e memórias, seus personagens e eventos, e, na medida do possível, sublinhá-los como peças essenciais no

---

<sup>267</sup> Trecho do discurso de João Joaquim Fonseca de Albuquerque em 27 de janeiro de 1869. In: *Revista do IAGP*, tomo 2, p.360.

caminho do Brasil em direção ao seu desenvolvimento nacional. Assim se “ao IHGB coube o papel de demarcar espaços e ganhar respeitabilidade nacional. Aos demais, a função de garantir as suas especificidades regionais e buscar definir, quando possível, certa hegemonia cultural”<sup>268</sup>.

No caso do Instituto Pernambucano, foco de nossa análise, a grande preocupação em enaltecer a importância do percurso de Pernambuco na história do Brasil, relacionava-se, em grande medida, a uma inquietação dos grupos dirigentes locais em relação ao futuro econômico da província. Os áureos tempos do setor agro-exportador de açúcar e algodão já tinham ficado para trás, e o futuro incerto de Pernambuco era uma preocupação para uma elite rural decadente, mas que “pretendia manter sua hegemonia enquanto região dominante na configuração interna nordestina”<sup>269</sup>. Preservar um passado que destacasse os momentos de glória de Pernambuco, era uma forma de afirmação face à insegurança dos tempos vindouros, e quem sabe, uma tentativa de arrefecer a distância que se tornava, cada vez maior, em relação ao eixo Centro-Sul.

Distância essa, que não se restringia às dissensões econômicas impostas, por exemplo, pela diferença nos incentivos fiscais e nos preços dos produtos agrícolas entre o Norte e o Sul do país. O Rio de Janeiro, tornou-se, ao longo do século XIX, bem mais que o centro das decisões econômicas e político-administrativas do Brasil, assumindo um papel hegemônico, também no âmbito cultural<sup>270</sup>. O próprio projeto do IHGB, criado como uma instituição oficial com a missão de escrever a história nacional, estava intimamente ligado à concepção centralizadora do governo monárquico e detinha a hegemonia sobre a seleção de fatos e a eleição de símbolos presentes no discurso historiográfico.

Assim nascia o IAGP, um espaço onde os grupos agrários locais, alguns setores da Igreja e profissionais liberais pudessem fazer representar seus interesses e aspirações político-culturais. A história oficial de Pernambuco, até então, contada sob o ponto de vista da historiografia do IHGB, fazia-se presente através do enaltecimento das especificidades regionais, sempre na busca de espaços de

<sup>268</sup> Lilia Schwarcz. *Os guardiões da nossa história oficial*. . S. Paulo: Idesp, 1989, p.100.

<sup>269</sup> *Ibid.*, p. 34

<sup>270</sup> A esse respeito ver Tânia Maria Bessone. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870/1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

legitimidade, tanto na política, quanto nos âmbitos da história e da memória nacionais.

Nessa linha de pensamento, o elemento-chave presente no discurso do IAGP foi o nativismo pernambucano, representado pela afirmação da tradição do sentimento patriótico do homem pernambucano, exemplificado por sua ação em episódios como a Restauração Pernambucana (1654), a Guerra dos Mascates (1710), o movimento pernambucano de Dezesete e a Confederação do Equador (1824). Nessa perspectiva, a idéia do patriotismo pernambucano, impressa no discurso historiográfico do IAGP, aparecia como fio condutor presente em vários trabalhos, tendo assumido diferentes conotações de acordo com cada caso, mas guardando, como característica comum, a tentativa de afirmação dos laços patrióticos de Pernambuco como elemento fundamental na composição da nacionalidade brasileira.

Os discursos do IAGP apresentavam-se lotados de regionalismo, na medida em que conservava grande apego à preservação da identidade regional. Assuntos relativos à história nacional ganhavam novas versões; os aspectos locais eram postos em evidência e assumiam importância fundamental na história nacional. Heróis pernambucanos tornavam-se verdadeiros mitos, representantes essenciais do processo de formação das identidades pernambucana e nacional.

Os primeiros números da *Revista do IAGP (RIAGP)* privilegiaram massivamente o tema Restauração, como as biografias de André Vidal de Negreiros<sup>271</sup> e de Henrique Dias<sup>272</sup>, ou o testamento de João Fernandes Vieira<sup>273</sup>. Nas sessões aniversárias, o resgate da memória dos “heróis” da Restauração confundia-se com a própria comemoração aniversária do Instituto. A esses homens era dedicada toda a atenção e todo o esforço para que se tornassem legítimos heróis de reconhecimento nacional.

Além das emblemáticas figuras de André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e João Fernandes Vieira, outros designados “heróis pernambucanos” povoaram a maior parte das fontes e narrativas expostas na *Revista do IAGP*. Árvores genealógicas de personalidades pernambucanas da época, ou mesmo o resgate de

---

<sup>271</sup> *Revista do IAGP*, n.16, 1868.

<sup>272</sup> *Revista do IAGP*, tomo 2, Outubro de 1867.

<sup>273</sup> *Revista do IAGP*, Tomo 3, 1869.

outros nomes da história pernambucana também podem ser encontradas nas páginas da revista. Estudou-se, por exemplo, a ascendência do pernambucano Jerônimo de Albuquerque<sup>274</sup>, homem que havia “libertado” o Maranhão do domínio dos franceses, no século XVII e conhecido como um dos fundadores da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte:

Na revista de 1868, Muniz Tavares optou por conferir fartos elogios a um dos filhos de Jerônimo de Albuquerque, Mathias de Albuquerque, designado governador-geral dos Estados do Brasil quando na primeira invasão holandesa no Brasil (1624-1625):

“Pernambuco é uma das províncias do Brasil a que tem uma história sua peculiar; esta história não pode ser mais honrosa do que é; os heróis que nela figuraram não são unicamente aqueles que ali vedes, e diante dos quais inclino-me respeitosamente...[Mathias de Albuquerque] Este benemérito pernambucano foi um herói preclaro; magoa-me não vê-lo colocado a par de seus iguais naquele lugar”<sup>275</sup>.

O lamento de Muniz Tavares quanto ao esquecimento da importância de Mathias de Albuquerque constitui apenas um exemplo do quanto o Instituto Arqueológico se esforçava em destacar os feitos dos filhos da terra pernambucana.

Nesses primeiros anos do IAGP, pouco se mencionou sobre os movimentos pernambucanos mais recentes, como a Insurreição Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador. Privilegiou-se, sobremaneira, a exploração do tema Restauração, exposto em abundância nos textos e nos discursos das sessões solenes.

Nas sessões ordinárias, o IAGP demonstrava preocupação com questões de ordem administrativa e financeira. Até 1865, grande parte das despesas era financiada pelos próprios membros associados, seja através da contribuição avulsa, das próprias mensalidades ou das jóias pagas pelos novos sócios. A Assembléia provincial passou a conceder subvenção anual a partir de 1866, e a parca quantia arrecada com a venda das revistas também contribuía para a manutenção de algumas despesas.

<sup>274</sup> *Revista do IAGP*, Tomo 3, 1869.

<sup>275</sup> Discurso. Muniz Tavares em 27 de janeiro de 1868. *Revista do IAGP*, n.16, 1867.

Outra grande preocupação era a aquisição e preservação de acervos documentais que pudessem estar dispersos pela província. Secretarias de paróquias, gabinetes de governo, irmandades e cartórios passaram a ser objeto de atenção por parte da Instituição. Qualquer evidência que pudesse contribuir para elucidar fatos relativos à história pernambucana deveria ser identificada, adquirida, catalogada e preservada nos arquivos do Instituto. No *Diário de Pernambuco*, foram publicados vários anúncios com apelos dirigidos ao “público letrado de Recife”, para que se pudesse doar ou, ao menos, disponibilizar para cópias, quaisquer documentos que pudessem ter significado importante para a história da região.

No fim dos anos 60, o discurso de João Baptista Regueira seria um dos únicos no IAGP a mencionar o Movimento Pernambucano de 1817. Até então, em todas as sessões aniversárias, privilegiou-se, positivar a imagem dos heróis da Restauração. Regueira optou por um caminho diferente ao ter destacado o patriotismo dos homens que se envolveram na “revolução” de Dezesete:

“A revolução de 6 de março foi uma palavra de fogo, que atirada no espaço por Tiradentes em 1789, veio acender o olhar patriótico de alguns homens distintos”. “Esses homens enxergavam longe. É que eles finalmente sentiam nos seus lábios vagir a independência essa primogênita de sua alma, que a 7 de setembro batizou-se nas águas do Ypiranga, sendo por essa razão que Pedro da Silva Pedroso negava posteriormente, que José Bonifácio levantasse primeiro que ele o grito libertador”<sup>276</sup>.

A preocupação de João Baptista Regueira em situar o movimento pernambucano como um prenúncio da Independência não só discutia com toda uma historiografia da época, preocupada em positivar a imagem de José Bonifácio, mas também propunha uma alternativa em relação a uma corrente de historiadores que havia eleito José Bonifácio como o grande “Patriarca da Independência”.

A veiculação positiva da imagem de José Bonifácio foi facilitada, em grande medida, pela adesão dos positivistas e dos abolicionistas, que, notadamente, a partir do final da década de sessenta do século XIX, passaram a

<sup>276</sup> Discurso. João Baptista Regueira Costa. *Revista do IAGP*, n.16, 1868, pp.205-206.

citar, freqüentemente, a figura de José Bonifácio como modelo de defesa das causas liberais e abolicionistas. Miguel Lemos, chefe do centro positivista *Apostolado*, por exemplo, elogiou o *Opúsculo* de José Bonifácio sobre a escravidão, em “O Positivismo e a Escravidão Moderna” (1881). Joaquim Nabuco, conhecido pela defesa da causa abolicionista, também citou várias vezes José Bonifácio, tendo sido considerado por ele, o grande defensor das idéias abolicionistas no contexto da Independência<sup>277</sup>. Posteriormente, a imagem do “Patriarca da Independência” foi facilmente assimilada pelos políticos da Primeira República. Afinal, José Bonifácio era um legítimo político defensor das idéias liberais moderadas, na medida em que criticava veementemente os “excessos democráticos” e a liberdade sem medidas<sup>278</sup>. Tornava-se referência perfeita para expressar o modelo ideal de liberdade, atrelada à idéia de ordem social.

De acordo com as apreciações de Cecília Helena Lorenzi de Salles Oliveira<sup>279</sup>, a construção da memória de Bonifácio teria sido viabilizada pelas agremiações republicanas paulistas, que, em fins do século XIX, teriam buscado no passado da monarquia, personagens que pudessem se contrapor à figura de D. Pedro, interpretada por alguns grupos da época como tirano e déspota. Esses grupos teriam associado Bonifácio à defesa da Independência e à superação das heranças coloniais, e tiveram por base, os escritos em que Bonifácio apontou propostas reformistas no tocante aos índios, à escravidão e à distribuição da terra.

O IHGB manteve, em geral, a postura de sublinhar o papel essencial de Bonifácio na luta pela emancipação política do Brasil. Boa parte dos historiadores ligados ao IHGB que se propuseram a escrever sobre a Independência, referiu-se a José Bonifácio como um legítimo brasileiro, muitas vezes até mais do que D. Pedro, desdenhado, algumas vezes, pelo fato de ser português. As biografias e os necrológios de Bonifácio, obras escritas em diferentes momentos por membros do Instituto Histórico, tendiam a situá-lo como grande herói nacional, embora

<sup>277</sup> José Bonifácio foi muito elogiado por Joaquim Nabuco em *O Abolicionismo*, por exemplo, obra em que o autor destacou a lucidez do político brasileiro ao ter defendido a causa da emancipação dos escravos, ainda nos anos 20 do século XIX.

<sup>278</sup> Emília Viotti da Costa. “José Bonifácio: Mito e Histórias”. In: \_\_\_\_\_. *Da monarquia a república. Momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

<sup>279</sup> Ver Cecília Helena Lorenzi de Salles Oliveira. “O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência”. *Anais do Museu Paulista*, n.sér. v.3, p.195-208, 1995, entre outros.

também coexistissem versões, veementemente, antiandradinas<sup>280</sup>. O clássico exemplo de desdém à figura de José Bonifácio no IHGB pode ser encontrado em Varnhagen. O visconde de Porto Seguro revelava pouca simpatia por Bonifácio, ao ter destacado alguns aspectos psicológicos desfavoráveis da personalidade de Bonifácio, como por exemplo, o seu ímpeto “vingativo” e “arbitrário”. Alguns historiadores atribuem essa hostilidade de Varnhagen por Bonifácio, a motivos de ordem pessoal, já que o pai de Varnhagen, quando trabalhava na fábrica de ferro Ipanema fora alvo de críticas da família dos Andradas<sup>281</sup>.

Enfim, ao ter se referido ao fato de que Pedro da Silva Pedroso havia contestado o papel de José Bonifácio na Independência, Regueira reivindicava para os “heróis” de Dezanete a prerrogativa da origem do processo de Independência. Ao eleger homens como o padre Roma (José Ignácio de Abreu e Lima), Miguelinho (Miguel Joaquim de Almeida Castro) e Pedro da Silva Pedroso como predecessores da Independência, Regueira se opôs a toda uma tradição historiográfica que já tinha claro a sua “vanguarda imortal dos heróis da nacionalidade”<sup>282</sup>.

No entanto, sua intenção naquele momento, não era promover um discurso de contraposição ao sistema monárquico. Pelo contrário, sua estratégia foi a de criticar o sistema de governo republicano adotado pelo governo provisório de 1817:

“O erro na adoção da forma republicana foi o calcanhar de Aquiles do pensamento, falta esta, que não era bastante para inclinar a concha de uma balança quando na outra concha se pesavam os ferros da escravidão de um povo”<sup>283</sup>.

<sup>280</sup> Por exemplo, a obra de João Manuel Pereira da Silva. *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*. Paris, 1858.

<sup>281</sup> Cf. Emília Viotti da Costa. *Da monarquia a república. Momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

<sup>282</sup> A expressão é de Pedro Calmon Moniz Bittencourt In: \_\_\_\_\_. “O Papel de José Bonifácio em Nossa Independência”. *Revista do IHGB*. Tomo especial para a publicação do Congresso Internacional de História da América, v.3, Rio de Janeiro, 1922. No presente texto, Pedro Bittencourt situa José Bonifácio como herói da nacionalidade brasileira, juntamente com Tiradentes, Evaristo da Veiga, Diogo Feijó, Duque de Caxias, D. Pedro II, Princesa Izabel, Benjamin Constant, Mal. Deodoro e Ruy Barbosa.

<sup>283</sup> Discurso. João Baptista Requeira Costa. *Revista do IAGP*, n.16, 1868, p.206.

Assim, Regueira procurava conciliar sua postura de defesa do movimento de Dezesete, sem no entanto, assumir uma apologia a um sistema de governo oposto ao sistema monárquico vigente. Utilizava-se dessa estratégia, ao mesmo tempo em que pedia que a posteridade reconhecesse o valor de Dezesete:

“O que é feito porém das demais atlantes do mundo da liberdade? As praças nos interrogam pelas suas estátuas...Quando a tarde do século se debruçar sobre o oceano das idades, por entre as trevas da noite eterna, há de brilhar a constelação desses heróis.E o bronze que soar pelo último representante d’aquela época será a posteridade dobrando pelos mártires de 1817”<sup>284</sup>.

O que se percebe é que os discursos do Instituto Pernambucano contemporâneos ao Império não adotaram uma postura crítica ao sistema vigente. Em geral, optaram por discursos conciliatórios, que apesar de terem reivindicado a valorização do passado pernambucano, adotaram a conduta da integração:

“Senhores! O Brasil é grande! Do Prata ao Amazonas uma congerie de vinte brilhantes estrelas o guarnecem, descrevendo a sua integridade que bem atesta a fraternidade do povo e a dedicação do governo. A religião e a monarquia firmes em tão sólidas bases jamais poderão ser atacadas e combatidas com vantagem. A cruz precedeu à monarquia; pois bem dessa monarquia abençoada deve proceder a felicidade do Brasil”<sup>285</sup>

O que esses discursos queriam era, sobretudo, salvar Pernambuco do indiferentismo:

“Qual outra arca de escrituras, o Instituto Arqueológico e Geográfico resguarda do dilúvio de pó levantado pelo amartelo[sic] demolidor empunhado pelo braço criminoso do indiferentismo, muitos e gloriosos padrões, que demarcam os teatros dessas lutas homéricas em que se empenharam os anteus [sic] da liberdade para salvarem esta heróica província das cadeias do cativo e das garras da heresia”<sup>286</sup>.

<sup>284</sup> Ibid., p.207.

<sup>285</sup> Discurso do major Salvador Henrique de Albuquerque em 27 de janeiro de 1869. *Revista do IAGP*, n.16, 1868, p. 360.

<sup>286</sup> Discurso de V. Ferreira Júnior, do Gabinete Português de Leitura. *Revista do IAGP*, tomo 2, n.17, 1869, p. 373.

Mais tarde, o advento da República Federativa consagraria o fim do unitarismo do Império, nos moldes impostos pela Constituição de 1824, o que traria nova dimensão aos discursos do IAGP. A nova Constituição de 1891 garantiria maior autonomia legal aos Estados, inclusive, para contrair empréstimos do exterior. Embora a prática dos primeiros anos do novo governo republicano tenha seguido com políticas intervencionistas, notadamente, quando o assunto era garantir os preços do café e os interesses das elites do Centro-Sul, a implantação de um sistema federativo havia possibilitado o controle da máquina administrativa e fiscal, no âmbito regional. Os anseios político-econômicos das elites pernambucanas puderam ser reivindicados sob o respaldo da legalidade, e essa nova conjuntura pôde incidir com força nos discursos do IAGP, quando heróis pernambucanos do passado assumiram a feição de precursores do sentimento autonomista republicano.

Tudo enredado de modo a preservar as tradições, a estabilidade e a ordem. O conservadorismo constituía uma característica inerente aos discursos produzidos no IAGP, reflexo de todo o sistema político coeso e pragmático presente na sociedade pernambucana, nessa segunda metade do século XIX e início do XX. Os grupos políticos rurais decadentes, muitos das quais, tornaram-se, posteriormente, elites urbanas, conservavam profundo sentido de classe e hierarquia<sup>287</sup>. Outros setores componentes da rede de relações restritas do sistema político pernambucano, tais como profissionais liberais, burocratas e religiosos, detinham a educação como forma de homogeneização de interesses comuns, de consagração de hegemonias e controle de oportunidades de ascensão social<sup>288</sup>. A maior parte dos chefes políticos de Pernambuco estudou na Escola de Direito de Recife, instituição referência, não só para aquela região, mas para todo o Brasil daquela época. Tais fatores de homogeneização das elites pernambucanas estiveram presentes também, na forma de admissão no Instituto Pernambucano, que utilizava critérios exclusivamente relacionais para esse fim<sup>289</sup>.

---

<sup>287</sup> Robert M. Levine. *Pernambuco na federação brasileira (1889-1937). A velha usina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

<sup>288</sup> Idem.

<sup>289</sup> Neste ponto, um aspecto de diferença em relação ao IHGB, que, embora também se utilizasse de critérios relacionais para admissão de seus sócios e correspondentes, exigia a apresentação de um trabalho para esse fim.

Em linhas gerais, o IAGP surgiu como uma agremiação que pretendia escrever a história de Pernambuco sob o ponto de vista dos grupos políticos pernambucanos. Todos os “documentos”, eventos e personagens que pudessem colaborar para o engrandecimento da história daquela região, eram, portanto, muito bem-vindos. A proposta do Instituto era atuar como *locus* oficial de preservação dos vestígios do passado pernambucano, bem como da produção de conhecimento histórico daquela região, visando à legitimação da importância de Pernambuco no contexto político imperial. Segundo o artigo primeiro do estatuto do Instituto Pernambucano, a finalidade da agremiação recém inaugurada em 1862 era a seguinte:

“... coligir, verificar e publicar os documentos, monumentos e tradições históricas que lhe for possível obter ou de que tiver notícia, pertencentes à história das províncias que formavam as antigas capitanias de Pernambuco e Itamaracá, desde a época do seu descobrimento até os nossos dias”<sup>290</sup>.

Enfim, tendo em mente esses objetivos, os sócios fundadores do IAGP trouxeram para as várias sessões ordinárias e comemorativas, discursos que procuravam legitimar a construção e a valorização da nacionalidade, mantendo como ponto de vista fundamental, os episódios e personagens locais. Nesse sentido, sob a perspectiva do IAGP, a história nacional só teria sentido se contados a partir dos feitos da “pátria pernambucana”. O Instituto Pernambucano nasceu com a missão de produzir narrativas históricas e geográficas que situassem a importância de Pernambuco no cenário nacional. Sob o discurso do cientificismo histórico e da defesa dos valores pátrios e religiosos, o IAGP seguia levantando a bandeira da oposição à história que se produzia na Corte, considerada aquém da grandeza dos grandes feitos históricos de Pernambuco.

Interessante é notarmos que, originalmente, o IAGP utilizava, em sua denominação, somente a palavra “arqueológico”, significando certa relação com a abordagem histórica. A denominação foi escolhida por influência do pensamento francês que considerava “arqueológico” como designativo do conhecimento do

<sup>290</sup> Antônio Vicente do Nascimento Feitosa. [Discurso] “Solenidade de inauguração do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano”. *Revista do IAGP*, tomo 1, Recife, 1863-1866, p.22.

passado, compreendido em todas as suas facetas. No discurso de inauguração do Instituto Pernambucano, o então orador oficial da agremiação, Dr. Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, chamava a atenção para a importância do estudo da “arqueologia”, “o estudo das antiguidades”, posto que, sem tal preocupação, não era possível constituir-se inteira a respectiva história. Não era possível entender os escritores que, por ventura, tenham se ocupado de fatos antigos<sup>291</sup>.

Em 1869, Muniz Tavares também se preocupou em justificar o uso da palavra arqueologia na denominação do Instituto:

“O arqueológico não se circunscreve à matéria, ao palpável, interna-se ao invisível, entra no exame, e investigação das línguas, usos e costumes das nações já idas”<sup>292</sup>.

Como a missão primeira do Instituto era salvaguardar os vestígios considerados importantes para a escrita da história pernambucana, justificava-se o uso da palavra no nome da agremiação. Uma outra explicação, que pretendeu elucidar as relações entre o trabalho da arqueologia e o da história, apareceu também em um dos discursos da *Revista* de 1866:

“Na arqueologia se dão constantemente dessas vicissitudes: uns cavam, roteam [sic] o terreno, abrem brechas, entram mesmo nas minas e não alcançam tudo que satisfaça a curiosidade, ou não chegam a conseguir o fim que almejam; outros porém, são mais felizes na empresa; entram nas minas já exploradas e descobrem facilmente preciosidades. Os dois nutrem a convicção de seu trabalho de inteligência, e com o fruto das pesquisas que fizeram, algum serviço prestaram ao futuro historiador, o qual saberá dar o devido apreço aos esforços, e constância que eles empregaram para chegar à evidência histórica”<sup>293</sup>.

A arqueologia funcionava como um suporte para a descoberta da “verdade eclipsada até então pela diuturnidade [sic] dos tempos...”<sup>294</sup>. Naquela época, não existia a compreensão da disciplina arqueologia, tal como hoje - o estudo dos assuntos ligados à pré-história. Apesar da expressa preocupação com os assuntos

<sup>291</sup> Antônio Vicente do Nascimento Feitosa. [Discurso]. “Solenidade de inauguração do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano”. Op. Cit., p. 24.

<sup>292</sup> Discurso de Francisco Muniz Tavares na sessão aniversária de 27 de janeiro de 1869. *Revista do IAGP*, n.17, tomo 2, p. 316.

<sup>293</sup> *Revista do IAGP*, n.14, 1867, p.138.

<sup>294</sup> Idem.

relacionados à história, deixado bem claro no próprio estatuto da agremiação, somente no século XX, o Instituto Pernambucano passou a utilizar a palavra “histórico” em sua denominação, intitulado-se, a partir de então, como Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

Embora o uso da palavra “histórico” na denominação do Instituto Pernambucano só tenha ocorrido no século XX, a preocupação com os assuntos relativos à história, era notória, já em seus primeiros anos de existência. A *Revista do IAGP (RIAGP)*, inaugurada em 1863, detinha em seus trabalhos uma preocupação central em destacar a importância dos eventos históricos tidos importantes para a história de Pernambuco e, por extensão, para a história do Brasil. Sua historiografia, de cunho eminentemente patriótico e comemorativo, abordava temas da história nacional, sempre dando um enfoque mais local aos temas já amplamente explorados na historiografia. Os personagens tornavam-se mitos - verdadeiros heróis, atores principais do enredo da história nacional.

Em sessão de 27 de janeiro de 1864, o orador interino designado para a ocasião do segundo aniversário do Instituto, Padre Mestre Lino do Monte Carmello Luna, enaltecia a memória dos heróis pernambucanos da Restauração:

“Pernambuco guardará no sacrairo [sic] da gratidão a memória de tão cantados belligeros [sic], que foram da heroicidade potente estímulo, e que, por seus feitos imortais, merecem, ainda hoje, imortal coroa: Pernambuco, repito, guardará como relíquia os nomes de tão valentes guerreiros... Vieira, Negreiros, camarão e Henrique Dias”<sup>295</sup>.

Os “guerreiros” citados no trecho do discurso de Carmello Luna eram considerados “imortais”, na medida em que mereciam ter os seus nomes gravados no livro dos grandes “valorosos” da história pernambucana. Mas se, por um lado, esses homens eram considerados os grandes heróis desse idealizado passado pernambucano, de outro, esses valentes guerreiros também deviam ser lembrados como os grandes nomes da história nacional:

---

<sup>295</sup> Padre Mestre Lino do Monte Carmello Luna. [Discurso]. *Revista do IAGP*, tomo1, Recife, 1863-1866, p.161.

“Pernambuco é uma das glórias brasileiras, uma província que tem uma história particularmente sua, nenhuma como ela oferece assuntos mais transcendentais, e de importância singular, para encher as páginas da história da nação”<sup>296</sup>.

Em outras palavras, ao mesmo tempo em que Pernambucano possuía uma história distinta, particular, sua importância transcendia à sua própria circunscrição, tendo assumido a conotação indispensável para compor as linhas da escrita da história nacional. Nessa linha de pensamento, políticos e intelectuais como Muniz Tavares e Joaquim Nabuco, sócios, correspondentes e colaboradores, detinham em comum, uma perspectiva peculiar de enxergar Pernambuco, ligada a uma camada de grupos políticos influentes e preocupada em escrever a história local em integração à perspectiva nacional. Homens como Aprígio Guimarães, Joaquim Portella, Padre Lino de Monte Carmello, Major Salvador Henrique, Soares de Azevedo, Cunha Figueiredo Júnior, Gervazio Campello, Witruvio Pinto Bandeira, Amaro de Albuquerque e Raposo de Almeida assistiram as primeiras sessões do Instituto Pernambucano e opinaram sobre questões que pudessem elucidar e contribuir para a história da região.

O grande pilar da historiografia produzida no Instituto Pernambucano era, sem dúvida, a temática em torno da Invasão Holandesa, sempre sob o prisma do brio patriótico do povo pernambucano, que teria livrado o Brasil do jugo holandês sem a ajuda de Portugal. A própria data de inauguração do IAGP, 27 de janeiro de 1862, remetia, intencionalmente, à comemoração da Restauração Pernambucana ocorrida em 27 de janeiro de 1654. A esse respeito, o Dr. Muniz Tavares<sup>297</sup>, primeiro presidente efetivo do IAGP, destacou a importância de se manter a solenidade dos aniversários e reconhecer a memória dos grandes feitos, visto que, só assim, os sucessos de outrora poderiam se perpetuar, e desse modo, não caírem no esquecimento. Em seu discurso na inauguração da agremiação, Muniz Tavares comentou a escolha adequada da data de comemoração da Restauração Pernambucana para a ocasião:

---

<sup>296</sup> Ibid., p. 163.

<sup>297</sup> Francisco Muniz Tavares (1793-1876). Foi o primeiro presidente do IAGP- uma forma de deferência por sua participação no movimento de 1817. Quando Muniz Tavares foi eleito para ocupar o primeiro cargo de presidência efetiva do recém criado Instituto pernambucano, já tinha publicado sua *História da Revolução de Pernambuco de 1817* (1840) como uma espécie de “testemunho” daquilo que viveu em Dezesete.

“Apesar da diversidade dos tempos, ainda não se extinguiu entre nós o sagrado amor da pátria... depois do dia 7 de setembro de 1822, eu não encontro um outro em nossos anais que mereça tanto o nosso cultivo como o 27 de janeiro de 1654”<sup>298</sup>.

A partir dessas palavras proferidas por Muniz Tavares podemos conjecturar sobre duas questões importantes. A primeira diz respeito a grande importância simbólica que iria se construir em torno da Restauração Pernambucana nas publicações da *Revista do IAGP*, desde os seus primeiros números, até aqueles publicados posteriormente a implantação do sistema republicano.

De um modo geral, a memória da Restauração se solidificou, não só no IAGP, mas também em boa parte da historiografia pernambucana do século XIX e primeira metade do século XX, notadamente àquela de matriz republicana, que deu ao período das Guerras Holandesas o sentido de antecipação dos ideais republicanos. Segundo Evaldo Cabral de Mello, as guerras holandesas já ocupavam um lugar central na ideologia nativista do Norte desde sua gestação do séc. XVII, até meados do séc. XIX, o que viabilizou e conduziu movimentos insurrecionais como os ocorridos em 1817 e 1824:

“ao longo desses duzentos anos, o nativismo teria de articular-se com as mutações ocorridas na economia colonial, nas relações de poder entre os grupos locais e entre estes e a metrópole e finalmente nas formações ideológicas dominantes”<sup>299</sup>.

Depois disso, traços desse “nativismo pernambucano” foram se metamorfoseando naquilo que Evaldo chamou de sentimento de “pernambucanidade”, presente nas análises que puseram em evidência o sentimento regionalista do que é ser pernambucano.

A segunda questão refere-se à grande importância do marco representado pela Independência para o Instituto Pernambucano, pelo menos, nas primeiras décadas após a sua inauguração. Era comum a exaltação da comemoração do 7 de

<sup>298</sup> Francisco Muniz Tavares. [Discurso]. “Solenidade de inauguração do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano” *Revista do IAGP*, tomo1, Recife, 1863-1866, p. 72.

<sup>299</sup> Evaldo Cabral de Mello. *Rubro veio. O imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, p.21.

setembro nos primeiros números da *Revista do IAGP*, concomitantemente, ao destaque da importância da Restauração pernambucana. O desligamento formal do Brasil de sua metrópole portuguesa, em 1822, aparecia como evento respeitável e reconhecido pelo IAGP, como marco fundamental para a história nacional. Apesar de a finalidade do Instituto ter se mantido ligada à história de Pernambuco, os textos publicados na *Revista do IAGP* tendiam a integrar a história da província pernambucana à história do Brasil, já consagrada nos discursos do IHGB.

Essa questão torna-se interessante na medida em que compreendemos que, antes de propor uma história totalmente diversa daquela imposta pelo IHGB, os membros do IAGP buscavam a valorização de Pernambuco. Tal perspectiva era uma forma de propor uma integração com a história que já vinha sendo produzida na instituição oficial localizada no centro do Império. A idéia, em princípio, não era criar uma nova narrativa nacional, mas antes de tudo, escrever a história de Pernambuco, destacando a sua importância fundamental no contexto da história nacional.

Esse grau de importância dado ao 7 de setembro foi sofrendo modificações nos discursos produzidos na *Revista do IAGP*, conforme as flutuações políticas e transformações conjunturais. Se tomarmos como exemplo a revista de número 37, de abril de 1990, podemos perceber a intenção de promover a entronização dos episódios pernambucanos aos símbolos nacionais:

“Depois do 7 de setembro de 1822, precedido do 6 de março de 1817, não há para esta terra outro dia que mereça ser tão festejado como o 27 de janeiro de 1654”<sup>300</sup>.

Pouco depois de instaurada a República Federativa, o dia da Independência ainda era considerado, pelo IAGP, como um dia de grande importância para a história nacional. Contudo, o 7 de setembro passaria a ser considerado, cada vez mais, como uma extensão do 6 de março, dia de comemoração do episódio de 1817.

---

<sup>300</sup> João José Pinto Júnior, presidente do IAGP. [Discurso] “Sessão Solene de Comemoração do 28º Aniversário do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano”. *Revista do IAGP*, tomo 5, Recife, 1890, p.5. Grifo nosso.

Ao lado dos heróis da Restauração Pernambucana e da exaltação da importância da comemoração da Independência, Dezanete e a Confederação do Equador, passaram a ganhar grande destaque nas solenidades e nos textos publicados no Instituto Pernambucano. Esses episódios passaram a assumir o papel de precursores do sentimento republicano e da nacionalidade brasileira:

“Se tem dito com bastante fundamento que o dia 6 de março de 1817 foi o desenvolvimento da primeira tentativa ou do primeiro movimento ocorrido em novembro de 1710, o qual movimento era, por sua vez, colorário do dia 27 de janeiro de 1654, que como fica dito, fez cessar para sempre as invasões holandesas, dando aos cidadãos esse espírito de autonomia que em 1822 se traduziu em fato pela Independência nacional”<sup>301</sup>.

A reprodução do texto de José Higino, na *Revista do IAGP*, originalmente publicado no *O Paiz*, do Rio de Janeiro, ilustra bem essa visão, na medida em destacava o sentimento de nacionalidade presente já em 1710, na chamada Guerra dos Mascates:

“Em 1710 a Guerra dos Mascates é a primeira e forte manifestação do sentimento da nacionalidade brasileira. Em 1817 as idéias republicanas da América do Norte lá encontraram eco. Em 1824, Pernambuco prefere se separar do resto do Império a permanecer na União sob o regime autocrático do primeiro Imperador. Em 1848, parece que esse espírito de resistência e de iniciativa deu o seu último lampejo, dizemos parece, porque na realidade não se extinguiu, mas transformou-se para se expandir no terreno da legalidade.”<sup>302</sup>.

Ao compararmos as palavras de José Higino aos discursos pronunciados no IHGB, na mesma época, podemos perceber nítidas diferenças no modo de condução dos projetos de construção de uma nova identidade nacional. O IHGB elegeu a Conjuração Mineira como o episódio precursor da nacionalidade brasileira. A Independência assumia o papel de momento fundador da nação, já que representava a idéia da nação independente. Já se tivermos como exemplo o trecho do discurso de José Higino, os símbolos mais importantes desse projeto de nação recairiam sobre os episódios pernambucanos. Apesar da importância

<sup>301</sup> Discurso do presidente do Instituto João José Pinto Júnior. *Revista do IAGP*, n.37, 1890. p.7.

<sup>302</sup> José Higino. [Sem Título. Artigo originalmente publicado no periódico *O Paiz*, Rio de Janeiro, 1888]. Transcrito pela *Revista do IAGP*, tomo 5, nº 37, Recife, 1890. p. 45. Grifo nosso.

conferida, pelo IAGP, à Independência, o título de precursor da nacionalidade brasileira não poderia pertencer à Conjuração Mineira, mas sim à Guerra Holandesa, à Guerra dos Mascates ou a Dezesete.

Em relação ao caso específico do tema Dezesete, podemos dizer que, se ele havia sido pouco mencionado nos primeiros números da *Revista do IAGP*, temos, a partir dos anos 80, uma maior incidência na abordagem do assunto. Em 1883, por exemplo, o IAGP publicava “Idéia geral de Pernambuco em 1817”, artigo assinado por Maximiano Lopes Machado que fazia parte da série “Revoluções do Brasil”<sup>303</sup>. O texto era um compêndio de manuscritos que havia sido oferecido ao IAGP pelo comendador Antônio Gomes de Miranda Leal. Em linhas gerais, constituía um conjunto descritivo sobre a província de Pernambuco em 1817, tais como a geografia, a população, o estado militar, a repartição judiciária, a agricultura e comércio, as rendas públicas, etc. Era importante porque demonstrava o quanto Pernambuco estava asfixiada pelos tributos impostos pela administração de D. João. Podia funcionar como uma justificativa para a implantação do governo provisório de 1817.

Em 1889, o relatório lido em mais uma sessão aniversária do Instituto Pernambucano, anunciava a possível descoberta dos restos mortais do vigário Pedro de Souza Tenório, “um dos mártires da revolução de 1817”<sup>304</sup>. “Uma relíquia” para o museu do IAGP. O museu, que já contava com o corpo do padre João Ribeiro, daria mais um passo em direção à composição da história da “revolução” de 1817 se fosse <sup>305</sup>confirmada a veracidade da descoberta corpo de Pedro de Souza Tenório<sup>306</sup>.

Além do referido anúncio, o relatório também anunciou as aquisições do diário de frei Caneca e dos manuscritos de uma testemunha presencial dos fatos da Confederação do Equador. O documento oferecido ao Instituto pelos senhores Ferrer de Araújo e Silva Coutinho retratava o “itinerário” e a “via dolorosa” do “mártir pernambucano”. Era considerado uma importante contribuição para o esclarecimento de um importante evento da história nacional. O texto esmerava-se

<sup>303</sup> Maximiano Lopes Machado. “Idéia geral de Pernambuco em 1817”. *Revista do IAGP*, n. 29, tomo 4, 1883.

<sup>304</sup> “Um dos mártires da revolução de 1817”. *Revista do IAGP*, tomo 5, 1889.

<sup>305</sup> Idem.

<sup>306</sup> Idem.

no louvor à figura do carmelita pernambucano, tendo se utilizado do artifício de comparar frei Caneca ao filósofo ateniense Sócrates. A estratégia era uma forma de valorizar e positivar a imagem de frei Caneca através da evocação de uma referência já consagrada na história e um dos mais importantes ícones da tradição filosófica ocidental.

O relatório argumentava que, assim como Sócrates, Caneca teria sido acusado de pregar em seus escritos “doutrinas anárquicas, subversivas e destruidoras da integridade do Império”<sup>307</sup>. Sócrates também teria sido “acusado de inocular no espírito da mocidade máximas perigosas não só contra os deuses, senão também contra as regras do governo”<sup>308</sup>, tendo sido em sua época, tão incompreendido quanto Caneca, no início do século XIX.

O que se percebe é que, cada vez mais, o Instituto Pernambucano sentia-se mais à vontade para explorar os personagens históricos ligados aos movimentos pernambucanos que pudessem estar atrelados a uma proposta de República. Quando a monarquia foi finalmente deposta, o momento era considerado propício para uma maior exploração dos movimentos pernambucanos de 1817 e 1824.

A República e a federação trouxeram para o IAGP o respaldo legal para a reivindicação de espaços que extrapolaram os campos político e econômico, abrangendo também os níveis cultural e historiográfico. Nem por isso, o Instituto Pernambucano deixou de enfrentar os altos e baixos impostos, como no caso do IHGB, pela instabilidade política no momento da consolidação do sistema republicano. No caso de Pernambuco, essa situação de inconstância era potencializada por ser o IAGP uma instituição periférica, que buscava o seu espaço no campo das representações da memória e da história nacionais, tentando afirmar a importância de valores, heróis e eventos locais. Embora a historiografia do IHGB tenha dado, no momento pós 1889, maior abertura no trato positivo às temáticas dos movimentos pernambucanos, a visão da agremiação nacional localizada no Rio de Janeiro não atendia, em toda a sua plenitude, os anseios dos grupos políticos pernambucanos.

---

<sup>307</sup> Ibid., p.49.

<sup>308</sup> Idem.

A insatisfação quanto aos escassos incentivos providos do governo republicano pode ser bem ilustrada no artigo de Oliveira Lima, publicado em 1904, n' *O Estado de São Paulo*:

“ O Instituto tem passado por fortunas várias, atravessando crises, abrangido períodos de efervescência e de estagnação... Depois da federação, quando se proclamou em guisa de panacéia infalível, que tudo ficaria autônomo, também a ignorância se tornou autônoma e como tal refrataria a correções”<sup>309</sup>.

Segundo o desabafo de Oliveira Lima, as mudanças políticas trouxeram também dissensões nos pensamentos entre, aqueles que detinham a titularidade de escrever a história nacional, e aqueles que desejavam se fazer representar nacionalmente, com a assimilação de seus símbolos e aspirações locais. Essas “emancipações intelectuais”, assim denominadas pelo escritor pernambucano, poderiam ter derrubado fatalmente o IAGP, não fosse o empenho de sócios e colaboradores como José Higino (1847-1901), que na época ganhara notório reconhecimento nacional com sua pesquisa sobre período de dominação holandesa no Brasil, utilizando-se dos arquivos de Haya, na Holanda.

De certo, o momento era delicado como em todo contexto de transição, e o Instituto Pernambucano precisava equilibrar-se diante das novas idéias e das flutuações políticas, a fim de tirar o melhor proveito possível no processo de conquista de seus espaços. O sistema representativo, imposto nos moldes do sistema republicano, poderia constituir um ponto positivo, na medida em que, pelo menos da teoria, significaria maior representabilidade, mais autonomia e liberdade no trato de questões políticas, econômicas e administrativas. No entanto, era também um elemento que imputava preocupação à elite ligada ao IAGP, representada pelos interesses dos setores agrários, da Igreja e dos profissionais liberais.

---

<sup>309</sup> Oliveira Lima. “O Instituto Arqueológico de Pernambuco”. [Originalmente publicado n' *O Estado de São Paulo*, de 20 de novembro de 1904]. Consta In: *Revista do IAGP*, v. 11, n° 60, Recife, 1903.

A Constituição de 1891 havia abolido o Poder Moderador, imputando o voto popular direto e universal<sup>310</sup> para a escolha dos membros dos poderes Executivo e Legislativo. Definiu também a separação entre a Igreja e o Estado, tendo a religião católica perdido o monopólio dos registros civis, com a criação dos cartórios para registros de nascimento, casamento e morte. Embora o sufrágio tenha permanecido aberto, o que facilitou o esquema de controle de votos e a política sob o domínio das oligarquias, situação característica de toda a primeira República, a hegemonia instável de Estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, logo iria definir o lugar daqueles que desempenhariam o papel de segunda ordem na cena política nacional, como Bahia, Pernambuco e o próprio Rio de Janeiro. Nesse sentido, como bem nos aponta Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, “...os políticos do Norte tinham a noção exata de seu papel na definição de candidaturas presidenciais”<sup>311</sup>, em outros termos, tinham a consciência do seu poder de decisão bastante reduzido, quando o assunto era influenciar favoravelmente nos resultados dos pleitos e destinos do país.

Entre os intelectuais do IAGP havia essa consciência do lugar secundário de Pernambuco no papel de influência nas principais decisões políticas da República. Como forma de tentar contornar minimamente essa situação, a estratégia utilizada pelo Instituto Arqueológico era a de disseminar a idéia de um passado glorioso para a região. O objetivo era conquistar um lugar de proeminência para Pernambuco, tendo como parâmetro, os caminhos percorridos pelo país, até então, em direção a sua nacionalidade. Nesse sentido, havia uma tentativa de “forjar” uma tradição de ativismo pernambucano, uma ansiedade desses homens em manter algum prestígio sócio-cultural para a região.

O tom dessa ansiedade esteve presente no discurso do desembargador Adelino A. de L. Freire, que em sessão solene realizada em 1898, por ocasião de mais um aniversário do IAGP, imputou palavras de esperança acerca do futuro do Brasil, apesar do clima de tensão em torno das instabilidades políticas do momento pelo qual passava o país:

---

<sup>310</sup> Por universal entenda-se o fim do voto censitário, que definia o eleitor por sua renda, visto que ainda permaneceram excluídos do direito ao voto os analfabetos, as mulheres, os mendigos, alguns religiosos sujeitos à obediência eclesiástica e os praças.

<sup>311</sup> Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. *O Teatro das Oligarquias. Uma Revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2001.

“ Não sou otimista, senhores, bem conheço que o Brasil passa atualmente por uma situação aflitiva, dolorosa, difícilíssima, inseparável das grandes transições; situação que teria que perdurar ainda longo tempo, se fosse exata a afirmativa de Laboulaye - de que as idéias novas carecem de novas gerações... Agrupam-se todos os verdadeiros patriotas ao redor do lábaro, cujo lema seja eleição livre; o povo saberá escolher homens dignos e capazes de dirigir o país; o sistema representativo, que no sentir de um publicista moderno possui o segredo de conciliar até mesmo a monarquia e a liberdade que a Tácito pareciam inimigos irreconciliáveis; o sistema representativo deixará de pertencer ao mundo das ficções e a República brasileira será salva”<sup>312</sup>.

Diante dessas e outras preocupações que afligiam os grupos residentes no Instituto Pernambucano, o projeto de sublinhar a pátria pernambucana no cenário nacional ganharia realces cada vez mais nítidos. O destaque nos trabalhos permanecia a cargo do tema da guerra pernambucana contra o jugo holandês, mas os movimentos de cunho republicano, como o movimento de Dezesete e a Confederação do Equador, ganhariam, paulatinamente, cada vez mais espaço diante da conjuntura política favorável ao assunto. Seria através do destaque a movimentos que pudessem legitimar à nova ordem política, o caminho para uma maior representação dos interesses dos intelectuais ligados ao IAGP.

Se comparados aos discursos expressos no IHGB, as narrativas do Instituto Pernambucano tinham fortes ingredientes regionalistas, na medida em que buscavam a valorização da região de Pernambuco, através da defesa de versões históricas que pudessem ser úteis aos interesses dos grupos políticos locais. Se no IHGB, o movimento de 1817 era representado como um prenúncio da Independência do Brasil, nos discursos do IAGP, o episódio era considerado “a” origem da nação brasileira, na medida em que já continha a proposta de uma separação formal da metrópole portuguesa. Também era considerado o embrião da República, já que propôs um sistema republicano federativo entre as províncias do Norte, que poderia ter se estendido a todo o Brasil, não fosse o malogro da “revolução pernambucana”.

---

<sup>312</sup> Adelino Antônio de Luna Freire. “Discurso Pronunciado pelo Sr. Desembargador Adelino Antônio de Luna Freire, na Sessão Solene do Instituto em 27 de janeiro de 1898”. *Revista do IAGP*, nº 50, Recife, 1898, pp.167-193, p.192.

No IAGP, Dezesete foi posto como o grande exemplo de patriotismo brasileiro ainda em tempos coloniais. O discurso do Dr. Arthur Muniz pronunciado na sessão comemorativa do aniversário do movimento de Dezesete, nos dá uma pista dessa intenção do Instituto Pernambucano:

“ A Revolução de Dezesete é um belo assunto para a poesia épica – repositório de lições e exemplos homéricos, criticados ferozmente por Varnhagen, mas eternizados brilhantemente por Muniz Tavares e Maximiano Machado! ...Se temos o Uruguai de Bazilio da Gama e o Caramurú de Durão, ambos vazados de moldes históricos ..., porque motivo não teremos amanhã, um poema que celebre todas as nossas lutas pela liberdade da Pátria?”<sup>313</sup>.

No discurso de Arthur Muniz, a efervescência das palavras mostrava a intenção de afirmar o movimento de Dezesete como baluarte da luta pela liberdade nacional, evento em que, Pernambuco, foco irradiador da revolução que chegou a implementar um modelo de República, seria consagrado como lugar de homens valorosos, que lutaram bravamente contra o despotismo e contra a própria condição colonial do Brasil. A intenção de irradiação do movimento a outras províncias que pretendessem aderir ao projeto de 1817 era, freqüentemente, destacada nos discursos, como forma de desmitificar a intenção separatista do episódio, atrelando-o à idéia de um movimento revolucionário, eivado de sentimento patriótico e dimensão nacional.

Nessa linha de pensamento podemos situar a obra “Os Patriotas de 1817”<sup>314</sup>, de Franklin Távora, que através de críticas explícitas à *História do Brasil*, de Varnhagen e à *História da Fundação do Império*, de Pereira da Silva, desenvolveu um trabalho de franca oposição àqueles que outrora se referiram ao movimento pernambucano como evento indigno de ser lembrado no panteão cívico da história nacional. Para o romancista regionalista nordestino, o movimento de 1817 teria sido uma “revolução nacional”, impulsionada pelo amor à pátria, por boas intenções e grandes sacrifícios, e que só sofreu malogro, porque teria se enredado num “patriotismo desponderado”, no curso da execução dos

<sup>313</sup> Arthur Muniz. “Discurso proferido pelo orador oficial, Dr. Arthur Muniz, na sessão magna comemorativa do aniversário da revolução de 1817, realizada no dia 6 de março de 1903.” *Revista do IAGP*, v. 11, nº 60, Recife, 1903, pp. 801-811, p.810.

<sup>314</sup> Franklin Távora. “Os Patriotas de 1817”. *Revista do IAGP*, v. 11, nº 60, Recife, 1903.

planos do movimento. O trabalho de Távora dialogava com *A história da revolução de Pernambuco em 1817*, de Muniz Tavares, também publicado no IAGP, e marcava uma tendência do Instituto Pernambucano em realçar os méritos dos movimentos pernambucanos de cunho republicano. Estabelecia críticas aos historiadores que, no passado, situaram esses movimentos como inexpressivos ou subversivos.

Nas primeiras linhas de sua obra, ao justificar suas intenções em escrever um trabalho sobre o movimento de Dezesete, Távora esclareceu que a sua missão consistia em reparar as injustiças imputadas à memória de um movimento de caráter nacional e patriótico, e que foi mal interpretado em detrimento do que ele chama de “desprezo, prevenção ou má vontade, feitas por escritores, que, sendo brasileiros, deveriam ter uma outra conta, movimento tão meritório e tão nacional como foi o de 1817”<sup>315</sup>. Em sua fala lotada de ardor e regionalismo, o autor segue sua obra valorizando o brio pernambucano, e seu espírito de luta, apesar das injustiças políticas:

“O gênio pernambucano sempre se revelou impetuoso; e ainda hoje, sem embargo das continuadas provações, por que o tem feito passar uma política que parece ter, por empenho particular, quebrar a digna altivez desse gênio, uma vez por outra se mostra na altura das suas ilustres tradições”<sup>316</sup>.

O discurso de valorização da personalidade do homem pernambucano esteve presente em vários autores ligados ao IAGP. Denotava uma tendência em delinear o patriotismo como uma característica presente desde os tempos das guerras holandesas, e compunha, junto com outros predicados dignos de serem louvados, os elementos necessários para criação de uma identidade pernambucana, que, em vários momentos, se pretendeu nacional. Essa intenção pode ser percebida no discurso do Dr. Pedro Celso Uchôa Cavalcante, em razão de mais um aniversário da libertação do jugo holandês e também do Instituto Pernambucano:

<sup>315</sup> Franklin Távora. “Os Patriotas de 1817”. *Revista do IAGP*, v. 11, nº 60, Recife, 1903, p.11.

<sup>316</sup> *Ibid.*, p. 21.

“... o valor pernambucano sacudiu o jugo da dominação batava e decidiu assim a constituição definitiva do caráter nacional brasileiro, com a vitória da nossa raça, de nossa religião, de nossa língua e de nossos costumes”<sup>317</sup>.

Nesse sentido, em muitos discursos pronunciados em razão das comemorações e efemérides eleitas importantes no IAGP, os traços típicos da obstinação do pernambucano foram exaltados como aspectos intimamente ligados à nacionalidade brasileira. Segundo esses discursos, o elemento nacional esteve presente no seio do homem pernambucano, materializado, algumas vezes, na miscigenação das raças, item já aceito e não contestado, tendo sido utilizado como recurso na intenção quebrar a hegemonia da historiografia do IHGB. É o que podemos observar nas palavras do discurso do desembargador Luna Freire, em sessão solene do instituto pronunciado em 1898:

“Nós, portanto, os pernambucanos, que já não éramos portugueses e espanhóis, africanos ou índios, porém o resultado do cruzamento de todas as raças; no qual predominava o elemento europeu, constituindo uma nova nacionalidade, cumparamos um dever sagrado, expelindo do território que já era exclusivamente nosso, os batavos cruéis que durante vinte e quatro anos nos privaram de nossos bens e de nossa liberdade; como já havíamos poderosamente concorrido para a expulsão dos espanhóis que aleivosamente se tinham apoderado da nação portuguesa e como depois sacudimos o jugo da metrópole que atrofiava o nosso desenvolvimento industrial, comercial e político”<sup>318</sup>.

Os pernambucanos eram delineados como a própria síntese da nacionalidade brasileira. O argumento do cruzamento das três raças formando a fusão perfeita e idealizada dos elementos constituintes da nação aparecia freqüentemente em várias narrativas do IAGP.

No caso particular do discurso de Luna Freire interessante é notar o uso da palavra “nacionalidade” como elemento resultante da miscigenação de vários grupos étnicos (dentre os quais predominou o europeu, grupo representado por Luna Freire como “superior”) e como característica inerente ao homem

<sup>317</sup> Pedro Celso Uchôa Cavalcante. “Discurso proferido na sessão magna celebrada no IAGP em 26 de janeiro de 1900, pelo orador Dr. Pedro Celso Uchôa Cavalcante”. *Revista do IAGP*, nº 53, Recife, 1900, p.98.

<sup>318</sup> Adelino Antônio de Luna Freire. “Discurso pronunciado pelo Sr. Desembargador Adelino Antônio de Luna Freire, na sessão solene do Instituto em 27 de janeiro de 1898”. *Revista do IAGP*, nº 50, Recife, 1898, pp.167-193, p.191, grifo nosso.

pernambucano, que mesmo nos tempos em que devia obediência à metrópole portuguesa, já lutava por ideais como liberdade e defesa do território.

Outra questão que nos chamou a atenção refere-se ao fato de que, em muitos escritos publicados na *Revista do IAGP*, os portugueses foram representados de forma positiva, principalmente quando confrontados às características psicológicas dos batavos, freqüentemente representados como homens cruéis e menos capazes. Esta característica esteve presente em Aníbal Falcão<sup>319</sup> e Arthur Muniz<sup>320</sup>, por exemplo, que ao insistirem nas diferenças psicológicas entre batavos e portugueses, tentaram provar a superioridade dos portugueses em detrimento da inferioridade do “inimigo” holandês. Na perspectiva desses autores, portugueses e pernambucanos teriam contribuído juntos para as boas expectativas de futuro para o Brasil, já que, no passado, teriam livrado boa parte do país do jugo holandês.

Dessa forma, ao mesmo tempo que, em muitos discursos presentes nos dois institutos, Dezessete foi representado como um movimento de luta nacional contra o jugo português, e neste caso, os lusitanos eram situados como a razão do atraso brasileiro frente ao desenvolvimento de outros países da época, em vários outros escritos, notadamente no IAGP, os ibéricos, e aí incluindo também os espanhóis que colonizaram outra boa parte do continente americano, foram enaltecidos em sua superioridade étnica.

Outra questão importante residiu na intenção do IAGP em construir e consolidar alguns “mitos de origem” que pudessem fortalecer o seu projeto de enaltecer Pernambuco, inserindo-o em um lugar honroso da memória nacional. Nesse processo, aludiu-se até mesmo ao passado pré-histórico de Pernambuco, que nas palavras de Adelino Freire<sup>321</sup>, apareceu representado como a “nação mais adiantada em civilização do que todas as outras localidades do Brasil”<sup>322</sup>, um

<sup>319</sup> Aníbal Falcão. “Fórmula da civilização brasileira”. *Revista do IAGP*, v. 12, n.º 69, Recife, 1906, pp. 453-476.

<sup>320</sup> Arthur Muniz. “Oração histórica”. *Revista do IAGP*. Ibid., p. 495.

<sup>321</sup> Adelino Antônio de Luna Freire. “Discurso pronunciado...” *Revista do IAGP*, n.º 50, Recife, 1898, pp.167-193, p.172.

<sup>322</sup> Idem.

lugar que já conteve “cidades opulentas e povos de heróis”<sup>323</sup>, numa época anterior ao povoamento dos índios guaranis.

Essa inquietação em representar o passado pernambucano como um panteão de eventos e heróis nacionais, detinha entre outras preocupações, a idéia persistente de sublinhar a importância de Pernambuco frente aos Estados mais importantes da Federação, como São Paulo e Minas Gerais. Em “O povoamento do Brasil Oriental”<sup>324</sup>, por exemplo, Aníbal Falcão comentou um artigo baseado na afirmativa de Capistrano de Abreu que dissera que “os dois primitivos focos do povoamento de nossa terra foram São Vicente e Pernambuco”<sup>325</sup>. Na época, o referido escrito, publicado no *Jornal do Comércio* em 12 de agosto de 1899, acusou os pernambucanos de não terem completado o reconhecimento de sua terra, como fator surgido em consequência da invasão holandesa. Aníbal Falcão seguiu seu rebate pontuando que os pernambucanos estavam mais preocupados em defender a pátria contra jugo batavo, a assentar-se em terras de pouco interesse estratégico. Assim, segundo sua justificativa:

“os pernambucanos não escudrinharam [sic] o país em cuja orla marítima elegeram sua habitação, por muitos motivos dos quais descobriste um: a inavegabilidade dos rios (salvo-e ainda assim!- o São Francisco) pelos quais deveriam subir ao sertão. Os outros motivos: muito mais importantes- podem resumir-se no seguinte: eles tinham coisa mais importante a fazer, que era, após se terem estabelecido em pontos que lhes pareceram favoráveis, de depois haverem perlustrado o litoral vizinho, defender as suas posições. Só isto lhes custou esforço meritório de grande reconhecimento nosso. Mas muitíssimo benefício nos deram maior que esse: o da pronta constituição de uma nova Pátria- a nossa”<sup>326</sup>.

Interessante é notar o uso da idéia de pátria nacional brasileira atribuído a um contexto histórico do século XVII, quando a idéia de pátria poderia estar atrelada a outros sentidos, tais como pátria pernambucana, ou mesmo pátria portuguesa. Em texto publicado no ano anterior, em 1906, o mesmo autor já havia demonstrado suas considerações apaixonadas acerca da luta pernambucana para libertar o Brasil do domínio holandês, conectando o evento Restauração ao anseio

<sup>323</sup> Idem.

<sup>324</sup> Aníbal Falcão. “O povoamento do Brasil Oriental”. *Revista do IAGP*, vol. 12, Recife, 1907, pp. 84-88.

<sup>325</sup> Ibid., p. 84.

<sup>326</sup> Aníbal Falcão. “O povoamento do Brasil oriental”. Op. Cit., p. 88.

de autonomia e de patriotismo. Em seu discurso, Falcão traçou suas impressões da seguinte forma:

“Será, pois no futuro, a comemoração da luta holandesa, ao mesmo tempo, a exaltação dos laços históricos que nos ligam ao Ocidente, a da identidade essencial e da harmonia brasileiras, e, enfim, da iniciação da autonomia de nossa Pátria” Assim, “proponho-me a demonstrar que, terminada a luta holandesa o Brasil tinha reunido os elementos de uma verdadeira pátria; de sorte que poderíamos conceber a sua emancipação política desde logo.”<sup>327</sup>

Segundo a tese do autor, a Independência não teria se concretizado antes, porque o país não havia disposto as regiões em igualdade de condições, não havendo amadurecido um necessário processo de uniformização inter-regional que caracterizaria uma idéia de “união nacional na nova pátria que se formava”<sup>328</sup>. Assim, ao sublinhar seu ideal de coesão nacional, o autor deixava à mostra a influência positivista em seus escritos, citando, inclusive, vários trechos das obras de Auguste Comte. A própria forma como ele conceitua pátria, nos dá uma pista dessa influência: “Pátria é uma associação, supõe concurso, convergência e continuidade, como a família de que ela se deriva e como a humanidade em que se resolve”<sup>329</sup>

Na tese de Aníbal Falcão três seriam as condições necessárias para a existência da pátria. São elas, o solo contínuo, o governo e as tradições comuns, podendo faltar alguma dessas condições, para que, de forma anômala, ainda pudesse existir a Pátria. Ao conceituar pátria nesses termos, o autor pretendeu reforçar a idéia de pátria comum, mesmo entre os habitantes de regiões tão diferentes e com expectativas tão diversas. Através desse e de outros artifícios, Falcão tentou demonstrar de que forma a Restauração Pernambucana reuniu elementos constituintes de um sentimento de unidade nacional brasileira.

Na ótica dos intelectuais do IAGP, o argumento da unidade nacional atribuído ao evento Restauração era de suma importância para garantir para Pernambuco o título de berço do sentimento nacional brasileiro. No jogo das

---

<sup>327</sup> Aníbal Falcão. “Fórmula da civilização Brasileira”. *Revista do IAGP*, v. 12, n ° 69, Recife, 1906, pp. 453-476, p.454.

<sup>328</sup> Idem.

<sup>329</sup> Ibid., p.445.

disputas memoriais em que se interpunha de um lado, os grupos políticos do Sudeste, e de outro, os grupos políticos e intelectuais defensores dos interesses de Pernambuco, a tese da pré-existência de um sentimento nacional em Pernambuco, ainda no século XVII, significava a relativização de uma idéia recorrente entre vários intelectuais que escreveram na Primeira República- a de que a aspiração nacional estaria presente nas reivindicações interpostas no contexto da Conjuração Mineira.

Boa parte das narrativas sobre a Independência, produzidas dentro e fora do IHGB, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, situaram a Conjuração Mineira como o evento demarcador de um primeiro sentimento nacional. Na conjuntura da crescente positivação da figura de Tiradentes, delineado como o grande herói nacional, essas narrativas identificaram as primeiras aspirações autonomistas, que iriam desembocar no emblemático 7 de setembro de 1822, tendo como elemento demarcador de origem, a Conjuração Mineira.

Os intelectuais do IAGP assumiram a postura da contraposição a essas narrativas que optaram pela positivação da Conjuração. A tese da presença de traços de nacionalidade, já nos tempos da Restauração, visava justamente conduzir essa missão - realçar os feitos de Pernambuco no conjunto da história nacional.

O mesmo Aníbal Falcão chegou a publicar “O povoamento do Brasil oriental”, texto publicado pela *Revista do IAGP* em 1907<sup>330</sup>, que pretendeu destacar a contribuição de Pernambuco para o percurso histórico da “nacionalidade brasileira”. O texto tinha como estratégia destacar alguns elementos importantes que teriam se delineado em Pernambuco com a Restauração, como a questão da defesa do território e a importância do transporte de artigos europeus às regiões vizinhas, o que, para o autor, teria contribuído para a manutenção dos costumes, das leis, da literatura científica e da poética, símbolos do que haveria de mais “moderno” e “adiantado” na época. Prosseguindo em seu argumento de valorização de Pernambuco, o autor ora desmerecia os paulistas, ora

---

<sup>330</sup> Aníbal Falcão. “O povoamento do Brasil oriental”. *Revista do IAGP*, v. 12, Recife, 1907, pp. 84-88.

destacando a ingratidão dos cearenses. Esses últimos eram ainda mais criticados, já que, na condição de vizinhos de Pernambuco, deveriam reconhecer o histórico esforço dos pernambucanos na defesa dos interesses nacionais. Ao dirigir-se diretamente a Capistrano, que era cearense, Falcão perguntou em tom de desafio: “Que fizeram teus paulistas?”<sup>331</sup>. E ele mesmo respondeu, que eles não fizeram praticamente nada...

“...Em primeiro lugar, porque eram já habitantes do sertão, não tinham que lutar com os fortes competidores europeus, em segundo lugar, descobriram apenas o que se lhes deparou na sua caçada aos índios para a exploração do ouro. N’isto não os guiava o primeiro impulso de um brasileiro espontâneo: a cobiça devastou-lhes terras cujos íncolas eles exterminaram pelo arcabuy [sic]ou pelo cativoiro”<sup>332</sup>.

O que nos chama a atenção no discurso de Falcão é a sua necessidade de reivindicar para Pernambuco, a glória dos heróis da nação brasileira, que, já nos tempos da dominação holandesa, nutriam os sentimentos de amor à pátria e de liberdade. Para a materialização de sua empreitada, o autor acabou polemizando com Capistrano de Abreu, que, anteriormente, já havia enaltecido a coragem dos bandeirantes paulistas. Falcão teria se indisposto com qualquer autor que enveredasse a defender a Conjuração de Minas Gerais. Por certo essa era missão maior dos autores ligados ao IAGP: enaltecer os heróis pernambucanos, e mais que isso, sublinhar Pernambuco com linhas douradas, para um destaque à altura, no grande livro da história nacional. A República poderia ser o caminho para a renovação de esperanças no IAGP:

“A Restauração, cujo aniversário hoje nos inebria e a província do Norte como consequência dela deveriam ser motivos da maior consideração e benevolência da parte dos poderes constituídos. Consololemo-nos com as recompensas dos fuzilamentos e cadafalsos erguidos em 1817 e 1824, com as prisões e degredos de 1828, com o abandono e miséria em que vivemos a 41 anos, depois dessa última época. Surgem agora felizmente pontos luminosos no horizonte da pátria e a mão de Deus há de fazer com que eles se dilatam para iluminar e aquecer esta bela terra que jaz sepultada n’uma letargia profunda e completa... Acabe a República com a origem de todos os males, conhecidos e remediáveis, procure extirpá-los pela raia, auxiliando a atividade industrial, procure lançar suas vistas patrióticas para o

<sup>331</sup> Aníbal Falcão. “O povoamento do Brasil oriental”. Op. Cit., p.88.

<sup>332</sup> Idem.

Norte, e principalmente para esta terra de legendário heroísmo e regula o seus destinos pelas lições da história”<sup>333</sup>.

A postura do IAGP diante da novidade republicana foi a de enaltecer a implantação do novo sistema político, considerando-o como o caminho natural para o desenvolvimento nacional. O Instituto Pernambucano antevia novas oportunidades para entronizar os seus símbolos e os seus heróis. A estratégia era positivar a chegada da modernidade, sem, no entanto, deixar de lado o valor da tradição e a conservação dos valores da pátria, da família e da religião.

Um bom exemplo desse senso de oportunidade presente nas decisões do Instituto foi a homenagem que o IAGP resolver fazer à abolição da escravidão formalizada em 1888. Na sessão aniversária de 1890, anunciava-se a confecção de 80 medalhas para a comemoração do segundo aniversário da abolição da escravidão que seria no próximo dia 23 de maio. O modelo da medalha iria privilegiar três datas importantes para a história nacional: 1817, 1824 e 1830. Essas datas iriam constar no reverso da medalha, como uma alusão da contribuição de Pernambuco para a abolição da escravidão:

“1817- para comemorar a proclamação do governo provisório anunciando os desejos de uma emancipação, que não permitisse lavra mais o cancro da escravidão, embora lenta, regular e legal; 1824- para relembrar o edital de 3 de julho do presidente da República do Equador, suspendendo o tráfico de escravos para Pernambuco; 1830- para consignar a deliberação do conselho da província de 15 de abril, sobre a liberdade dos escravos, por meio de uma indenização razoável”<sup>334</sup>.

Planejava-se também cunhar medalhas comemorativas para o aniversário da Proclamação da República, que seria no próximo 15 de novembro, “esse dia que assinala uma época de regeneração para a nossa pátria”<sup>335</sup>, segundo as palavras do consócio João Baptista R. da Costa. A proposta de autoria do Doutor Cícero Peregrino já havia sido aprovada e estava, naquele momento, aguardando confecção das medalhas.

<sup>333</sup> Discurso de Maxiliano Lopes Machado, orador do Instituto. *Revista do IAGP*, n.37, 1890.

<sup>334</sup> *Revista do IAGP*, n.37, 1890.

<sup>335</sup> *Idem*, p.14

A preocupação do IAGP em positivar a República abria as portas para a entronização da importância dos movimentos pernambucanos mais recentes. Um caso que ilustrou bem esse processo e que demonstrou a preocupação do IAGP em perpetuar a memória da Confederação do Equador foi a polêmica em torno da destruição do monumento da Praça dos mártires, no Ceará<sup>336</sup>. Em resposta ao artigo publicado no *Jornal de Notícias*, de 26 de junho de 1890, o IAGP publicava uma declaração para impedir a retirada do monumento aos “patriotas de 1817” do Campo da Pólvora, onde ficava na época a “Praça dos Mártires”. O referido artigo defendia o erguimento de um monumento a dois de julho<sup>337</sup>, no lugar do monumento em homenagem a Confederação do Equador. O IAGP defendeu veementemente que se mantivesse a homenagem dos heróis pernambucanos e travou uma grande polêmica com os baianos:

“Roma morreu prisioneiro de guerra, por ato de um conselho de guerra. O seu crime foi o mesmo que em circunstâncias mais felizes produziu o 2 de julho. Morreu pela pátria. Morreu salvando a Bahia das cenas de horror representadas em Pernambuco, com temerária ostentação. Retirem do Campo da Pólvora o pretendido monumento da Praça dos Mártires, com que dever e o patriotismo municipal batizou e rebatizou, mas o que nunca poderão conseguir, é riscar da história o nome e a fama do heróico pernambucano. Estulto bairrismo! E ainda mais estulto o de pretender-se o 2 de Julho exclusivo dos baianos, devê-lo peculiarmente ao denoto e ao heroísmo dos seus filhos!...”<sup>338</sup>.

A defesa dos heróis pernambucanos de 1817 e 1824 tornava-se cada vez mais recorrente. Ao avançarmos um pouco e partirmos para os números da *RIAGP*, publicadas no século XX, podemos perceber uma mudança mais significativa em relação ao simbolismo geralmente conferido à Independência. No volume publicado no ano do centenário da Independência, Themudo Lessa<sup>339</sup> preferiu calar-se em relação à importância do evento. Escolheu celebrar a importância de Dezanove, como uma antecipação dos acontecimentos ocorridos em 1822. Para Lessa, os homens que estiveram à frente de 1817 teriam feito uma

<sup>336</sup> Em Fortaleza, o antigo Campo da Pólvora foi denominado “Praça dos Mártires”, hoje, Passeio Público. O espaço foi construído em 1890 em homenagem aos líderes da Confederação do Equador no Ceará, como Pessoa Anta e o Padre Mororó, que foram executados no local em 1830.

<sup>337</sup> Dois de julho de 1823. Data em que a Bahia teria aderido à Independência.

<sup>338</sup> *Revista do IAGP*, n.37, 1890, p.49.

<sup>339</sup> Themudo Lessa. “A revolução republicana de 1817”. *Revista do IAGP*, vol. único, Recife, 1922.

tentativa de integração nacional. Nas palavras do cônego José Barata, professor de história eclesiástica do Seminário de Olinda, esses homens teriam enredado “a preparação próxima da Independência nacional”<sup>340</sup>.

As perspectivas de Lessa e Barata denotavam uma postura curiosa assumida pelo IAGP: os diferentes temas da história nacional só pareciam ter sentido quando interligados a um enfoque local<sup>341</sup>. No momento de comemorar os cem anos da Independência, o evento tinha importância secundária diante da estima muito maior que se conferia a Dezesete. Se em 1917, o IAGP comemorou a efeméride do episódio pernambucano em grande estilo<sup>342</sup>, em 1922 havia sido destinado pouca verba para a comemoração do centenário da Independência. Basta dizer que a comemoração oficial do governo de Pernambuco para o centenário de Vinte e Dois foi realizada sem o apoio do IAGP. Por sua vez, o governo pernambucano, por medida de economia, pôs na gaveta o programa aprovado em congresso para os fins de comemoração do centenário da Independência<sup>343</sup>.

A partir desses e outros discursos acalorados, publicados na *Revista do IAGP*, podemos aferir o quanto o Instituto Pernambucano empenhava-se em contar a história de Pernambuco, como peça-chave e indissociável da memória nacional. Na maior parte das vezes, sobrepondo o seu próprio regionalismo. O objetivo maior era a inserção dos heróis e eventos pernambucanos no conjunto da história nacional. Uma alternativa às narrativas contadas sob o ponto de vista dos historiadores do IHGB, instituição cultural e hegemônica, criada para escrever as letras da história oficial do Brasil.

## 2.5.

<sup>340</sup> José Barata. “Apontamentos para a história eclesiástica de Pernambuco”. *Ibid.*, p. 390.

<sup>341</sup> Lília K. Schwarcz. *Os guardiões...*. S. Paulo: Idesp, 1989, p.38.

<sup>342</sup> As comemorações realizadas em 1917 incluíram festas, solenidades, missas e projetos de monumentos aos heróis de dezesete. Foram publicados 4 volumes da revista do instituto para registrar esses eventos e a publicação de alguns textos sobre a história do movimento. *A História da revolução de Pernambuco em 1817*, de Muniz Tavares, foi reeditada nesse ano, em função das comemorações do evento. Rf.: Francisco Muniz Tavares. *História da revolução de Pernambuco em 1817*. [1 ed. 1840/ 2 ed. 1884], 3 ed., Recife: Imprensa Industrial, 1917.

<sup>343</sup> Essas observações constam nas páginas introdutórias da *Revista do IAGP*, volume único da edição especial para a efeméride dos cem anos da Independência.

## Movimentos pernambucanos versus Conjuração Mineira. A guerra pela representação da memória republicana

“O herói aparece como responsável pela indicação dos caminhos da humanidade e dos papéis que são destinados aos demais, distribuindo ensinamentos e pregando sua moral num espaço onde é perigoso entrar e quase sempre proibido especular ou ser indiscreto”<sup>344</sup>.

Ao desenvolver uma pesquisa realizada em escolas brasileiras a fim de identificar e analisar os heróis nacionais mais citados por estudantes de ensinos fundamental e médio, Paulo Miceli pareceu desabafar ao se dar conta do quão difícil pode se tornar a missão de relativizar imagens já cristalizadas no tempo e na história, construídas e consolidadas em momentos específicos, seja por instituições, por interesses políticos ou pela própria historiografia, enfatizada, em grande escala, pelo universo dos livros didáticos<sup>345</sup>.

Essa dificuldade no trato das questões dessa natureza vincula-se, em grande parte, às expectativas presentes no imaginário social, afinal, os heróis nacionais personificam, entre outras questões, baluartes de identificação coletiva. Sem essa característica fundamental, esses heróis não cumpririam sua função primordial, a de tornarem-se mitos políticos<sup>346</sup>, ou seja, pontos de referência, ou mesmo, exemplos a serem seguidos pelos cidadãos de uma nação. Embora, na maior parte dos casos, o prestígio de um herói nacional encontre-se relacionado, intimamente, às regras do jogo político de um determinado momento histórico, afinal, criar heróis configura também uma estratégia de dominação ideológica, o processo de heroificação de uma determinada figura está vinculado às necessidades presentes no próprio meio social. Assim, embora haja uma tendência da historiografia oficial e dos grupos políticos dominantes em forjar heróis nacionais, esses personagens só podem assumir esse status de representação, se atenderem a algumas exigências coletivamente apreciadas. É como se o espaço simbólico

<sup>344</sup> Paulo Miceli. *O mito do herói nacional*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 10.

<sup>345</sup> Segundo a pesquisa de Paulo Miceli, Tiradentes obteve ¼ do total de votos entre os heróis nacionais brasileiros mais citados em escolas de ensino fundamental e médio. D. Pedro I e Tancredo Neves também foram muito lembrados.

<sup>346</sup> Utilizamos a idéia de mito político como uma narrativa acerca do passado, socialmente engendrada, compartilhada e consolidada no presente, a fim de justificar ações políticas ou certas formas de organização social. Acerca do tema, ver: Raoul Girardet. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

destinado ao herói nacional estivesse condicionado não só à ordem de interesses políticos específicos, mas também emanasse da própria sociedade.

Assim, podemos entender a construção do mito do herói nacional como o reflexo das expectativas e dos valores da nação que representa, não se constituindo uma entidade pronta e acabada, mas sim dentro de uma perspectiva em permanente estado de construção e mutação. A temporalidade determina o modelo de herói mais adequado para atender as especificidades das representações sociais dominantes, quais os adjetivos e as características que devem ser realçados, sendo a sua textura suficientemente maleável para atender às novas situações, necessidades e justificações.

Nesse sentido, o herói nacional pode ser considerado um “polimorfo”<sup>347</sup>, na medida em que pode ser veiculado por interesses diversos, assumindo variadas ressonâncias e não menos significações. Pode haver, inclusive, reversibilidade de sua imagem, quando em contexto diverso, o herói nacional passa a assumir características de vilão, ou, numa situação inversa, quando uma determinada figura passa de sua imagem ignóbil a exemplo a ser seguido e cultuado pela sociedade.

No caso do Brasil, o exemplo típico dessa capacidade reversível da imagem do herói nacional pode ser encontrado em Tiradentes, que, sob a ótica da historiografia oficial do Império, teve seu nome desprezado na galeria dos heróis dignos de serem lembrados por sua honra e glória, na história do Brasil, seja por sua “insignificância”, ou por sua característica “perturbadora” à ordem imperial. Chegada a República, Tiradentes passou a ser representado, pela mesma historiografia oficial, como o grande herói precursor da nacionalidade brasileira. De homem “inexpressivo”, ou mesmo “subversivo”, Tiradentes tornou-se herói nacional, constituindo uma das principais alegorias simbólicas da República.

De certa forma, os homens envolvidos nos movimentos pernambucanos de 1817 e 1824 também podem ser considerados bons exemplos da maleabilidade dos mitos políticos. Os mesmos que foram considerados, pela historiografia oficial, como “sediciosos”, “revoltosos”, “traidores” ou “indignos” de perfilarem

---

<sup>347</sup> A expressão foi utilizada por Raoul Girardet para definir algumas características do mito político. In: Raoul Girardet. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p.15.

na galeria honrosa dos heróis nacionais, tais como frei Caneca, padre Roma e Miguelinho, passaram, na República, a colecionar elogios especiais na condição de componentes sagrados do “santuário das grandezas da pátria”<sup>348</sup>, estando presentes, inclusive, nos números especiais de comemoração das efemérides consideradas mais importantes pela *Revista do IHGB*. Essas novas interpretações imagéticas passaram a reformular, com destaque, as destrezas mais importantes presentes nas características desses homens, de forma a conformar-se, adequadamente, às expectativas da sociedade, um dado fundamental para a nova composição de valores eleitos importantes para a consolidação da nova conjuntura política.

Em 1838, nos discursos inaugurais do IHGB, a preocupação com a construção da memória nacional pretendia unir - de forma uníssona e homogênea - passado, presente e futuro. Era uma realidade vivida por uma instituição oficial criada para escrever a história nacional, baseada nos princípios e valores monárquicos. Na ordem primeira das preocupações presentes nos discursos da Casa, estavam a unidade política e a ânsia de criar uma identidade nacional que legitimasse o Império. Nesse sentido, era interessante a criação de um modelo de escrita da história que viabilizasse os interesses do Estado monárquico, e que representasse todas as regiões do Império, unidas num único projeto de produção de símbolos da identidade nacional.

A República trazia a necessidade de uma remodelação do projeto de identidade nacional engendrado no Império. A oficialização da abolição do trabalho escravo, o crescente número de imigrantes no Brasil e a implantação de um novo modelo político trouxeram uma nova lógica ao processo de construção da identidade nacional. O diferencial em relação ao modelo de identidade nacional engendrado no Império residia na preocupação em acomodar, adequadamente, a grande massa social de desvalidos, como os ex-escravos e o crescente número de trabalhadores urbanos.

As leis republicanas traziam, para o campo do direito, o aumento de participantes para o processo eleitoral, o que por si só, já era um grande

---

<sup>348</sup> A expressão é do Barão Homem de Mello. In: \_\_\_\_.“O Brasil intelectual em 1801”. *Revista do IHGB*, tomo 64, parte1, v.103, Rio de Janeiro, 1901.

diferencial em relação à Carta outorgada de 1824, vigente no Império. Apesar de manter excluída grande parte da população, a Constituição de 1891, era considerada, em vários discursos de época, como um “avanço” das idéias “liberais” e “democráticas” no Brasil.

A Federação veio atender às necessidades de expansão e dinamização da agricultura cafeeira, podadas pela política centralizadora do sistema monárquico. Os interesses do mercado interno, ligados, em grande medida, às flutuações do mercado internacional, ansiavam, ideologicamente, por uma democracia liberal, mas que, ao mesmo tempo, mantivesse, na prática, a característica oligárquica e hierárquica dos tempos imperiais. O que se pretendia era uma espécie de liberalismo excludente, isto é, um sistema que mantivesse sob controle, as expectativas e aspirações do povo.

Nos dois casos, tanto no Império quanto na República, havia uma racionalização quanto ao processo de apreensão do passado histórico, isto é, a preocupação em se construir um passado em prol das expectativas do Estado e das elites, mediante a viabilização de seus projetos. No Império, a identidade nacional estava atrelada a valores que mesclavam o tradicionalismo, a religião, a instituição escravista, a monarquia e a constante preocupação com a ordem e a unidade.

Na República, a apreensão com a manutenção da ordem se potencializou ainda mais, na medida em que a nova conjuntura requeria maiores cuidados em relação a essa questão. As mudanças ficavam a cargo de uma sociedade mais laica, embora algumas “pitadas” de tradicionalismo ainda permanecessem presentes. Tudo, redimensionado pelos discursos de liberdade, de autonomia e de busca pelo progresso e modernização do país. Junto a essa nova concepção de nação estava a idéia de conciliar as expectativas do povo, atreladas ao novo projeto de construção da identidade nacional. Tal perspectiva configurava uma estratégia de sobrevivência do Estado republicano - a ampliação do regime representativo garantia a eficácia do poder de controle do Estado, ao mesmo tempo em que auxiliava no domínio sobre as demandas e as reivindicações que vinham dos setores sociais mais desprovidos economicamente<sup>349</sup>.

---

<sup>349</sup> A esse respeito ver Maria do Carmo Campello Souza. “O processo político partidário da Primeira República”. In: Carlos Guilherme Mota. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987. Especialmente as páginas 163 a 169.

Em meio a esse conjunto de mudanças, a escolha de Tiradentes como o grande herói dessa nova nação republicana, pareceu mesmo ser a opção mais viável. Diante das expectativas dos grupos que se estabeleceram no poder, depois da desagregação do Império, pôde ratificar os interesses dos grupos políticos, localizados no centro de decisões políticas e econômicas do país – o Centro-Sul. Afinal, a Conjuração Mineira ocorreu em Minas Gerais, região que, na última década do século XIX, assumia um lugar de destaque e prestígio no país. Nessa lógica, Tiradentes transformou-se, a partir da República, em ator principal do projeto de construção de um novo modelo de identidade nacional, baseada nos padrões, tidos mais interessantes, para as elites republicanas das regiões mais influentes da época.

No Norte do país, a escolha de Tiradentes como símbolo dessa nova nação republicana não atendia às expectativas dos grupos políticos locais. Nos meios intelectuais e políticos dessa região verificava-se, de outro modo, a produção de símbolos locais que pudessem assumir lugares de destaque no cenário da história nacional. Esta perspectiva pôde ser sentida nos vários espaços de sociabilidade da região, como no Instituto Histórico Pernambucano, na Academia Pernambucana de Letras<sup>350</sup>, na literatura e na própria historiografia pernambucana. O conteúdo desses discursos, manteve, em geral, a postura de destacar a necessidade do reconhecimento do valor de Pernambuco, que em muitas ocasiões no passado, teria se sacrificado em prol dos interesses da nação brasileira.

A República trouxera novo alento a todas essas discussões. O empreendimento de reestruturação nacional sob a égide da República foi facilitado, em grande medida, pela ausência de um sentido de identidade nacional, o que fizera do homem comum, um verdadeiro “bestializado”<sup>351</sup>, isto é, mero espectador ignorante dos acontecimentos do Quinze de Novembro. A nação brasileira, a partir de 1889, sob o sistema político da República, era considerada

---

<sup>350</sup> A Academia Pernambucana de Letras (APL) foi fundada em 26 de Janeiro de 1901, no Recife, por alguns escritores pernambucanos da época, com um total de 20 cadeiras. O IAGP concedeu o seu salão de honra para ali ser instalada solenemente a APL, que funcionou até 1910, quando foi dissolvida. Em 1920, foi reorganizada, e permaneceu funcionando até hoje, com 40 cadeiras.

<sup>351</sup> Alusão à famosa frase de Aristides Lobo, utilizada como estratégia para o livro de José Murilo de Carvalho para demonstrar a apatia do povo do Rio de Janeiro em relação à queda da monarquia e implantação do governo provisório republicano. In: José Murilo de Carvalho. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

um desafio, ou, como diria Nicolau Sevcenko<sup>352</sup>, uma “missão” para os políticos e intelectuais da época. Embora existissem alguns traços importantes que já poderiam denotar um sentimento de pertença coletiva identificado à Nação - como a unidade nas esferas da política, da língua e da religião – o fato é que o projeto de nação engendrado pelas elites carecia de um plano de produção de símbolos que fizesse sentido para o senso comum, que tocasse o coração da coletividade.

A nação que se pretendia estabelecer também deveria levar em conta os diversos interesses políticos que compunham a nova conjuntura do início da República. A eleição da figura de Tiradentes como grande herói nacional, por exemplo, foi se dando de forma a atender as várias correntes de pensamento então ligadas ao poder, respeitando, inclusive, a forte imagem do recente passado monárquico, cuja figura de maior expressão era o imperador D. Pedro II.

Ao tentar compreender como a figura de Tiradentes ganhou status de nacional, por obra dos interesses políticos conflitantes presentes na Primeira República brasileira, José Murilo de Carvalho<sup>353</sup> seguiu demonstrando os possíveis motivos que inviabilizaram a consolidação do processo de heroização de figuras como Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Benjamin Constant. Segundo sua tese, houve um esforço de transformação dos participantes do Quinze de Novembro em heróis, tendo sido as virtudes de Deodoro, por exemplo, exaltadas em pinturas, livros, jornais e monumentos da época. Segundo suas hipóteses, o principal motivo que impediu Deodoro de transformar-se em referência nacional teria sido a sua falta de convicção no republicanismo, além do fato de sua figura estar muito ligada ao exército, não atendendo as expectativas das outras forças que aderiram ao novo sistema político.

Já Floriano representaria bem os interesses dos jacobinos, dos civis e dos militares do Rio de Janeiro, mas acabou dividindo o Exército e a Marinha, depois da repressão aos eventos da Revolta da Armada no Rio de Janeiro e da Revolução Federalista, no sul. No caso de Benjamin Constant, sua convicção republicana não foi suficiente para edificá-lo como herói no novo regime, visto que não teria feito

---

<sup>352</sup> Nicolau Sevcenko. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

<sup>353</sup> José Murilo de Carvalho. “Tiradentes: Um Herói para a República”. In: \_\_\_\_\_. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

grandes sacrifícios para defender seus “nobres” pontos de vista, como morrer em nome da pátria e da liberdade, por exemplo<sup>354</sup>.

De fato a figura de Tiradentes atendeu aos diferentes interesses que representavam os grupos políticos ligados ao poder do novo sistema republicano, inclusive aos monarquistas. Embora num primeiro momento, a imagem de Tiradentes tenha ficado atrelada aos interesses dos grupos mais radicais, como os jacobinos<sup>355</sup>, o alferes Joaquim José da Silva Xavier logo seria representado como herói nacional, sendo a Conjuração Mineira eleita como o movimento precursor da Independência, da Abolição e da República.

A eliminação da imagem radical em torno de Tiradentes se deu de forma a evitar confrontos com o passado imperial, mesmo que tal postura significasse o ensejo de algumas discordâncias. O episódio que melhor ilustrou essa preocupação do poder público, na época, sob o governo de Campo Sales, foi a construção de um monumento em homenagem a Tiradentes, no Rio de Janeiro, longe do lugar mais óbvio para sua edificação - o local do enforcamento do alferes condenado por sua participação na Conjuração Mineira.

É que nesse local repousava, desde 1862, uma estátua de D. Pedro I, representante da instituição monárquica. Uma situação delicada, que, já na época em que foi erigida, provocara protestos dos grupos ligados ao movimento republicano. Quando começaram oficialmente os planos para a construção de um monumento dedicado a Tiradentes, as asseverações contra a permanência da estátua de D. Pedro I no local do martírio do alferes, reacenderam, vigorosamente, de modo a promover vários escritos reivindicatórios na época, principalmente, entre os positivistas. Miguel Lemos, por exemplo, escreveu, em 1892, seu texto “Determinação do Lugar em que foi suplicado o Tiradentes”<sup>356</sup> como forma de

<sup>354</sup> Idem.

<sup>355</sup> Como bem nos mostra José Murilo de Carvalho (vide nota anterior), a construção do mito em torno da figura de Tiradentes apresentou fases distintas. De início, o culto à figura Tiradentes esteve circunscrito aos clubes republicanos e aos grupos jacobinos mais radicais. Paulatinamente, Tiradentes deixou de ser um herói republicano, muito ligado, inclusive ao movimento florianista, para tornar-se uma figura nacional e integradora, que passou a conciliar o passado monarquista, o presente republicano e os diversos interesses ligados ao centro político e econômico do contexto pós 1889.

<sup>356</sup> Miguel Lemos. “Determinação do lugar em que foi suplicado o Tiradentes”. *Revista do Apostulado Positivista do Brasil*, nº 121, Rio de Janeiro, 1892. A obra consta no IHGB (*Miscelânea*. Coleção Roberto Macedo. Rio de Janeiro. nº1).

propor o recolhimento da estátua equestre de D. Pedro I, bem como o levantamento de uma efígie de Tiradentes, no local de seu calvário.

O governo republicano tentava lidar com essas polêmicas da melhor maneira possível. Ao mesmo tempo em que aquiescia a idéia de promover a figura de Tiradentes como herói nacional, não deixava de positivar a imagem de grandes estadistas do Império, como D. Pedro I, José Bonifácio e D. Pedro II. Era preciso acomodar as imagens do passado, a favor das expectativas presente. E nesse caso, a transição entre Império e República deveria ser narrada sem grandes traumas ou rupturas. Fatos e personagens deveriam ser adaptados através de narrativas coerentes, que ensejassem padrões de comportamento desejáveis, aos cidadãos da nação republicana.

A inclinação do poder público em não assumir uma postura de ruptura com a imagem do passado imperial, pode ser percebida, principalmente, através da permanência da representação positiva do monarca D. Pedro II. Nos mais diversos espaços sociais, o segundo imperador continuou sendo retratado como patriota e homem culto, conhecedor das idéias mais adiantadas da época. Um grande mito político, que ficou conhecido por apoiar a liberdade de imprensa, por ser simpático ao abolicionismo e até mesmo, por ter demonstrado apego aos ideais republicanos. Nos números da *Revista do IHGB*, a monarquia atrelava-se à idéia de um agente de integração nacional, sendo D. Pedro II considerado um liberal e um democrata, mesmo entre aqueles considerados não monarquistas. A chegada da República não limou dos louros da história a figura do imperador, outrora defensor perpétuo do Brasil e da Casa da memória nacional.

Esse arranjo entre os símbolos já existentes e os novos marcos da nação republicana era necessário para atender, na medida do possível, as diferentes demandas políticas e sociais que estavam em jogo. A República, instaurada em 1889, inaugurava, juntamente com a mudança de sistema político, uma visão mais pluralista do país, fomentando uma discussão que opunha distintas concepções de República, sem falar daqueles que logravam a defesa da monarquia.

A maleabilidade e o controle sobre as linhas gerais da memória coletiva constituíam uma forma de ditar as regras do jogo político presente e daquilo que se pretendia construir para o futuro. Afinal, a memória social é responsável pela conservação das experiências, levando a reinvenção do que já foi vivido, muitas

vezes para atender as expectativas de quem se propõe a operar com essas questões no presente.

Ao tentar compreender a operacionalização dos campos que abarcam os elementos da memória coletiva e sua relação indissociável com o presente, Ecléa Bosi propõe a urgência em se analisar as reminiscências que se cristalizam no meio social, visto que, tal procedimento, permite compreender a relação do contemporâneo com o passado, e, ao mesmo tempo, a interferência no processo atual das representações. Nesse sentido, é através da memória solidificada no presente, que o passado não só vem à tona, como se mistura com as percepções mediadas, empurrando e deslocando estas últimas, e ocupando o espaço todo da consciência<sup>357</sup>.

Na instância do presente a que estamos nos referindo – a dos debates e relações políticas da Primeira República brasileira - a simbologia imposta pela Conjuração Mineira e pela figura de Tiradentes, atendia de forma mais adequada aos interesses ligados ao centro político e econômico do país. A imagem do alferes vinculada à imagem de um homem abnegado e de fervor religioso, que morreu como vítima ao aderir às causas da liberdade, da República e da Independência era de fundamental importância para servir de modelo para o cidadão comum. Este não deveria assumir posições extremas e violentas ao reivindicar melhorias em suas condições de trabalho, ou ao protestar contra os impostos abusivos infligidos pelo governo. A ação coercitiva do Estado se mostraria necessária quando da eclosão de vários movimentos operários que se expressaram através de greves e organizações partidárias nos centros urbanos do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre 1910 e 1920. Controlar os anseios populares diante das várias crises políticas e econômicas, que se sucederiam nos primeiros anos da República<sup>358</sup>, era um grande desafio.

---

<sup>357</sup> Ecléa Bosi. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.47.

<sup>358</sup> Tais como as crises políticas de 1889 (Proclamação da República), 1891 (renúncia de Deodoro da Fonseca; início do governo de Floriano Peixoto), 1893 (Revolta da Armada), 1897 (Guerra de Canudos) e 1904 (Revolta da Vacina); as várias práticas especulativas como consequência da depressão da economia cafeeira; a crise bancária de 1900; e a crise industrial-comercial de 1905. Essa sucessão de crises trouxe, entre outras coisas, o aumento de impostos, a contenção de gastos públicos e medidas que, juntamente com o fator imigração, trouxeram o inchaço desordenado dos centros urbanos e a insatisfação das massas com relação à precariedade de suas condições de vida.

Talvez isso explique o fato de a República não ter escolhido frei Caneca como o herói nacional oficial, no lugar de Tiradentes. Apesar de frei Caneca ter morrido em razão da defesa dos ideais republicanos, sua figura não era tão adequada às pretensões dos grupos políticos ligados ao poder naquele momento. Tanto 1817, quanto a Confederação do Equador, ficaram para a história, como episódios que atentaram contra o projeto de unidade nacional engendrado pela monarquia<sup>359</sup>.

É bem verdade que a chegada da República permitiu a aceitação dos eventos pernambucanos. No entanto, o status de herói nacional não poderia ser conferido a frei Caneca, um nome ligado a um movimento suspeito de caráter separatista. Tiradentes atendia melhor à imagem do herói resignado, que morrera em nome de seus ideais, e que não chegara a protagonizar uma experiência de fato “sediciosa”.

A Conjuração Mineira tornou-se assim, símbolo republicano, dentre outros motivos, porque não chegou às vias de fato. Do mesmo modo, Tiradentes pôde ser retratado como uma utopia, um símbolo da luta pela Independência do Brasil e pela defesa dos ideais republicanos - uma forma bem mais conveniente para a legitimação do novo sistema político<sup>360</sup>. A missão de enaltecer a figura de Caneca e a de outros heróis pernambucanos ficaria a cargo do IAGP, que, com a República, encontraria maior espaço para o enaltecimento de seus símbolos. Nesse contexto, a narrativa histórica passava a ser alvo de disputas e reivindicações. O passado configurava uma rica fonte de representações em constante processo de seleção, revisitação e reinvenção de fatos, personagens, símbolos cívicos, comemorações, etc.

No centro dessas questões, é preciso levar em conta que o centro político do país, desde meados do século XIX, estava concentrado no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, estando Pernambuco em franca situação de decadência, realidade que adentraria o século XX.

Segundo as apreciações de Robert Levine, por volta de 1920, o que um dia pôde ser chamado de “aristocracia do açúcar”, não passaria de cerca de 500

---

<sup>359</sup> Cf. José Murilo de Carvalho. “Tiradentes: um herói para a República”. In: \_\_\_\_\_. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

<sup>360</sup> Idem.

famílias abastadas, entre usineiros e poucos latifundiários<sup>361</sup>. Fazer parte do time titular para a composição da nacionalidade brasileira era uma reivindicação da historiografia pernambucana e do IAGP - uma forma de viabilizar seus interesses, diante da nova situação política em que se encontrava o país.

No entanto, é preciso relativizar um pouco essa visão um tanto mecanicista de se perceber essas questões. A construção do mito nacional deve ser compreendida em uma perspectiva mais ampla, na medida em que está além dos interesses políticos dominantes e do próprio debate historiográfico. Ela se manifesta na esfera dos valores culturais e na própria experiência concreta presente no devir histórico. O mito tem, por campo de ação e atuação, a própria sociedade, podendo se manifestar nas mais variadas instâncias, como na tradição escrita e oral, na produção artística e nos rituais cívicos. São através desses recursos, que o mito encontra o seu caminho para enquadrar-se na lógica da narrativa histórica, não estando subordinado, necessariamente, a evidências documentais. A coletividade pode decodificar discursos, fatos e personagens segundo mecanismos simbólicos que lhe são próprios, mesmo que esses elementos tenham que ser realçados, reinventados ou reinterpretados<sup>362</sup>.

No caso específico Tiradentes, sua imagem foi reinterpretada na República. Se nos discursos dos primeiros historiadores do IHGB, o alferes fora considerado um “inconfidente”, isto é, aquele que havia se insubordinado a ordem imposta pelo projeto civilizador luso, a chegada da República abria o campo de novas possibilidades que viabilizaria a sua heroicização. Em 1890<sup>363</sup>, o 21 de Abril, dia da morte de Tiradentes, foi declarado feriado nacional, assumindo o mesmo grau de importância do 15 de Novembro, dia da Proclamação da República. Logo, a Conjuração Mineira passaria a ser representada como um episódio dotado de intensa nacionalidade, na medida em que foi entendida como um prenúncio do sentimento que se concretizaria em 1822, com a formalização da

---

<sup>361</sup> Robert M. Levine. *Pernambuco na federação Brasileira (1889-1937). A velha usina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

<sup>362</sup> José Murilo de Carvalho. *A formação das Almas. O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 58.

<sup>363</sup> O Decreto do governo provisório dos Estados Unidos do Brasil, de 14 de Janeiro de 1990, oficializou o 21 de abril no calendário de festas oficiais.

Independência<sup>364</sup>. A presença do projeto republicano, como não poderia deixar de ser, também seria enfatizado, o que também situaria o evento ocorrido em Minas, como um ensaio daquilo que viria a se consolidar em 1889, com a queda da monarquia.

Na época, ao comentar o valor da comemoração do dia 21 de abril, em sessão solene no clube Tiradentes, Silva Jardim situou os eventos de 1817, 1822 e a Proclamação da República, como “ecos” do sacrifício de Tiradentes. Em seu discurso, o assumido abolicionista republicano, ressaltou os predicados de um homem santo e patriota, digno de todas as honras dedicadas a ele no dia do aniversário de seu martírio:

“Tal foi o desejo dos compatriotas que hoje em nome da Pátria te saúdam, Herói, Mártir! Porque tu estavas em nossas almas, quando pedíamos a proclamação da República! E tu estás em nossas almas, hoje que chegamos à República! Grandezas do coração, acercai-vos de nós! Que o dia é da festa da veneração; que nós relembramos hoje o inteligente, o trabalhador, o bom, o Patriota, o santo”... “Um alferes sonha a República na nação brasileira, um general proclama a República dos Estados Unidos do Brasil.”<sup>365</sup>.

A clara associação que Silva Jardim fez, entre a figura de Tiradentes e a República recém instaurada, dialogava com os anseios das largas elites políticas dominantes do país que apoiavam a adoção do novo sistema político. Dentre os monarquistas, a maior parte também aderiu à construção do mito Tiradentes, visto que a significação que se fez em torno desse personagem, não contradizia as expectativas regressistas.

A evocação da “Pátria” no discurso de Silva Jardim veste-se de um sentido eminentemente político, e encontra-se já intimamente relacionada à idéia de nação brasileira. O uso da palavra, tornou-se recorrente no Brasil, principalmente, a partir das primeiras décadas do século XIX, quando fatores como a Independência e a busca de outros projetos de autonomia política – como durante os movimentos

<sup>364</sup> Nas “Efemérides brasileiras”, do Barão do Rio Branco, por exemplo, o 21 de abril de 1792, dia da execução de Tiradentes, seria descrito como um dia “em prol da Independência do Brasil”. In: Barão do Rio Branco. “Efemérides brasileiras”. *Revista do IHGB*, tomo 82, v.136, Rio de Janeiro, 1917.

<sup>365</sup> Trecho do discurso de Silva Jardim na sessão solene do Clube Tiradentes em 21 de Abril de 1890. In: Silva Jardim. *Discurso*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1890.

regenciais - contribuíram para o redimensionamento da idéia de pátria, cada vez mais ligada ao seu sentido político. Em meio aos discursos que clamavam por revoluções e soberanias políticas, a palavra passaria a ser utilizada como estratégia de motivação para a disseminação das idéias de sacrifício e abnegação em benefício da *res pública*, isto é, do bem comum, do coletivo e também da nação.

Ao examinar as metamorfoses do conceito de pátria, no mundo ibérico, Marco Pamplona<sup>366</sup> esclarece que o vocábulo pátria já estava relacionado à dimensão política, antes mesmo, das Revoluções Atlânticas. Poderia significar “a terra pátria”, isto é, o lugar de origem de certo indivíduo, como uma cidade, uma vila, um reino, ou um pequeno grupo de homens vivendo em sociedade. A modernidade traria a idéia de uma pátria ligada aos princípios da “liberdade” e do “bom governo”, nos quais, a instância política estaria cada vez mais presente, através de um estado provedor dos interesses do bem comum. A partir de meados do século XVIII, entretanto, percebemos uma maior politização do termo. Em alguns dicionários da época, a pátria já aparecia associada à idéia de nação, e o patriotismo identificado aos mesmos sentimentos de amor, apego e desejo de servir à pátria. O sentimento dedicado a pátria transferia-se, progressivamente, para a nação<sup>367</sup>.

No Brasil, notadamente ao longo das primeiras décadas do século XIX, observou-se o progressivo afastamento entre o significado de pátria e as instâncias locais. Se no começo do século XVIII, por exemplo, utilizava-se, freqüentemente, a palavra pátria para referir-se a um vilarejo ou a um município, no Império, por outro lado, a idéia de pátria apresentava-se, cada vez mais, associada ao Estado-nação. A crescente politização do termo consubstanciou-se em meio ao contexto internacional das revoluções liberais e dos movimentos de independência, então em curso na época, marcos de fundação da idéia de uma nova “liberdade”. A

<sup>366</sup> Marco Pamplona. “Pátria”. Iberconceptos II. [no prelo].

<sup>367</sup> Marco Pamplona (vide nota anterior) cita pelo menos três exemplos: *O dicionário portuguez & latino*, do padre Raphael Bluteau (1720), no qual a idéia de sacrifício pela pátria é situada como sinônimo de sacrifício pela *res pública*; o *Diccionario da lingua portugueza* de Antônio de Moraes Silva (1858) que descreve a pátria como a “terra donde alguém é natural” e o adjetivo *pátrio* aparece associado ao termo nação: “da pátria, os pátrios lares, o direito pátrio de cada nação”; além do *Diccionario da lingua portugueza e Diccionario de sinonimos* (1859), de Eduardo Faria, que menciona “o amor à pátria e ao patriotismo”.

ressignificação do termo pátria acabaria se dando, no Brasil, em meio a um sentimento comum, presente nas idéias dos grupos políticos dirigentes da época- a preocupação com a ordem.

Em meados do século XIX, a crescente politização do termo pátria continuava o seu caminho ascendente. À medida que se aprofundavam as relações entre pátria, Nação e Estado Imperial, a palavra pátria era utilizada, cada vez mais, em sua versão no singular, muito mais ligada ao Estado-nação. Apesar do uso da palavra pátria, ainda no plural, identificado e referido a vários lugares, o termo passava por modificações, sendo utilizado, cada vez mais, na sua identificação com a Nação<sup>368</sup>.

A chegada da República, só fez acentuar a íntima relação da pátria ao Estado-nação. A mudança do sistema político alargou as possibilidades democráticas, bem como a maior identificação do termo pátria, com a idéia da defesa da *res pública*. Ser *patriota* no Brasil, em fins do século XIX, significava ter amor e zelo pelo bem comum da Pátria nacional. Significava trocar a busca dos sonhos individuais em defesa dos sonhos de uma sociedade, posto que, como destacou o intelectual pernambucano Pereira da Costa:

“a necessidade de defender a Pátria, e portanto, a propriedade e todos os direitos da sociedade, é mais urgente para cada um dos indivíduos que a compõe, do que a necessidade da subsistência individual”<sup>369</sup>.

Ademais, o alargamento dos discursos propalados pelas elites políticas e intelectuais, dado a partir da década de oitenta dos Oitocentos, possibilitou o alcance de maiores proporções à “linguagem do patriotismo” . Nação, modernização, democracia, novas formas de trabalho, entre vários outros temas, estreitaram, ainda mais, as relações entre pátria, pura e simplesmente, e Pátria brasileira. As pátrias ainda poderiam se considerarem a “pátria pernambucana”, “a pátria mineira” ou “a pátria paulista”, mas estas, certamente, ambicionavam fazer

<sup>368</sup> Cf. Marco Pamplona. “Pátria”. Op. Cit.

<sup>369</sup> Pereira da Costa citando as palavras de um periódico de Recife dos anos vinte do século XIX. In: \_\_\_\_\_. *Pernambuco nas Lutas Emancipacionistas da Bahia*. Pernambuco: Typ. do Jornal do Recife, 1900, p.3.

parte de um projeto maior, a “Nação brasileira”, inventada e idealizada conforme suas próprias aspirações políticas e ideológicas.

Isso não quer dizer que a ambição dessas pátrias locais, em tornarem-se componentes fundamentais desse projeto de construção da Pátria/Nação brasileira, efetivava-se sem maiores tensões e conflitos. As vozes dissidentes, presentes nos discursos de vários intelectuais importantes da época, mostravam as suas próprias “versões” acerca de determinados temas, então em voga, nas narrativas oficiais da história nacional.

Como se sabe a heroização de Tiradentes, não era uma unanimidade. O cearense Tristão de Alencar Araripe Júnior, por exemplo, publicou, em 1890, o pequeno ensaio intitulado *Dirceu*<sup>370</sup>, obra dedicada a situar a Conjuração Mineira como uma “fábula dramatizada”<sup>371</sup>, ou seja, uma lenda fabricada pelos que tinham interesse político em fazer de Tiradentes, um herói nacional, defensor do ideal republicano. No dizer de Araripe Júnior, Tiradentes e os homens da Conjuração de Minas, em nada contribuíram para inaugurar a idéia de República no Brasil posto que...

“Não foi a república que se processou e torturou naquela época; foi a prosa colonial que pôs em xeque-mate a poesia, que se albergara nos serros azuis do legendário berço de Marília de Dirceu”<sup>372</sup>.

A obra, publicada em meio ao processo de entronização da figura de Tiradentes como símbolo da República recém instalada no Brasil, pretendia apregoar a nulidade do papel político do poeta Gonzaga, bem como desvincular a figura de Tiradentes da Conjuração de Minas. Ao ter chamado Gonzaga de “apático e indolente”<sup>373</sup>, e, ao ter situado Tiradentes como “o menos consciente e o menos responsável dos inconfidentes de Minas”<sup>374</sup>, Araripe Júnior ansiava protestar contra a crescente valorização que vinha se fazendo em torno da figura de Tiradentes e da Conjuração Mineira.

<sup>370</sup> Tristão de Alencar Araripe Júnior. *Dirceu*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert & Cia, 1890.

<sup>371</sup> *Ibid.*, p.4.

<sup>372</sup> *Ibid.*, p.7.

<sup>373</sup> *Ibid.*, p.4.

<sup>374</sup> *Ibid.*, p.8.

A oficialização do dia 21 de abril como feriado nacional, também não foi aceita de modo passivo por todos. Em sessão extraordinária no IAGP, em 6 de fevereiro de 1890<sup>375</sup>, o major José Domingos Codeceira, apresentava sua “Exposição de fatos” para protestar contra o decreto do feriado nacional de Tiradentes e defender a tese da prioridade dos movimentos pernambucanos:

“Assim acabaram os patriotas da gloriosa revolução de 6 de março de 1817, tão infelizes que ainda hoje a sua memória é esquecida pelos distintos membros do governo provisório. E o que mais admira é ver que o atual ministro do interior, em cujas veias guiam o sangue nobre e generoso de um dos distintos patriotas, mártir da Independência do Brasil em Pernambuco, não se tivesse lembrado, no momento em que concorreu com a sua assinatura para esse decreto, da data de 21 de agosto de 1817, dia em que expirou no patíbulo e seu digno avó, um dos mártires da Independência proclamada pelos pernambucanos”<sup>376</sup>.

A crítica de Codeceira se referia a Aristides da Silveira Lobo<sup>377</sup>, ministro do interior do governo provisório e neto do tenente coronel Francisco José da Silveira, condenado à morte pela participação na Insurreição Pernambucana de 1817. Lobo havia votado a favor do decreto do feriado de Tiradentes, o que deixou Codeceira veementemente indignado.

Outro que também pode ser considerado uma referência importante na época quando o assunto era contestar as honras de Tiradentes era Capistrano de Abreu. Este, ao contrário de Codeceira utilizaria a estratégia do silêncio para protestar contra a heroificação da figura símbolo da Conjuração de Minas. Em seu livro *Capítulos de história colonial*<sup>378</sup> (1907), Capistrano tratou de assuntos como o indígena, a Guerra de Restauração do domínio holandês, a expansão para o sertão, entre outros temas, considerados por ele, como fundamentais para compreender os caminhos da nacionalidade brasileira. Ao ter se proposto a fazer uma revisão da obra referência de Varnhagen, *História geral do Brasil*,

<sup>375</sup> José Domingues Codeceira. “Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional”. [Apresentada em sessão extraordinária no IAGP em 6 de Fevereiro de 1890]. *Revista do IHGB*, tomo 53, parte 1, Rio de Janeiro, 1890, pp. 327-342.

<sup>376</sup> *Ibid.*, p.66.

<sup>377</sup> Autor da célebre frase: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada”. (cf. artigo escrito no dia 15, e publicado no *Diário Popular* de 18 de novembro de 1889.

<sup>378</sup> João Capistrano de Abreu. *Capítulos de história colonial*. [1907]. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1988.

Capistrano sugeria uma abordagem menos elitista, tendo se situado como defensor da representação dos grupos populares na escrita da história do Brasil. Mas o que chama a atenção nos *Capítulos* de Capistrano é a postura omissiva do autor, ao ter deixado de mencionar o episódio da Conjuração Mineira. Caminhando na contramão em relação à maioria das publicações da época, Capistrano encontrou no seu silêncio, uma maneira de protestar contra o culto que fazia à figura de Tiradentes e à Conjuração. Em sua concepção, um episódio que teria sido articulado por uma minoria intelectual, e que não teria contado com a participação de grupos populares, por si só, já teria justificado o motivo de seu silêncio em relação ao episódio. Oito anos depois da publicação de seus *Capítulos*, Capistrano escrevia a Mário Alencar, filho do romancista José de Alencar, expondo os motivos que o fizeram se calar em relação a Tiradentes, tendo se recusado a compactuar com as idéias que insistiam em colocá-lo no pedestal dos grandes heróis representantes da nacionalidade brasileira:

“Por que, tendo estudado o depoimento de Tiradentes e a sentença da alçada, sou obrigado a repetir a versão corrente e a colocá-lo no Panteão? Nunca escrevi sobre ele nos *Capítulos*, dada a escala, não entrou porque não cabia; tenho emitido minha opinião em conversa: é tão fácil derrubar o que não chega a ser granito”<sup>379</sup>.

Capistrano condescendia com a visão de autores, como Joaquim Norberto de Souza e Codeceira, tendo assumido uma postura crítica em relação à importância que vinha se dando à figura de Tiradentes. Em outra ocasião, em artigo publicado no jornal *A Notícia*, em 1903, ao ter comentado uma carta de Joaquim Silvério dos Reis, um dos delatores de Tiradentes, Capistrano foi mais explícito acerca de suas impressões sobre o processo de glorificação da Conjuração Mineira e de Tiradentes:

“A história o tem salientado [Joaquim Silvério dos Reis] de modo injusto. Não será para estranhar que algum jovem nortista<sup>380</sup>, intrigado pelas honras prestadas a Tiradentes em detrimento dos mascates e dos republicanos de 17, se proponha a provar que Silvério foi um benemérito, porque a conjuração mineira nunca adquiriu

<sup>379</sup> Carta a Alencar. Apud Daniel Mesquita. *Descobrimientos de Capistrano: a história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Rio de Janeiro: Puc-Rio/ Apicuri, 2010, p. 229.

<sup>380</sup> João Capistrano Honório de Abreu (1853- 1927) nasceu na cidade de Maranguape, no Ceará.

uma arma, nem passou de conversas ociosas, queria a desmembração do Brasil e não sua unidade, avançava um movimento destinado a falhar, miseravelmente, sem o abalo simultâneo das colônias espanholas.”<sup>381</sup>.

Não obstante o fato de Capistrano ter elogiado a ação de Joaquim Silvério dos Reis, massacrado pela historiografia da época como o grande vilão que teria delatado Tiradentes, Capistrano ainda acusava a Conjuração Mineira de ter atentado contra a unidade nacional e proposto a “desmembração do Brasil”. Os eventos pernambucanos de 1710 e 1817, ao contrário, não teriam proposto a sedição, e sim, a união nacional. Em prol do projeto de Independência, estes sim, seriam os verdadeiros símbolos da nacionalidade brasileira.

No caso específico do evento pernambucano de 1710, podemos dizer que havia um esforço, por parte de vários discursos da época, em situá-lo como o prenúncio da Independência, já que ele teria ocorrido alguns anos que a Conjuração Mineira. Tal perspectiva já estivera presente nos escritos do romancista cearense Franklin Távora:

“a democracia era planta rasteira, sem raízes, sem ramas; era vegetação de vida duvidosa, incipiente; prometia, mas não assegurava assumir as proporções gigantes, com que um século depois sombreou o solo da pátria e abrigou as instituições a que este império deve a sua grandeza e o seu renome”<sup>382</sup>.

No discurso de Franklin Távora, podemos perceber a tese da preeminência nacional, presente nos feitos históricos de Pernambuco. Para o autor, a história de Pernambuco era o próprio “berço tradicional da liberdade brasileira”<sup>383</sup>. Estava cheia de exemplos de heroísmo e de grandeza moral, como nos maiores fastos da antiguidade. Assim, a pátria brasileira deveria ser grata pelos nobres feitos pernambucanos<sup>384</sup>, já que, proveria do solo pátrio de Pernambuco, o esforço que teria possibilitado a permanência da grandeza da pátria brasileira.

Essa tese que visava situar Pernambuco como o lugar de origem da nacionalidade brasileira encontrava no episódio Mascates mais um argumento

<sup>381</sup> Apud Daniel Mesquita., *Descobrimentos....*, pp.229-230.

<sup>382</sup> Franklin Távora. *O Cabeleira*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902 (nova Ed.). p. 358.

<sup>383</sup> *Ibid.*, p.1.

<sup>384</sup> *Idem*.

para se afirmar. Situado por intelectuais como Arthur Muniz<sup>385</sup> e Oliveira Lima como o grande “movimento revolucionário”, que teria introduzido a idéia de independência entre os brasileiros, alguns anos antes da Conjuração Mineira, o movimento dos Mascates foi delineado, pelos intelectuais do IAGP, como mais uma prova incontestada da vocação precoce dos pernambucanos em defenderem os interesses da nação brasileira. Bernardo Vieira de Mello, considerado herói do movimento ocorrido em 1710, foi apontado em vários discursos do IAGP como o grande merecedor do título de herói nacional – uma forma de contestação ao prestígio que se vinha conferindo a figura de Tiradentes nos primeiros anos da República. Segundo os discursos proferidos no IAGP:

“A Guerra dos Mascates não foi por certo a inglória pugna de duas povoações locais, foi o resultado da luta já então travada, entre patriotas - filhos do país, e o dominador português, foi o balbuciar da independência, o primeiro albor da liberdade. O leão que só e desajudado havia expulsado o batavo, não podia sofrer calado a insolência do dominador brutal: Olinda a fidalga, repeliu o mascate servil, e já o sangue brasileiro fervia com a sede febril de independência!”<sup>386</sup>.

Os “patriotas”, citados no discurso do Sr. João Diniz Ribeiro da Cunha, não eram, somente, os patriotas da “pátria pernambucana”, mas antes os “filhos do país”, aqueles que teriam lutado contra o colonizador do Brasil. Pernambuco, o “Leão do Norte”, que já havia expulsado os holandeses do Brasil, provava mais uma vez toda a sua força ao confrontar os representantes da metrópole portuguesa, em 1710. Segundo tal ponto de vista, o sangue pernambucano já clamava pela Independência nacional, muito antes de 1822. Mais uma vez, estava presente em solo pernambucano, o prelúdio da nacionalidade brasileira.

Forjava-se assim, um elemento a mais em um modelo de narrativa produzido para realçar a importância de Pernambuco na história nacional. Nessa lógica, a Restauração assumiria a função de mito fundador do sentimento nacional no Brasil, com direito a empolgantes narrativas a cerca da luta pela libertação do

<sup>385</sup> Nas palavras de Arthur Muniz, Bernardo Vieira de Mello teria sido aquele “que primeiro nos ensinou a morrer por uma idéia” (Arthur Muniz. “Oração Histórica”. p. 511) e a Guerra dos Mascates foi “o primeiro grito de República no Brasil” (Arthur Muniz. “Oração Histórica”, p. 501).

<sup>386</sup> “Discurso do orador da Sociedade Propagadora da Instrução, João Diniz Ribeiro da Cunha na sessão do 12º do Instituto” *Revista do IAGP*, tomo 3, nº 27, Recife, 1870, p.198.

domínio estrangeiro. Mascates aparecia como a continuação dessa epopéia, no qual já estaria mais presente o gérmen da Independência. Dezesete apareceria, então, como o ensaio para experiências vindouras que o Brasil estava destinado a viver - a Independência nacional e a Proclamação de um sistema político republicano. O major José Domingues Codeceira tinha essa perspectiva muito clara em seu pensamento:

“Foi ainda seguindo o nobre exemplo de seus pais que os pernambucanos lançaram no solo da pátria a semente da Independência e liberdade no século passado a 10 de novembro de 1710, tentando estabelecer um governo republicano, e regando essa árvore com o seu precioso sangue nessa época, deu a ela fruto no memorável dia 6 de março de 1817; decepada pela foice exterminadora do despotismo foi ainda de novo regado o seu tronco com esse precioso sangue, que fazendo estender as raízes por todo o solo da pátria, fê-la arrebentar vigorosa nas margens do Ypiranga, dando fruto sazonado no glorioso dia 7 de setembro de 1822”<sup>387</sup>.

O debate em torno da origem da idéia de Independência e de República estava em franca expansão. Nas páginas da *Revista do IAGP*, a tendência era positivar os movimentos pernambucanos em detrimento da Conjuração Mineira:

“A Revolução Francesa de 1789 repercutiu na capitania de Minas Gerais, animando n’este ano a tentativa de Independência que ali se manifestara. A semente porém, estava plantada desde 1710 e um século depois d’aquela sangüenta revolução iria proclamar-se a república no Brasil”<sup>388</sup>.

A reivindicação pelo reconhecimento da Insurreição de 1817 por vezes assumia a forma de uma crítica direta ao prestígio que vinha se conferindo à Conjuração:

“Vede, por exemplo, o que se dá com estes dois episódios notáveis da história pátria - a Inconfidência Mineira e a Revolução Pernambucana de 1817. Vivem ambos no espírito público com os vultos trocados: A Inconfidência é um acontecimento grandioso, e a Revolução Pernambucana um motim local sem grande relevo- quando a verdade histórica é precisamente o contrário. A Revolução Pernambucana foi um movimento nacionalista mais sério que antes de 1822 abalou

<sup>387</sup> Major José Domingues Codeceira. “Exposição dos fatos...”. *Revista do IAGP*, n. 37, 1890, pp.68-69.

<sup>388</sup> *Revista do IAGP*, n. 37, 1890, p.14

a colônia, reduzindo a um fio os liames que nos prendiam à metrópole, ao passo que a Inconfidência Mineira não passou de uma aspiração intelectual... Não se pense d'isto que reputamos desarrazoado o culto nacional à memória de Tiradentes. Não. Achamos apenas que esse culto devia ser repartido- e não o é- por outros que, tanto como o Tiradentes e alguns mais do que ele legaram às gerações atuais uma herança grandiosa de serviços e de exemplos, de civismo e de nobreza”<sup>389</sup>.

O que se percebe é, antes de tudo, uma disputa por memória. Havia a necessidade de se estabelecer marcos simbólicos para a República. No entanto, como atender adequadamente a essa demanda? Quais heróis e eventos seriam mais apropriados para representar as origens da nacionalidade brasileira?

Entre os grupos políticos e intelectuais do Sudeste, a questão que se colocava era saber se seria interessante recuperar, ou não, a memória do movimento pernambucano de Dezesete. Um movimento que ocorrera poucos anos antes da Independência, mas que, em sua época, significou uma insubordinação à ordem política vigente. Um movimento que contara com a participação de setores sociais subalternos e que havia sido reprimido pelo governo monárquico, por seu conteúdo potencialmente perigoso. No contexto das primeiras do século XX, era preciso, antes de tudo, construir símbolos nacionais que legitimassem a ordem política e, ao mesmo tempo, constituíssem exemplos positivos para os “cidadãos” do modelo de República que se pretendia construir.

Dezesete constituía um movimento que havia resultado em uma experiência republicana. Poderia servir para a legitimação da República implantada em 1889, funcionando como um prenúncio do sistema político do presente. A questão que se colocava era como resolver satisfatoriamente essa equação. Como situar Dezesete como um prenúncio da ordem política do presente sem acionar o seu conteúdo potencialmente perigoso? Ao que parece a “solução” encontrada foi acomodar Dezesete como parte de um sistema evolutivo que teria a sua origem em episódios pretéritos. As narrativas republicanas optaram por identificar traços de identidade nacional desde, pelo menos, o século XVII, com as Bandeiras, a Restauração e diversos eventos ocorridos em diferentes regiões do país, passando pela Conjuração Mineira, muito

---

<sup>389</sup> Artigo da *Revista do Brasil*. In: *Revista do IAGP-1917*, v.19, n. 95 a 98, pp. 456- 457.

positivada enquanto evento precursor dos anseios de liberdade, independência e República. Dezesete aparece como parte constituinte desse grande sistema em escala evolutiva, até desembocar na Independência e na superação gradativa do modelo de sistema monárquico.

Em Pernambuco, a positivação de Dezesete passou a ser uma das principais bandeiras entre os políticos e intelectuais do IAGP. Mais do que nunca, Dezesete passava a ser representado como o movimento precursor da Independência e da República implantada em 1889. Mais do que a Conjuração Mineira, Dezesete deveria representar o início do processo de Independência nacional. Em vários escritos do IAGP, o próprio 7 de setembro de 1822, aparecia como um desdobramento do dia 6 de março de 1817. Para esses intelectuais, Dezesete deveria ser considerado bem mais que um mero elemento componente de uma cadeia de acontecimentos adequadamente arrumados para contar a história nacional. Dezesete e os movimentos pernambucanos deveriam ser considerados episódios fundamentais dessa história, antes de tudo, Pernambuco deveria ser considerado o berço da nacionalidade brasileira.